



VALIMAR, ComURB



CARTA EDUCATIVA INTERMUNICIPAL DA VALIMAR ComUrb

3ª Fase – Formulação de Propostas e Apresentação da Carta Educativa

RELATÓRIO – VOL III – RELATÓRIO DA PROPOSTA DE CARTA EDUCATIVA

Junho de 2006
Revisão 05

ÍNDICE

1. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E INTERVENÇÕES MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS. 3

1.1.	OBJECTIVOS INTERMUNICIPAIS	3
1.2.	ACÇÕES MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	7
1.3.	OFERTAS FORMATIVAS DO ENSINO SECUNDÁRIO	11
1.4.	ENSINO SUPERIOR.....	30
1.5.	MECANISMO DE OPERACIONALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA	34
1.5.1	Organização do Sistema.....	34
1.5.2	Documentação do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa.....	37
1.5.3	Responsabilidade da Gestão	39
1.5.4	Gestão de Recursos	44
1.5.5	Medição, Análise e Melhoria	46

2. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA MUNICIPAL..... 50

2.1.	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR - PROCURA	50
2.2.	AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES DE RECURSOS FÍSICOS - A OFERTA	56
2.2.1.	Conceitos de Referência e Princípios Orientadores:.....	56
2.2.2.	CrITÉrios de Reordenamento da Rede Educativa	58
2.3.	PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE ARCOS DE VALDEVEZ 61	
2.3.1	– Objectivos.....	61
2.3.2	– Territórios Educativos de Arcos de Valdevez - Proposta.....	66
2.3.3	Programa de Execução e Plano de Investimentos de Arcos de Valdevez 82	
2.4.	PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE CAMINHA	83
2.4.1	– Objectivos.....	83
2.4.2	– Territórios Educativos de Caminha - Proposta	84
2.4.3	– Programa de Execução e Plano de Investimentos de Caminha.....	93
2.5.	PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE ESPOSENDE.....	95
2.5.1	– Objectivos.....	95
2.5.2	– Territórios Educativos de Esposende - Proposta	98

2.5.3	– Programa de Execução e Plano de Investimentos de Esposende ..	111
2.6.	PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE PONTE DA BARCA	112
2.6.1	– Objectivos.....	112
2.6.2	– Territórios Educativos de Ponte da Barca - Proposta.....	115
2.6.3	Programa de Execução e Plano de Investimentos – Ponte da Barca.	122
2.7.	PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE PONTE DE LIMA ...	123
2.7.1	– Objectivos.....	123
2.7.2	– Territórios Educativos de Ponte de Lima - Proposta	127
2.7.3	– Programa de Execução e Plano de Investimentos – Ponte de Lima	146
2.8.	PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE VIANA DO CASTELO	148
2.8.1	– Objectivos.....	148
2.8.2	– Territórios Educativos de Viana do Castelo - Proposta	149
2.8.3	– Programa de Execução e Plano de Investimentos – Viana do Castelo	161

1. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E INTERVENÇÕES

MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS

1.1. OBJECTIVOS INTERMUNICIPAIS

A definição de objectivos vai de uma forma genérica, de encontro aos Grandes Objectivos Globais, definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), nomeadamente o objectivo de **“Elevar o nível de qualificação dos Portugueses, Promover o Emprego e a Coesão Social”** definido no quadro de **“Uma Visão Estratégica para Vencer o Século XXI”**.

Considerando os objectivos específicos de cada concelho, aprovados pelo Conselho Municipal de Educação e pelos Executivos Camarários, definem-se os principais objectivos para a Comunidade Urbana da VALIMAR¹, que deverão ser transpostos para um quadro de monitorização no sentido de, ao longo da fase de implementação, poderem ser monitorizados. Assim, definiram-se sete objectivos que correspondem às várias etapas de educação e formação da população.

- a **Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar**, no sentido de atingir uma taxa de cobertura de 100%, em 2011; assegura-se desta forma o acesso de toda a população dos 3 aos 5 anos, à primeira etapa da educação básica e da aprendizagem ao longo da vida, factor fundamental para a qualidade da educação
- a **Consolidação do Ensino Básico**, assegurando a escolaridade obrigatória de 9 anos a 100% da população, em regime normal de funcionamento dos estabelecimentos;

- a **Generalização da Frequência do Ensino Secundário**, aumentando a taxa de escolarização da população dos 15 aos 17 anos dos actuais 58% para os 85% e reduzindo a taxa de repetência e de abandono, do 10º e 12º Ano de escolaridade:

	Repetência 2001	Abandono 2001	Repetência 2011	Abandono 2011
10º Ano	26%	16%	12%	9,5%
12º Ano	45%	21%	18,6%	8%

- a **Expansão e Diversificação da Formação Inicial dos Jovens**, no sentido de equilibrar a distribuição por cursos do ensino secundário, tendo por referência os valores definidos, no estudo acima referido (Fig. pg.5), de 40% para os cursos gerais, 47% para os cursos tecnológicos e 10% para os cursos profissionais; actualmente a relação, na VALIMAR ComUrb é de 68% para os cursos gerais, 20% para os cursos tecnológicos e 12% para o ensino profissional. Não se equaciona a diminuição da percentagem de alunos do ensino profissional, perspectivando-se uma ligeira subida por força do aumento da oferta na Epralima, em 2003, sendo que o objectivo passa por equilibrar a relação entre o ensino secundário geral e tecnológico.
- o **Reordenamento do Ensino Superior com a Reafirmação/Expansão do Ensino Superior Politécnico**, dando seguimento ao definido nos Planos Estratégico e Planos Directores Municipais, dos vários concelhos, no que respeita a este nível de ensino;
- a **Elevação da Capacidade/Qualidade Formativa do Sistema de Ensino**, no sentido de adequar a formação às necessidade e expectativas dos alunos e exigências do mercado de trabalho.
- a **Promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida**, aumentando a **capacidade formativa de educação/formação**, com o objectivo de

¹ Baseado em “O Futuro da Educação em Portugal, Tendências e Oportunidades – um Estudo de Reflexão Prospectiva”, Coord. Roberto Carneiro.

augmentar a escolarização da população adulta, convergindo para o nível educativo da população dos 25 aos 64 anos dos países da união europeia.

Continuando a ter por referência o estudo citado, o modelo educativo tem as seguintes características, em termos de conhecimentos e competências adquiridas:

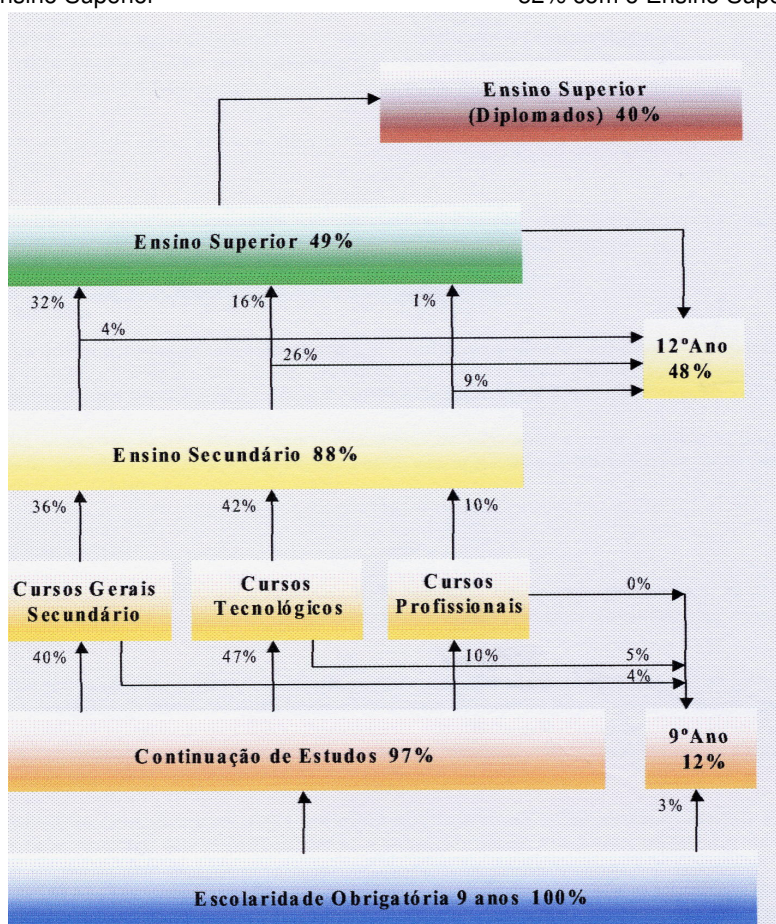
“Os percursos simulados resultam, em 2020, numa estrutura de saídas do sistema escolar para a vida activa, segundo o nível de habilitações adquirido, bastante diferente da actual,

Cenário 1

12% com o Ensino Básico
48% com o Ensino Secundário
40% com o Ensino Superior

Cenário 2

3% com o Ensino Básico
45% com o Ensino Secundário
52% com o Ensino Superior



Extraído de “O Futuro da Educação em Portugal, Tendências e Oportunidades – um Estudo de Reflexão Prospectiva” Coord. Roberto Carneiro

Os cenários desenvolvidos no estudo pressupõem um "modelo educativo" com as seguintes características em termos de conhecimentos e competências adquiridas:

Ensino Básico

- Ensino de conhecimentos sólidos de base, enquadrando o desenvolvimento de capacidades e de atitudes globais (criatividade, iniciativa, motivação, saber pensar, saber estar, etc.) e favorecendo uma atitude positiva face à actividade intelectual e ao trabalho prático.
- Escola assumida como um espaço privilegiado de educação para a cidadania, preparando os alunos para o desempenho do seu papel, numa sociedade democrática, com capacidade de aprendizagem ao longo da vida.

Ensino Secundário

- Ensino Secundário com uma formação sólida genérica, com competências básicas transversais, possibilitando caminhos diferenciados bem como o desenvolvimento dos valores de cidadania.
- A diversificação dos percursos de educação/formação secundária coloca uma grande ênfase no desenvolvimento das qualificações pessoais. À população jovem adolescente deve ser oferecido um programa de Ensino Secundário, via oferta diferenciada, onde, para além da ligação escola/empresa/comunidade, se tenham, também, em consideração as capacidades e os desejos dos estudantes.
- É necessário assegurar uma alta motivação dos estudantes a fim de completarem com êxito os seus estudos, sendo indispensável a permeabilidade entre os cursos, através de sistemas de equivalência e de certificação e creditação de formações, e a existência de cursos pós-secundários de curta duração com programas de índole vocacional, profissional ou mesmo geral.
- Deverá ser assegurada a generalização de um percurso de educação/formação de nível secundário a todos os jovens no grupo etário 15-17, assumindo as escolas a criação de ambientes de aprendizagem estimulantes.

Dado que a Carta Educativa é um instrumento de planeamento estratégico e que a uma estratégia global deverá corresponder, à escala local, uma estratégia bem definida que vá de encontro às características de cada território, cada município definiu os seus objectivos estratégicos, a considerar na Carta Educativa, assumindo-se que estes objectivos não são estáticos podendo ser revistos caso as condições de partida sejam alteradas.

1.2. ACÇÕES MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS

Em termos vinculativos, serão definidas uma série de medidas com vista à construção, remodelação, ampliação, manutenção e encerramento dos equipamentos educativos, no sentido de garantir o cumprimento dos objectivos definidos no artigo 16º do DL 7/2003 de 15 de Janeiro, nomeadamente:

- Garantia do direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Superação das situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social,;
- Garantia de uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
- Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua distribuição com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, por forma que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos dessa mesma áreas.

As propostas de intervenção ao nível do reordenamento e redimensionamento da rede dão, assim, resposta ao preconizado nos instrumentos legais em vigor, e cumprem os objectivos inicialmente propostos. Definidas estas acções, que deverão ser transpostas para planos plurianuais de intervenção, importa definir algumas acções, de carácter indicativo que devem ser desenvolvidas no sentido de assegurar a qualidade da educação e ensino no território VALIMAR ComUrb.

As Dimensões de Intervenção são:

I - Definição de medidas no âmbito da Acção Social Escolar e da componente socioeducativa, que assegurem uma verdadeira equidade no acesso à educação.

Cada Câmara, actualmente tem a ASE organizada autonomamente, sendo possível identificar diferentes modelos de intervenção. Assim, **propõe-se a elaboração de um**

Plano Intermunicipal para a Acção Social Escolar que defina o modelo mais adequado de acordo com as realidades da VALIMAR ComUrb. A celebração de protocolos entre as câmaras e os agrupamentos no sentido de serem estes a gerir as verbas da ASE, poderá ser uma medida que aproxima a ASE das realidades de cada território educativo.

A crescente mobilidade dos alunos, e o conhecimento das famílias da realidade dos vários concelhos, resulta na necessidade de definir alguns princípios de intervenção gerais que deverão ser comuns a todos os municípios, nomeadamente no que se refere a:

- critérios relativos à definição dos escalões;
- conteúdo da Acção Social Escolar, nomeadamente com a identificação de outras componentes relevantes para os municípios que ultrapassem o definido na lei;
- formas de gestão das verbas – gestão directa por parte dos municípios ou transferência para os órgãos de gestão dos agrupamentos, por exemplo.

No que respeita ao **apoio às famílias**, a recente apresentação do programa do XVII Governo Constitucional, aponta para o alargamento do prolongamento de horário e compatibilização com as necessidades das famílias. A par da questão dos horários e número de horas, interessa compatibilizar as actividades lectivas com as actividades realizadas quer nos ATL quer no prolongamento de horário, no sentido de valorizar junto das famílias, o papel destas valências na educação das crianças e alunos.

A componente socioeducativa tem registado um desenvolvimento acelerado nos municípios, nomeadamente no que respeita ao apetrechando das cantinas, à criação de novos espaços de actividades de tempos livres, ao apoio ao estudo e à criatividade das crianças e alunos. Neste âmbito, interessa assegurar a compatibilidade entre as actividades socioeducativas e as actividades curriculares, nomeadamente através da definição clara do tipo de actividades a realizar e da sua relação com o projecto educativo definido. Ao nível da educação pré-escolar e do 1º ciclo, as componentes da educação artística e física deverão ser desenvolvidas, pelo Ministério da Educação, podendo articular com os municípios.

Dado que o reordenamento proposto, e a organização da rede a partir de territórios educativos, ultrapassa os limites administrativos das freguesias e dos concelhos, é fundamental repensar a **rede de transportes escolares**, no sentido da sua optimização.

Desta forma,

II - propõe-se a elaboração de um Plano Intermunicipal de Transportes Escolares. Este plano deverá ter como principais objectivos:

- Definição e âmbito dos transportes escolares, diferenciando as redes referentes ao transporte dos alunos dos 10 aos 17 anos, enquadrado no DL 299/84, de 05 de Setembro, alterado pelo DL 7/2003 de 15 de Janeiro, do transporte escolar no âmbito da acção social dos Municípios no sentido de assegurar o acesso de toda a população escolar à educação, nomeadamente do 1º ciclo e pré-escolar;
- Identificação dos percursos actualmente existentes – oferta existente;
- Identificação das entidades que realizam esses percursos – transportes públicos, IPSS, Autarquias;
- Levantamento da procura – nº alunos transportados. Análise da diferença entre a procura potencial, definida no Plano de Transportes Escolares, aprovado em Abril e a procura real, decorrente do nº de alunos matriculado em determinado estabelecimento;
- Definição de indicadores que permitam caracterizar a qualidade dos serviços prestados, nomeadamente ao nível dos horários existentes, do cumprimento desses horários, das condições de segurança das viaturas, das práticas de condução, dos traçados existentes e das características das vias urbanas e estradas nacionais (traçado, perfil da via, estado de conservação, etc);
- Optimização dos traçados em termos de distância quilométrica, distância-tempo e distância-custo;

- Realização de um estudo de viabilidade económica dos percursos existentes e propostos.

No âmbito da implementação e avaliação da Carta Educativa deverá

III - Definição de procedimentos e responsabilidades no interior dos serviços camarários, e na VALIMAR ComUrb, no sentido de poder assegurar um efectivo planeamento estratégico dos recursos.

O proposto no capítulo referente à implementação e gestão da Carta Educativa deverá ser adaptado a cada município ou elaborado com um carácter intermunicipal, assumindo a VALIMAR ComUrb as responsabilidades relativas à implementação e gestão da Carta Educativa.

Desta forma enquadra-se o planeamento dos recursos educativos no “Ciclo de Damming”, em que sucessivamente se desenvolvem as seguintes actividades:

- Planear (Plan)
- Implementar (Do)
- Avaliar (Check)
- Rever (Act)

Conforme apresentado no mapa de processos da página 36, pretende-se a implementação faseada de uma série de processos que tenderão à Certificação dos Serviços / Comunidade Urbana pela ISO 9001:2000 - Qualidade.

Ao nível dos recursos humanos e à luz das competências da Administração Central e Local, interessa

IV - avaliar as necessidades de pessoal não docente. Um dos problemas detectados na fase de diagnóstico foi precisamente a desadequação do rácio 1 auxiliar por cada 3 salas, dado que este não responde às novas necessidades do sistema de educação e ensino. Por outro lado, a crescente precarização do pessoal não docente, resulta numa elevada rotatividade do pessoal que não permite o desenvolvimento de uma política de recursos humanos adequados. Assim, **propõe-se a urgente revisão**

deste rácio e a definição clara de competências entre a Administração Central e Local, no sentido de clarificar responsabilidades e definir objectivos de desempenho pelos quais se possam encontrar responsáveis pela sua implementação e avaliação.

Ao nível do pessoal docente, bem como de outros factores relacionados com a gestão dos recursos, embora ultrapassem o âmbito da Carta Educativa, deverão ser desenvolvidas

V - medidas tendentes à crescente autonomia dos estabelecimentos/agrupamentos conforme constante na lei.

Assim além da autonomia pedagógica, deverá avançar-se para uma autonomia ao nível da gestão dos recursos instalados. Só assim se poderá desenvolver uma real política de avaliação da qualidade dado que, com a actual distribuição das responsabilidades é difícil levar a cabo medidas tendentes ao aumento da qualidade da oferta educativa e formativa.

Destas 5 medidas, as 3 primeiras são da exclusiva responsabilidade das autarquias pelo que a sua implementação deverá ocorrer a curto, médio prazo enquanto as 2 últimas, para além de serem da responsabilidade da Administração Local e Central, enquadram-se numa alteração de modelos de intervenção mais estruturais pelo que a sua implementação será a longo prazo.

1.3. OFERTAS FORMATIVAS DO ENSINO SECUNDÁRIO

Com vista à concretização do objectivo relativo à **Expansão e Diversificação da Formação Inicial dos Jovens**, no sentido de equilibrar a distribuição por cursos do ensino secundário, tendo por referência os valores definidos, a nível nacional, de 40% para os cursos gerais, 47% para os cursos tecnológicos e 10% para os cursos profissionais, definem-se algumas medidas gerais que deverão ser reavaliadas no âmbito da **elaboração de um Plano Estratégico para o Ensino Secundário**.

Em nosso entender, o trabalho referido deverá ter duas dimensões de análise:

- Medidas de combate ao abandono escolar e melhoria das taxas de retenção
- Ofertas formativas do ensino secundário

Trata-se de um trabalho pluridisciplinar que para além da componente socioeconómica e da rede educativa, aqui desenvolvidos, deverá integrar a componente curricular, pedagógica, de organização e gestão escolar, entre outras a definir, no sentido de identificar claramente quais as acções a desenvolver para que o ensino secundário responda aos desafios definidos na política nacional e europeia de educação e formação.

Independentemente de objectivos políticos que poderão diferenciar-se consoante as filosofias que lhes estão subjacentes, existem dados concretos que comprovam o atraso estrutural de Portugal, nestes nível de ensino e formação, e a região da VALIMAR ComUrb não foge à regra. O trabalho que aqui se propõe é considerado, por nós, como um dos elementos mais estratégicos da acção dos municípios para que se alcancem os objectivos definidos para 2020, ou mesmo que não sejam esses, para que se melhore efectivamente o actual panorama educativo e formativo a este nível.

Numa primeira fase, deverão ser definidos, com rigor, quais os termos de referência a considerar neste trabalho. Há que definir objectivos muito concretos, componentes de análise relevantes e metodologias de trabalho. Definidos estes itens dever-se-á desenvolver o trabalho apoiado numa participação e acompanhamento por uma comissão que integre representantes do Estado (Administração Central e Local), da Comunidade Educativa (alunos, professores, pais, IPSS) e do mercado (empresas, associações empresariais, etc).

As metodologias de participação mais alargada deverão igualmente ser definidas, ou seja, interessa trazer para as agendas locais dos municípios esta temática, no sentido de transmitir à população que se trata de um vector estratégico de desenvolvimento que deverá ser comunicado e percebido por todos os que vivem nesta região.

Assim, apesar de se apresentarem algumas medidas que contribuem para a concretização deste objectivo, assume-se como fundamental a elaboração de um estudo

mais alargado no âmbito do **Projecto Educativo Intermunicipal a desenvolver para a área da Comunidade Urbana da VALIMAR.**

O ensino do 10º ao 12º Ano de escolaridade é o que, no nosso entender, requer um maior cuidado na avaliação das evoluções previstas. Se em termos quantitativos é difícil prever qual será o número de alunos existentes no sistema, já que o mesmo está dependente de uma série de acções que pretendem diminuir o abandono escolar e melhorar as taxas de retenção, em termos das ofertas formativas, a identificação de necessidades e as expectativas quanto às soluções formativas e competências mais adequadas, resulta numa pressão que os decisores terão de saber gerir.



Conforme referido anteriormente, entende-se o sistema educativo com a escola no centro deste sistema, integrando nesta, o aluno no seu núcleo, as turmas, o pessoal docente e não docente, os recursos físicos e a envolvente, inter-relacionando-se com os outros agentes de forma bidireccional e contínua.

As componentes do sistema – a escola, a comunidade educativa e o mercado - nem sempre têm objectivos coincidentes, pelo que é conhecido o desfasamento entre os desejos de formação da população escolar e suas famílias e as necessidades apontadas pelos empregadores. Se uns querem tirar um curso superior e adquirir uma qualificação o mais alargada possível para responder aos desafios de um mercado de trabalho muito instável, outros indicam conhecimentos e competências específicos de determinadas funções, cuja resposta em termos de formação passa necessariamente pela formação interna nas empresas. Ao Estado, no papel da Administração Central e Local, cabe o papel de regular o sistema, definindo que relações e a que níveis se estabelecem entre

os vários agentes, no sentido de garantir a coesão nacional e a implementação de uma **Política Nacional e Local de Educação.**

Um dos principais pilares da acção educativa deverá recair na dinamização do sector secundário, no sentido de aproximar os valores quer das taxas de escolarização quer da repartição por tipo de cursos aos da União Europeia.

Para além dos objectivos referentes à dinamização dos cursos tecnológicos e profissionais, deverão ser atingidos os seguintes objectivos, definidos no estudo “Planeamento da Rede do Ensino Secundário –RENES, como pressupostos do modelo de intervenção:

- “comportamentos homogêneos em termos de repetências e abandono quer para os cursos gerais quer para os cursos tecnológicos;
- cursos profissionais sem repetências nem abandonos, estimados apenas pelo seu valor total;
- redução bastante acentuada dos abandonos de modo a não ultrapassarem os 5% até 2010;
- redução acentuada das repetências de modo a não ultrapassarem os 13% (10º e 11º anos de escolaridade) e 15% (12º Ano de escolaridade) até 2010”. Na VALIMAR ComUrb os objectivos são um pouco inferiores dada a situação de partida. No cenário 2, no ensino secundário, foram avaliadas as necessidades de acordo com os objectivos nacionais.

A DREN, nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento da Carta Educativa, referiu quais os princípios que devem estar subjacentes à redefinição da rede do ensino secundário e que estão referidos igualmente no estudo da RENES. Assim, a oferta do ensino secundário deve obedecer aos seguintes princípios:

Cooperação escola-meio	Dinâmicas de cooperação entre: • escola c/ ens. secundário – tecido empresarial e produtivo; • escola c/ ens. secundário – instituições de administração local e regional; • escola c/ ens. secundário – instituições do ensino superior; • escolas c/ ensino secundário.	- protocolos - associações - parcerias - projectos
Racionalização da oferta face à procura	Complementaridade da oferta: • escolas c/ens. secundário complementares (por proximidade geográfica, no âmbito de cada território de oferta); • articulação com as ofertas dos vários sub-sistemas (pós-básico); • garantias de procura, evitando o agravamento de assimetrias locais, regionais e nacionais. Competitividade/Concorrência: • necessidades do tecido económico e empresarial; • necessidades e expectativas das famílias e dos jovens; • controlo do excesso da mesma oferta em cada território; • elevada qualidade e atractividade da oferta. Qualidade da formação: • a escola c/ ens. secundário deverá dispor ou, pelo menos, poder vir a dispor, dos recursos/equipamentos indispensáveis ao adequado funcionamento dos cursos propostos (tipologia da escolas, tipologia dos espaços gerais e específicos, material didáctico/apoio); • a escola c/ ens. secundário deverá ter professores com apetência e formações técnica, científica e pedagógica adequadas. Ou, pelos menos, opções estratégicas nesse sentido, claras e exequíveis; • a escola c/ ens. secundário deverá possuir ou criar estruturas de coordenação interna e externa eficazes e funcionais, integrando claramente a oferta formativa nos objectivos do seu projecto educativo. Dinamismo: • avaliação periódica dos cursos que irão permitir o reequacionamento da oferta formativa • extinção de cursos e criação de outros, atendendo ao ciclo próprio de cada curso atendendo à procura e à empregabilidade (de base territorial); • nos cursos tecnológicos, extinção de especificações e criação de outras; • oferta de formação local, a apresentar por cada escola c/ ens. secundário e sempre sujeita a apreciação prévia.	- recursos humanos com formações técnicas específicas; - mobilidade de recursos humanos; - optimização de recursos e equipamentos adequados; - partilha de recursos e equipamentos; - associação de escolas secundárias com ofertas complementares; - ligação ao ensino superior (universitário e politécnico); - promoção da oferta; - Serviços de Psicologia e Orientação (redefinição de âmbitos e papeis).

Fonte: Extraído de "Planeamento da Rede do Ensino Secundário"

Planeamento da Rede Nacional de Ensino Secundário - RENES	População alvo da Unidades Territoriais de Referência para fins de Planeamento da RENES (56 Unidades Territoriais): • Dimensões Populacionais; • Dimensões Educativas: número de estabelecimentos; número de docentes; número de alunos; • Ratios diversos, nomeadamente ratios alunos/área e docentes/área, em cada território em análise. Crítérios de programação: • regime de funcionamento; • n.º de alunos para abertura dos cursos; • n.º de alunos por turma (mínimo e máximo); • desdobramento de turmas; • oferta pluricurricular por unidade formativa (escola) e por unidade territorial (cursos gerais e cursos tecnológicos); • capacidade das escolas. Crítérios de dimensionamento: • Áreas dos espaços funcionais: - por grupos funcionais de espaços: ensino geral; centro de recursos/biblioteca de escola; sociais e de convívio; apoio sócio-educativo; direcção, administração e gestão; apoio geral; educação física e desporto; - por áreas tecnológicas; • Áreas de terrenos Acessibilidades: • Para a identificação das Unidades de Referência Territorial com o objectivo de reordenar a RENES, pensando nos diferentes processos que condicionam a territorialização das políticas educativas (população escolar; distribuição, afectação e gestão dos docentes; localização dos equipamentos escolares; acessibilidades e transportes públicos), foram considerados os seguintes critérios: • Dimensão Territorial da Unidades de Referência para fins de Planeamento da RENES (concelhos e de conjuntos de concelhos). Limiar máximo: 3 800km²; • Acessibilidade (grosseira) -- distâncias tempo máximas entre os extremos dos territórios em análise, considerando o transporte público. Limiar máximo: 60 minutos. • Lógicas de atractividade e de polarização. Para isso foi (e deve ser) sempre considerada a existência em cada território em análise de núcleos ou eixos urbanos potencialmente atractivos e agregadores e, actualmente, com ofertas de ensino secundário de primeiro nível (ex. cursos tecnológicos com maiores exigências de equipamento).	- mobilidade dos alunos (escola-residência e escola-escola); - mobilidade dos docentes; - residências para estudantes. Ver Quadros Evolução Número Alunos do Ensino Secundário. - Base de Referência Territorial - Quadros de Zona Pedagógica (em proposta) com desagregação por concelho -- ao todo 56 Unidades Territoriais para fins de Planeamento da RENES; - Outras Dimensões Territoriais (ex. associações de municípios); - rede de transportes.
--	--	---

Fonte: Extraído de "Planeamento da Rede do Ensino Secundário"

A rede de ofertas existentes em 2004/05, por estabelecimento, permite concluir que a oferta dos cursos gerais de ciências e tecnologia e de ciências sociais e humanas são os que maior representatividade têm já que existem na maioria dos estabelecimentos de ensino. Em termos regionais verifica-se que as escolas secundárias de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Esposende têm todas as áreas dos cursos gerais, enquanto em Arcos de Valdevez, Caminha e Ponte Barca, se direcciona para determinadas áreas. Quanto ao ensino secundário geral, o estudo da RENES, aponta para uma distribuição da oferta, no futuro, de acordo com a situação existente, mantendo uma oferta generalizada dos cursos de ciências naturais e ciências socioeconómicas e uma concentração em apenas alguns estabelecimentos das ofertas mais especializadas, como as artes visuais.

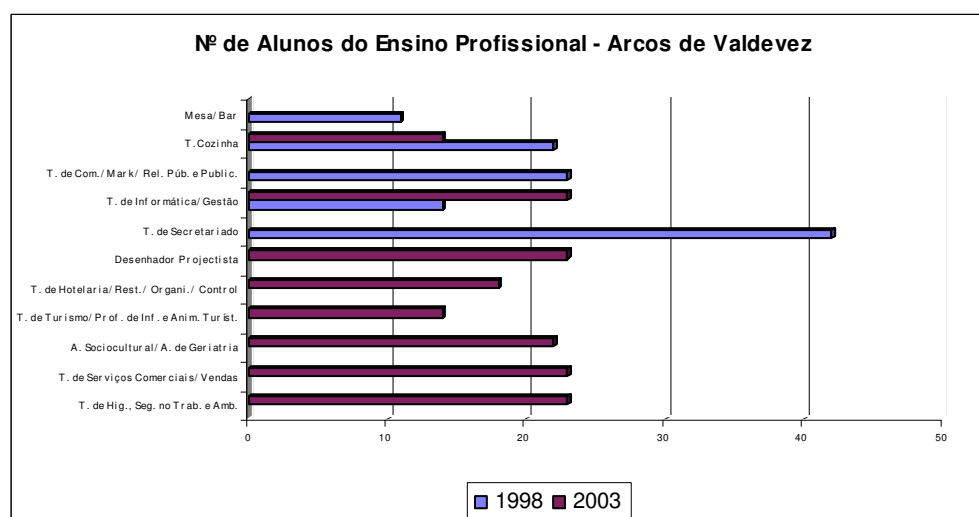
A definição de áreas de formação, ao nível do ensino secundário, tem um carácter indicativo e resulta da análise da oferta existente e das áreas que se relacionam com as actividades económicas predominantes em cada concelho e propostas em instrumentos de desenvolvimento estratégico como os Planos Directores Municipais e os Planos Estratégicos.

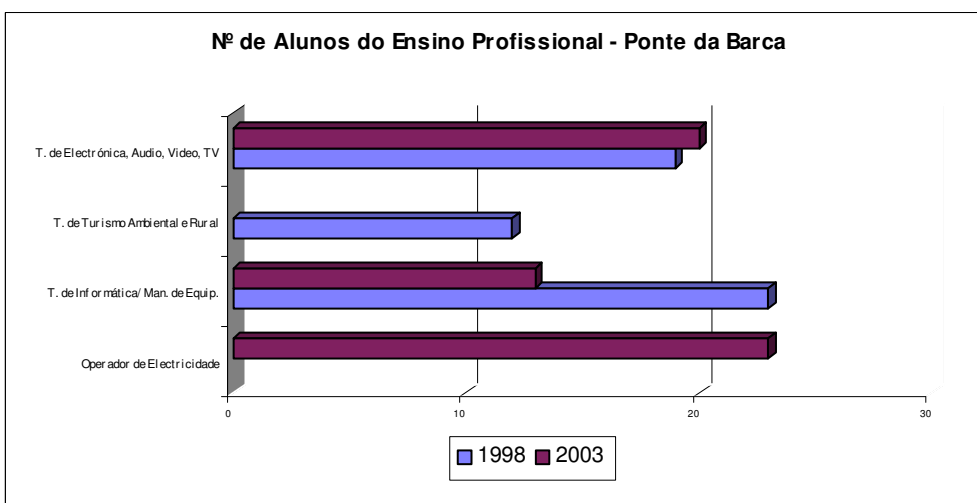
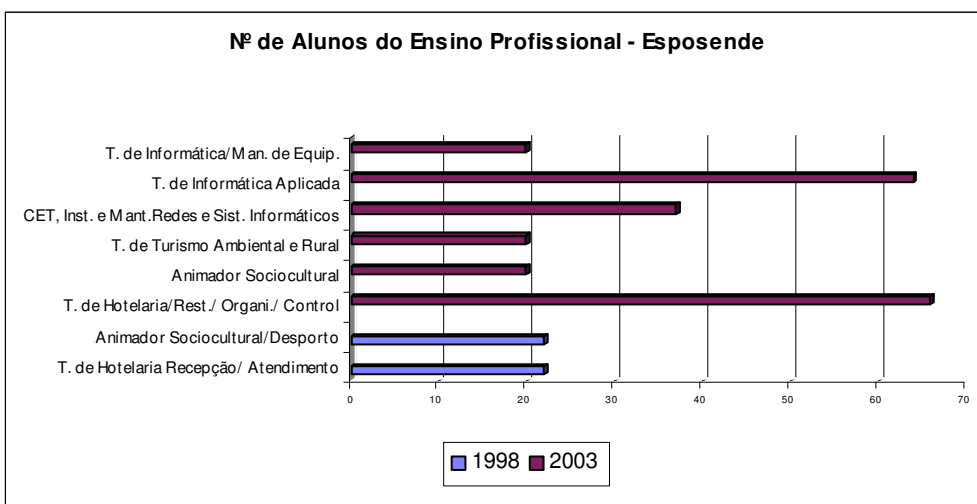
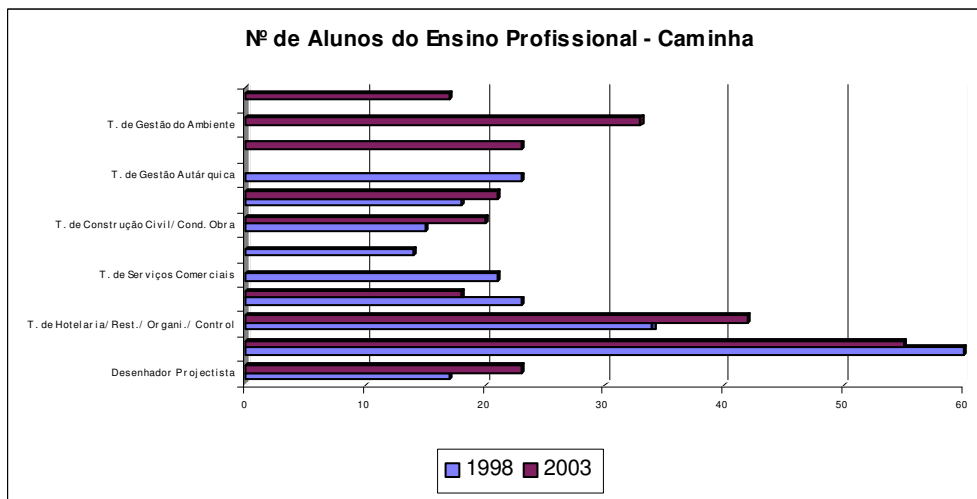
	C. Civil e Edificações	Electrotecnia / Electrónica	Informática	Design e Equipamento	Multimédia	Administração	Marketing	Ordenamento do Território e Ambiente	Ação Social	Desporto
ES/3 de Arcos de Valdevez										
EB2,3/S Sidónio Pais - Caminha										
Ancorensis										
ES/3 de Ponte da Barca										
EB2,3/S de Arcozelo										
ES/3 de Ponte de Lima										
EB2,3/S Monte da Oia										
EB2,3/S Pintor José de Brito - Portuzelo										
EB2,3/S Lanheses										
EB2,3/S Barrocelas										
ES Monserrate										
ES Santa Maria Maior										
ES/3 Henrique Medina - Esposende										

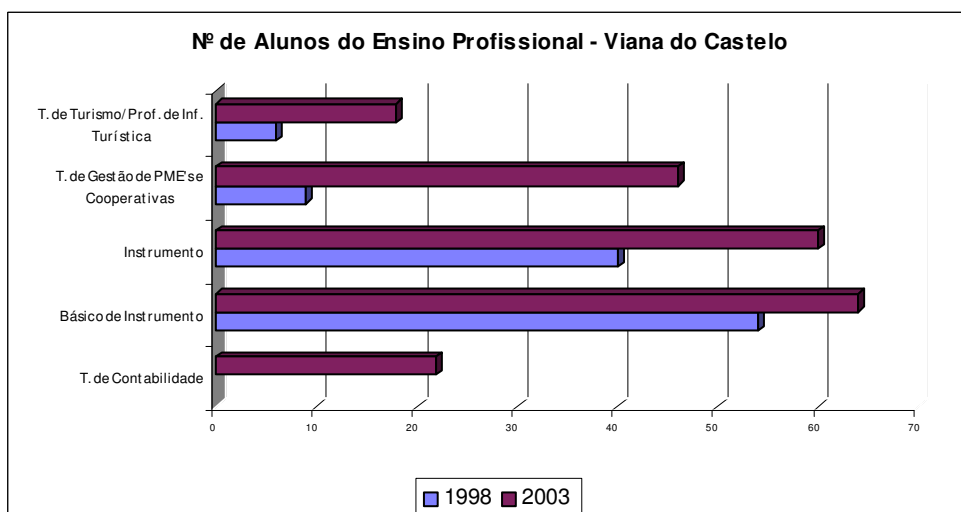
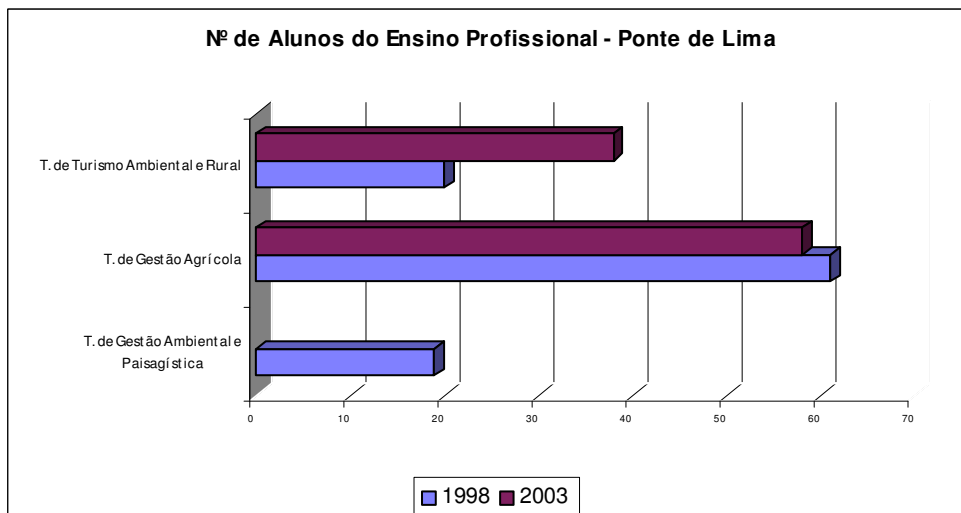
Oferta de Cursos Tecnológicos

À semelhança do que acontecia em 2002, analisado na fase de diagnóstico, os cursos tecnológicos de Informática, Administração e Acção Social são os que são leccionados num maior número de escolas. Na sequência da importância destes cursos no ensino tecnológico, verificou-se uma diminuição dos mesmos nas escolas profissionais, com excepção da informática, na EPRALIMA-sede em que o número de alunos de 1998 para 2003 aumentou. Já na delegação de Ponte da Barca, a duplicação do curso entre a escola secundária e a escola profissional reflectiu-se numa repartição dos alunos entre as duas escolas, situação corrigida em 2001, quando deixou de haver informática na escola secundária. Relativamente às outras escolas profissionais, verifica-se uma maior estabilidade dos cursos, sendo que de 1998 para 2003, as variações ocorridas resultam do desaparecimento de alguns cursos e do surgimento de novas áreas de formação de acordo com as necessidades de formação.

A distribuição do número de alunos, em 1998 e 2003, por cursos do ensino profissional era a seguinte:







Ao longo destes últimos 5 anos, as escolas têm feito um trabalho de avaliação no sentido de irem de encontro aos princípios que regem a abertura de cursos, nomeadamente o princípio da complementaridade, sendo de notar a preocupação por uma certa especialização. Esta situação é comprovada, por exemplo, entre a delegação da EPRALIMA de Ponte da Barca e a EPADR de Ponte de Lima, em que o curso de Técnico de Turismo Ambiental e Rural deixou de existir em Ponte da Barca, enquanto o número de alunos na área de Electrónica e Electricidade e Electrónica aumentou.

De uma forma genérica, a actual oferta formativa, ao nível do secundário, aponta para um predomínio dos cursos genéricos de informática, administração, marketing e acção social nas escolas secundárias públicas, cujo principal público alvo em termos de colocação no mercado são as entidades públicas da administração, nomeadamente as Autarquias, e as actividades relacionadas com a função social do Estado como o Ensino e a Acção Social (Serviços Sociais e Pessoais).

Quanto às escolas profissionais, a oferta tende a apresentar uma certa especialização e dirige-se mais para entidades privadas como principais agentes empregadores. Assim, tendo por base a oferta existente, considera-se como áreas de formação a desenvolver as seguintes :

EPRALIMA – sede (Arcos de Valdevez) – Informática; Turismo e Hotelaria e mais recentemente surgiram novas áreas que vão de encontro à realidade do concelho e a opções estratégicas em termos de actividades económicas a desenvolver, nomeadamente na área da saúde e geriatria e do apoio à base produtiva transformadora, como a formação de Técnicos de Higiene, Segurança no Trabalho e Ambiente, decorrente de legislação que obriga as empresas a ter pelo menos 1 técnico de higiene e segurança do trabalho. Para além da formação referida, a abertura de uma delegação do CENFIM irá desenvolver formação ao nível da mecânica e metalomecânica que apoiará o desenvolvimento do sector secundário.

Decorrente da especialização produtiva do concelho, e do Plano Estratégico em revisão, pode-se indicar como áreas a desenvolver em termos de formação, as áreas técnicas de apoio à actividade transformadora (mecânica e metalomecânica); as áreas relacionadas com a actividade da construção civil, nomeadamente das técnicas tradicionais, integradas no objectivo “Promover a qualificação habitacional no Centro Histórico” e da recuperação do parque habitacional das freguesias rurais e do apoio aos emigrantes/imigrantes que queiram recuperar o parque habitacional existente; os serviços de apoio à produção, nomeadamente nas áreas financeiras e por fim, as áreas relacionadas com a saúde, integrando-se nesta componente os meios complementares de

diagnóstico, a geriatria e o lazer na óptica da saúde e do desporto para a 3ª idade (saúde, serviços pessoais e à comunidade), como aposta estratégica em termos de formação.

EPRALIMA – delegação de Ponte da Barca – especialização na área da electricidade e electrónica. Para além da consolidação destas áreas de formação, julga-se que deverão ser desenvolvidas as seguintes áreas de formação:

- áreas dos serviços de distribuição e comércio
- Hotelaria, Restauração e Turismo, devendo ser assegurada a respectiva complementaridade com Arcos de Valdevez e Ponte de Lima
- Acção Social direccionada para o apoio às famílias e população jovem (serviços sociais e pessoais)

EPADR – Ponte de Lima – à semelhança de Ponte da Barca, a escola profissional de Ponte de Lima tem desenvolvido ao longo do tempo uma especialização formativa nas áreas do turismo ambiental e rural e das Técnicas de Gestão Agrícola. Em termos de ofertas formativas a desenvolver, e dada a especialização da EPADR, julga-se que se registará um aumento da oferta de cursos profissionais na escola secundária, conforme já acontece na actualidade, nas áreas da Higiene e Segurança no Trabalho e da mecânica e manutenção industrial.

Esta nova vertente de formação da escola secundária deverá ser equacionada no âmbito das propostas relativas ao redimensionamento da rede do 2º e 3º ciclos do ensino básico, dado que conforme referido, a escola secundária está sobrelotada. Para além da continuação da vertente técnica dos cursos de mecânica e manutenção industrial, de apoio à actividade transformadora do concelho, deverá ser equacionada a possibilidade de desenvolver formação específica para a indústria extractiva e para a construção civil, não tanto em termos de técnicas de construção mas mais do projecto e acompanhamento de obra.

Relativamente a áreas de formação a desenvolver, na escola profissional, é de equacionar a transferência das área do turismo rural para Ponte da Barca, desenvolvendo em Ponte de Lima, as componentes agrícola / agrária e do ambiente e

recursos naturais em complementaridade com a vertente tecnológica de ordenamento do território e ambiente da E3/S de Arcozelo

ETAP – Vale do Minho sede e delegação de Vila Praia de Âncora – a formação profissional em Caminha é assegurada pela ETAP que desenvolve cursos nas áreas da construção civil e actividades afins, hotelaria, restauração e gestão. Em termos de necessidades futuras e de acordo com a especialização económica do concelho, é de continuar a desenvolver as áreas ligadas à construção civil, hotelaria e restauração, bem como as áreas relativas às vendas, comércio.

Escola Profissional de Música de Viana do Castelo – o desenvolvimento do ensino artístico, nomeadamente da música, é um dos objectivos da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Prevê-se a continuação deste tipo de formação, sendo que os grandes desafios se prendem com a integração dos sistemas de ensino e a permeabilidade entre os mesmo. A escola foi criada em 1992 e actualmente ministra o **Curso Básico de Instrumento** (equivalente ao 9º ano de escolaridade) e o **Curso de Instrumento** (equivalente ao 12ª ano de escolaridade) nas seguintes especialidades: **Violino, Viola d’arco, Violoncelo, Contrabaixo, Flauta, Clarinete, Oboé, Fagote, Trompete, Trompa, Trombone, Tuba e Percussão.**

A escola tem como objectivos:

- Promover a formação profissional e artística dos jovens do Alto-Minho
- Contribuir para a realização profissional dos jovens, proporcionando o seu desenvolvimento integral, pessoal e social, com particular relevo para a formação cultural, estética e ética.
- Dinamizar a vida musical da região
- Dotar a região de músicos profissionais

Os alunos têm idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos e são originários dos distritos de Viana do Castelo e Braga.

ESPROMINHO – Viana do Castelo - A oferta da ESPROMINHO centra-se em torno das áreas do Turismo, Gestão e Contabilidade. Considerando a especialização económica, interessa desenvolver as áreas relativas à indústria transformadora e aos serviços prestados às empresas e sector imobiliário de que as áreas de contabilidade, qualidade, vendas, marketing, são exemplos.

Quanto à oferta para o sector industrial, a importância histórica da **Escola Secundária de Monserrate**, como centro de formação técnica tende a manter-se, tendo a escola cursos profissionais na área da mecânica e manutenção mecânica. Para além da formação profissional, a escola desenvolve um plano de formação muito alargado no que respeita aos cursos tecnológicos e do ensino recorrente nas áreas da construção civil, electrotecnia/electrónica, informática, design e equipamento, administração e acção social, sendo hoje considerada um centro de excelência no que à formação diz respeito.

EP de Esposende – a formação técnica e profissional é assegurada em complementaridade pela ES/3 de Esposende e pela escola profissional. Assim, ao nível dos cursos tecnológicos, as áreas da construção civil e administração são assegurados na primeira, enquanto a área de informática é assegurada pela segunda. Em termos de especialização económica será de desenvolver formação nas áreas de apoio ao sector secundário, nomeadamente da indústria transformadora e construção civil e na área da hotelaria, já que esta actividade tem apresentado um forte crescimento no concelho.

Centro de Formação Profissional de Viana do Castelo – O Centro de Formação Profissional de Viana do Castelo entrou em funcionamento em 1997 e integra a rede de centros de Gestão Directa da Delegação Regional do Norte do IEFP. Como eixos privilegiados da intervenção do Centro salientam-se: a promoção de novas dinâmicas e estratégias operacionais que potenciem a capacidade de adaptação dos recursos humanos às mudanças organizativo-tecnológicas; a melhoria qualitativa da oferta de formação; o favorecimento da integração no mercado de trabalho da população desempregada e dos grupos desfavorecidos; o desenvolvimento de uma abordagem sistémica.

O Centro oferece as seguintes modalidades de formação: Aprendizagem; Educação e Formação de Jovens; Educação e Formação de Adultos; Qualificação Profissional; Formação Contínua e Formação de Formadores.

Através das diversas modalidades de formação, o Centro fornece um leque muito variado de áreas de formação de acordo com as necessidades do mercado e as características da população-alvo.

A problemática da oferta educativa ao nível dos tipos de cursos que se abrem ou não em determinada escola, é por si complexa, pelo que as soluções encontradas passam forçosamente por:

– assegurar a diversificação da oferta educativa, a articulação com os restantes níveis de ensino, a integração do currículo e da avaliação; a flexibilidade na construção de percursos formativos e a permeabilidade entre os cursos; a valorização dada à aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação e a integração das competências adquiridas na dimensão teórica e prática, instituindo formas específicas de aprendizagem em contexto de trabalho².

Para dar cumprimentos aos objectivos preconizados com a reforma do ensino secundário, foi criado um grupo de trabalho, no Ministério da Educação, para avaliar a implementação desta reforma e agir rapidamente de forma a solucionar possíveis problemas. Dos objectivos deste grupo de trabalho, destaca-se:

- conhecer de forma rigorosa a aplicação da reforma, na prática, através do levantamento da rede de oferta educativa, em termos de cursos, a nível nacional, e da sua adequação às necessidades e anseios dos alunos;
- avaliar a adequação dos recursos existentes e necessários à concretização do projecto;

² Objectivos definidos na Reforma do Ensino Secundário

Seria importante conhecer quais as metodologias utilizadas por este grupo de trabalho para fazer o levantamento das “necessidades e anseios dos alunos”. A partir deste trabalho interessa

- criar estruturas locais que incorporem representantes dos alunos, dos pais, da comunidade educativa, dos empregadores, das autarquias, entre outros, para que a avaliação do ensino secundário seja constante e as acções propostas correspondam de forma efectiva às necessidades e expectativas de todos os intervenientes.

A definição da rede de oferta educativas ao nível do secundário deverá considerar níveis reais da procura, ou seja, aquando da realização dos testes psicotécnicos no 9º ano pelo SPO, deverá ser feito o levantamento das intenções dos alunos no sentido de começar a equacionar que tipo de oferta a escola secundária deverá oferecer.

A abertura dos cursos está regulamentada pelo Ministério da Educação (nº de alunos para o funcionamento de determinado curso e área de especialização)³ pelo que a acção para além do que está definido na lei, deverá passar por um processo cuidado de definição de prioridades, bem como de identificação da procura em cada concelho. Caso seja necessário decidir pela abertura em determinado concelho, em detrimento de outro, a opção deverá equacionar critérios quantitativos mas também qualitativos ao nível da relação com o projecto educativo das escolas, a existência de recursos humanos e materiais disponíveis, o “peso histórico” de determinados cursos associados a determinadas escolas, entre outros critérios a definir.

Considerando que a decisão de escolher determinado área de estudo não se deve resumir a um dado momento no 9º Ano, deverá equacionar-se a possibilidade de, a partir do 5º Ano de escolaridade, o processo do aluno conter informações sobre as suas “aptidões”, no sentido desta informação poder ser passada quer ao aluno, quer ao SPO, caso as escolas tenham este serviço. Desta forma, a decisão é tomada com base em dados recolhidos ao longo da vida escolar do aluno e não somente no momento em que ele chega ao 9º Ano. As diferentes ofertas mesmo ao nível do ensino básico, já apontam

para a necessidade destes procedimentos, pelo que estes devem ser definidos com clareza, transmitidos aos alunos e encarregados de educação, e avaliados no sentido de serem revistos caso não alcancem os objectivos para que foram criados.

Por último, e considerando que as ofertas educativas não devem ser analisadas numa perspectiva local, aponta-se para que se crie a nível intermunicipal uma comissão de avaliação da rede local de ofertas formativas que estabeleça com a DREN e o IEFEP relações institucionais que permitam avaliar constantemente a rede de ofertas formativas no sentido de fazer proposta de abertura de cursos que dêem resposta aos objectivos definidos para o ensino secundário. Desta forma, pressupõe-se que uma maior adequabilidade das oferta formativas, resultará no aumento da população escolar neste nível de ensino, dando cumprimento ao objectivo de “formar jovens e adultos em áreas profissionais ajustadas ao meio socioeconómico, combinando-se na aprendizagem as componentes teórica e prática de cada profissão. Assim, pretende-se responder às necessidades das empresas da região e elevar o nível de formação da população, em especial dos jovens que não concluíram o ensino obrigatório”

No sentido de avaliar a transição da escola para o mercado de trabalho, o Ministério da Educação elaborou um estudo onde pretendia analisar algumas questões relativas aos ex-alunos do 9º e 12º Ano⁴.

O estudo tem em consideração uma amostra de alunos que terminou o 9º Ano e o 12º Ano no ano lectivo de 1992/93, tendo as escolas e os alunos da amostra sido seleccionados de forma aleatória. Para a selecção da amostra, utilizaram-se os processos dos alunos arquivados no DEPGEF. Os inquéritos foram enviados por correio tendo-se recebido um total 4358 do 9º ano (89% dos inquéritos enviados) e 2568 do 12º Ano (50% dos inquéritos enviados).

Das conclusões do estudo destaca-se

³ Despacho nº 13 765/2004 (2ª série) de 13 de Julho de 2004 que republica o despacho conjunto nº 373/2002 de 23 de Abril

⁴ ME-“Análise de Percurso Ensino Secundário -Vida Activa” in www.giase.min-edu.pt

- “Os ex-alunos abandonaram os estudos, essencialmente, por desmotivação pela escola e por dificuldades financeiras. A falta de colocação no ensino superior altera as expectativas dos ex-alunos do 12º ano, quanto ao prosseguimento dos estudos”
- “A maioria dos ex-alunos não teve formação profissional, com destaque para os oriundos do 9º Ano de escolaridade. A “empresa” foi o local privilegiado para os que fizeram formação”
- “São os conhecimentos pessoais e não as leis da oferta e da procura do mercado de trabalho que regem a obtenção do 1º emprego, sendo as principais dificuldades apontadas, a ausência de experiência profissional e de emprego na região”
- “As profissões desempenhadas pelos ex-alunos do 9º Ano centram-se nas áreas “Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos”, Empregados Administrativos” e “Pessoal dos Serviços Pessoais e Domésticos” – profissões de empregados de restaurante, balcão, escritório, trabalhadores da construção civil e empregado fabril.
- “As profissões desempenhadas pelos ex-alunos do 12º Ano centram-se nas áreas Empregados Administrativos” e “Profissões Técnicas Intermédias” – profissões de empregados de balcão, escritório, vigilante de crianças, técnicos int. Adm. Pública e vendedores”.
- “Na generalidade, é precária a estabilidade de emprego dos ex-alunos e baixo o seu nível de qualificação profissional. Para a mesma habilitação académica os homens desempenham funções mais qualificadas e possuem maior estabilidade de emprego. Por outro lado, ao aumento da habilitação corresponde um aumento na qualificação profissional e na estabilidade”
- “Embora uma parte significativa dos ex-alunos considera que a formação escolar recebida facilitou a integração no mercado de trabalho, apenas “alguns” dos conhecimentos adquiridos na formação escolar foram utilizados. As dificuldades sentidas centram-se nas áreas do “domínio da língua estrangeira” e na “Resolução de Problemas Concretos”
- “Poder-se-á dizer que a formação profissional recebida não facilitou a integração no mercado de trabalho, no caso dos ex-alunos do 9º Ano. A “prática insuficiente” foi a dificuldade mais citada por todos os ex-alunos. Apenas os ex-alunos do

12ºAno utilizaram a maior parte dos conhecimentos adquiridos na formação profissional”

Nas considerações finais, o mesmo estudo refere que “a visão pessimista do futuro, aliada à vontade de um bom desempenho profissional, deveria ser o mote para o equacionar de medidas a introduzir, quanto ao ajuste procura/oferta de mão de obra qualificada, nomeadamente ao nível do ensino secundário”.

Estas conclusões, embora possam estar um pouco desactualizadas, dado que não reflectem a avaliação positiva que se faz das escolas profissionais por exemplo, continuam actuais no que à problemática do ensino secundário regular geral e tecnológico diz respeito.

Assim, partindo deste trabalho, como exemplo, interessa fazer um **levantamento exaustivo da avaliação que os ex-alunos fazem da formação que receberam**. A par desta análise à posterior, deverá igualmente ser estudada **a avaliação dos alunos e famílias enquanto utilizadores do sistema, dado que são estes os principais “clientes do sistema”**.

A par da satisfação dos **alunos e famílias**, deverá igualmente fazer-se um levantamento dos conhecimentos técnicos e competências pessoais necessárias para o desempenho de determinadas funções. Nesta componente, o **Mercado** terá de ter uma participação activa já que é ele que vai receber os alunos das escolas. A necessidade de desenvolver a formação em ambiente “fábrica”, exige uma relação estreita com as entidades empregadoras e um trabalho de sensibilização junto do tecido produtivo no sentido de um maior acompanhamento dos formandos durante o estágio, de uma avaliação constante dos estágios e valorização / satisfação com os formandos que são colocados no mercado de trabalho.

A participação das associações profissionais / empresariais **num Conselho Intermunicipal da Educação e Formação, ou numa primeira fase, no Conselho Municipal de Educação** é uma medida cuja operacionalização exige a definição de um esquema muito claro de atribuições, competências, modos de funcionamento, ou seja, a elaboração de um **regulamento interno de funcionamento**.

1.4. ENSINO SUPERIOR

A Carta Educativa, conforme requisito expresso pelos municípios, inclui algumas considerações relativas ao ensino superior que são o resultado da vontade expressa em instrumentos de planeamento nomeadamente nos Planos Directores Municipais e nos Planos Estratégicos e ou de objectivos transmitidos pelos municípios no decorrer do processo de elaboração da Carta Educativa. A justificação das considerações efectuadas resulta da necessidade de, num instrumento de planeamento como é a Carta Educativa, deixar expressas algumas ideias para o futuro no que ao ensino superior diz respeito.

Considerando os objectivos definidos pelos vários municípios recordamos o referido por Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, e Viana do Castelo.

Arcos de Valdevez – “No que se refere ao **Ensino Superior**, é total o empenho da Autarquia para a sua concretização, esperando-se que a essa vontade corresponda a disponibilidade da Administração Central para a sua efectivação. Assim, tal como é referido no Plano Estratégico de Arcos de Valdevez, a oferta de ensino superior deve ser promovida, preferencialmente a nível do ensino público e politécnico, em áreas identificadas com as intervenções a concretizar no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Arcos de Valdevez e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, áreas a definir tendo em conta a oferta de cursos já existentes nas diversas instituições de ensino superior implantadas nesta região minhota, nomeadamente em Ponte de Lima, Viana do Castelo, Valença, Braga, Barcelos, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Póvoa de Lanhoso, bem como fomentada a articulação com instituições de ensino superior para a realização de acções de formação e pós-graduação no Concelho”.

No Plano Estratégico é definida uma orientação no sentido de “Promover a oferta de ensino superior, nomeadamente nas áreas do Ambiente e da Saúde”. No campo da Saúde, as áreas de formação a desenvolver deverão ser complementares à oferta actualmente existente, nomeadamente nas áreas da geriatria e dos meios complementares de diagnóstico no âmbito da saúde preventiva e paliativa.

Ponte de Lima – “Mantemos total conformidade com os objectivos dos estabelecimentos do ensino profissional, especialmente a Escola Profissional Agrícola e do Desenvolvimento Rural e do ensino superior, como a Universidade Fernando Pessoa e a Escola Superior Agrária”.

Viana do Castelo – “Reforçar a oferta a nível de Ensino Superior num quadro de cooperação intermunicipal, aproveitando recursos, sinergias e complementaridades”.

Os desafios que se colocam ao Ensino Superior estão na ordem do dia com a revisão da Agenda de Lisboa, assumindo a Comunidade Europeia, a importância da Inovação como factor fundamental do aumento da competitividade europeia.

A Agenda de Lisboa foi lançada em 2000, para fazer da economia europeia a mais competitiva do mundo em 2010. Foram traçadas metas e objectivos, no sentido, de em 10 anos, tornar a economia europeia como a mais competitiva do mundo, **baseada no conhecimento e sem perder o essencial do seu modelo social**. Passados cinco anos, os objectivos principais da “Agenda de Lisboa”, já estão fora do alcance. O facto da Comissão Europeia ter feito da “Agenda de Lisboa” a sua prioridade política e de se preparar para o relançamento da mesma, partindo da tónica do crescimento e do emprego, **fazendo do conhecimento, da inovação e da qualificação do capital humano os factores decisivos do aumento da competitividade das economias europeias**, elevando os factores estruturais das mesmas para uma nova plataforma baseada no conhecimento, permite ainda algum optimismo.

O relançamento da Agenda de Lisboa em discussão pela Comissão Europeia, em 22 de Março de 2005, teve como principal objectivo implementar este documento através da **adoção de programas nacionais** que permitam tornar mais visível o que ela é e adaptá-la às circunstâncias de cada país e, ao mesmo tempo, garantir um compromisso político mais forte quer dos governos, quer da sociedade civil.

A “Agenda de Lisboa” pretende-se como instrumento orientador das políticas europeias, no sentido da implementação de programas que através do aproveitamento dos recursos e da união dos esforços, permitam um crescimento sustentável da produtividade. **É convicção da Comissão Europeia que a chave do crescimento da produtividade se**

encontra no “triângulo do conhecimento”, constituído pela educação, pela investigação e pela inovação.

É através da melhoria substancial das formas de transferência do conhecimento através da educação, da produção de novos conhecimentos através da investigação e da utilização e aplicação desse conhecimento através da inovação, que se alcançará níveis de crescimento e emprego competitivos.

No entanto, existem condicionantes muito fortes ao crescimento e desenvolvimento da educação e do ensino. Estas condicionantes estão gradualmente a ser combatidas pela Comissão Europeia, nomeadamente através da revitalização da Agenda de Lisboa, de onde poderão sair novas medidas e propostas inovadoras. Um dos **aspectos visados será a revisão do enquadramento dos auxílios estatais no incentivo do investimento na investigação e inovação, através da criação de “pólos de inovação”**, onde se reunirão pequenas e médias empresas tecnológicas, universidades e o necessário apoio empresarial e financeiro.

As referências à Agenda de Lisboa apontam para a necessidade de desenvolver formas institucionalizadas de relacionamento entre a educação- transmissão do conhecimento, a investigação – produção de conhecimento e a inovação – utilização do conhecimento. Desta forma, e conforme referido no PDM de Viana do Castelo, deverá haver um desenvolvimento do ensino superior, nomeadamente da componente tecnológica e da relação entre a comunidade científica, a comunidade escolar e o mercado de trabalho. No âmbito dos Planos Estratégicos em revisão deverá ser avaliada a pertinência do desenvolvimento de pólos tecnológicos onde a ligação entre a Universidade e o tecido empresarial seja estreita. Para além da ligação Universidade - Tecido Empresarial, interessa desenvolver mecanismo de contacto entre a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana e as escolas básicas e secundárias, por exemplo, no sentido de se desenvolver formação e conhecimento que permita inovar no que respeita à componente científico-pedagógica.



VASCO DA CUNHA
estudos e projectos (lisboa), s.a.

O IPVC está a rever o seu plano estratégico apontando como novas orientações estratégicas, o desenvolvimento de:

- Tecnologias de Informação e Comunicação, nomeadamente através do desenvolvimento de projectos nas escolas secundárias, no âmbito da sociedade do conhecimento
- Formas de acesso à formação, desenvolvendo-se o e'learnig
- Oferta de formação de nível IV – CET, estabelecendo protocolos com as escolas profissionais
- Formação Pós Graduada de Activos
- Projectos de Invocação ao nível das práticas de ensino e aprendizagem

1.5. MECANISMO DE OPERACIONALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA

A componente da implementação e avaliação da Carta Educativa é um elemento chave para que as medidas propostas sejam constantemente adaptadas à evolução das componentes que tiveram na base das propostas apresentadas, nomeadamente a evolução da componente demográfica (evolução da procura) e do ordenamento do território.

Qualquer alteração nestas componentes implica uma revisão da Carta Educativa no sentido de a redireccionar de acordo com as alterações ocorridas ao longo do tempo.

A operacionalização enquadra-se em dois sistemas distintos, um de carácter municipal/intermunicipal que se consubstancia na definição de uma série de processos, procedimentos, instruções de trabalho, responsabilidades, e o outro tem por referência o trabalho realizado pela equipa coordenada pelo Prof. Damião Matos que deverá ser um ponto de partida para os vários concelhos pensarem a forma de operacionalização da Carta Educativa. Embora se faça referência às Câmaras Municipais como principal responsável pela implementação/avaliação da Carta, estas podem delegar na VALIMAR ComUrb algumas das suas responsabilidades, devendo ser definido no início do processo quais os processos assegurados pelos vários intervenientes.

1.5.1 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

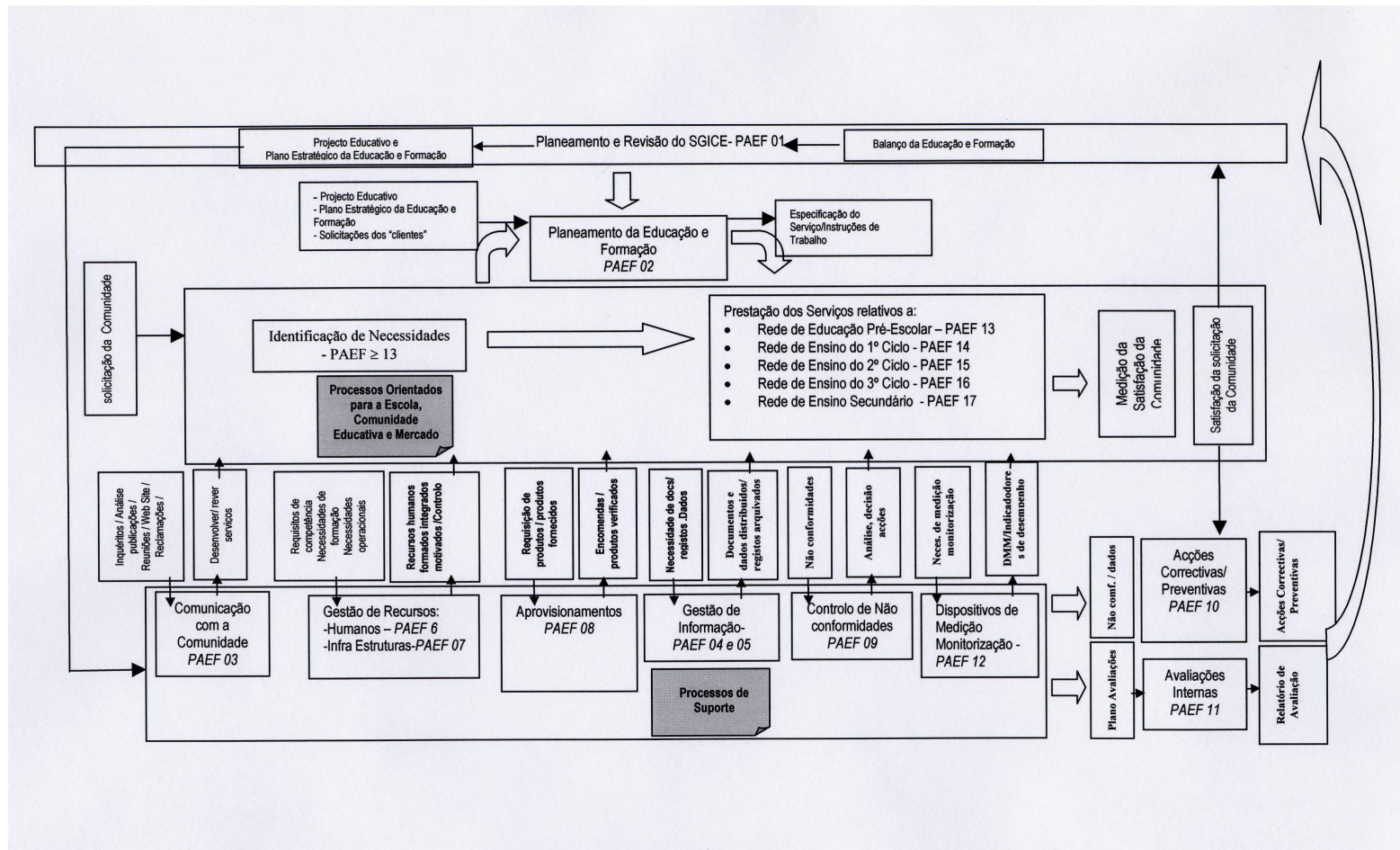
1.5.1.1 Requisitos do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa.

A implementação deste sistema tem como objectivo organizar e sistematizar as actividades da autarquia capazes de assegurar e demonstrar a sua capacidade para prestar serviços, no âmbito da Educação e Formação, que cumprem sistematicamente as disposições internas aplicáveis e as decorrentes das exigências da Comunidade Educativa.

Através da implementação do seu Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa, a AUTARQUIA visa criar condições:

- do ponto de vista organizativo, da gestão dos seus recursos humanos e materiais e dos seus processos e métodos de trabalho para obter e manter a satisfação da Comunidade Educativa interpretando adequadamente as suas necessidades e também as suas expectativas de modo a manter a sua confiança, traduzida na manutenção de um assíduo e contínuo contacto na prestação dos serviços que actualmente já dispõe, bem como na perspectivação de novos serviços a prestar.
- Gerar processos de melhoria contínua da qualidade e prevenir a ocorrência de não conformidades através do tratamento dos dados e ocorrências associadas ao funcionamento do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa e da participação dos seus colaboradores nesse Sistema.

Os Processos de Acção Educativa e Formativa (PAEF) necessários à adequada prestação dos serviços pela Autarquia, estão detalhadamente descritos em termos da sua sequência de operações, dos critérios e métodos que asseguram a sua realização em termos eficazes e eficientes, da informação que é necessária para que possam ser realizados, da sua monitorização ao longo das diferentes operações e ao longo do tempo e da sua avaliação de modo a que se assegure que obtêm os resultados necessários. Esta situação é ilustrada na figura a seguir apresentada



A monitorização dos processos é assegurada por Indicadores de Desempenho a definir e a identificar numa Matriz de Monitorização dos Processos.

1.5.2 DOCUMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA

O Sistema de Gestão e Implementação da carta Educativa encontra-se descrito numa estrutura documental bem definida e hierarquicamente estruturada, ilustrada na figura a seguir.



A Câmara Municipal assegura através desta hierarquia documental que:

- A Política Educativa e Formativa e os Objectivos da Educação e Formação se encontram definidos e descritos em documentos próprios aprovados
- O Manual da Carta Educativa traduz o comprometimento da Autarquia no cumprimento da sua Política e Objectivos da Educação e Formação
- Os processos de gestão e implementação da Carta Educativa encontram-se documentados assegurando o seu efectivo planeamento, execução e controlo.

O Manual da Carta Educativa descreve de forma clara para a Comunidade Educativa, colaboradores e fornecedores, quais os seus compromissos em matéria de Educação e Formação.

Através do cumprimento das disposições do PAEF-04-Gestão e Controlo dos Documentos, os documentos que suportam o Sistema de Gestão e implementação da Carta Educativa:

- São aprovados antes de serem emitidos,
- São sujeitos a revisão e actualização sempre que necessário, sendo possível a qualquer momento identificar o seu estado de revisão,
- Estão disponíveis de forma actualizada em todos os locais onde são necessários, que se mantêm legíveis e disponíveis para utilização durante um período de tempo adequado às necessidades da autarquia e aos seus compromissos com a Comunidade Educativa e outras entidades assim o determinem,
- são prontamente removidos quando se tornem obsoletos.

A Autarquia assegura ainda que os documentos de origem externa que sejam relevantes para qualidade dos serviços fornecidos pela autarquia são identificados e registados e que a sua distribuição no interior da autarquia é feita de forma controlada, conhecendo-se as versões distribuídas e respectivos detentores.

A Autarquia assegura que os registos que evidenciam o funcionamento do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa e os resultados obtidos são controlados quanto à sua identificação inequívoca, à sua manutenção em adequadas condições de conservação, à sua protecção contra danificação provocada por uso indevido, à sua conservação por um período de tempo compatível com os compromissos da autarquia com a Comunidade Educativa e outras entidades, nomeadamente no domínio da Gestão e Implementação da Carta Educativa, e finalmente à sua destruição de forma apropriada a evitar a difusão indevida de informações de carácter reservado ou de interesse exclusivo da autarquia. O processo de assegurar estas condições em termos de quem, o

quê, quando e como deverá ser definido no Procedimento de Acção Educativa e Formativa PAEF 05-Controlo dos Registos da Educação e Formação.

1.5.3 RESPONSABILIDADE DA GESTÃO

1.5.3.1 Comprometimento da Gestão

A Câmara Municipal é a primeira responsável por assegurar a implementação, o funcionamento, o desenvolvimento e aprofundamento do Sistema de Gestão da Carta Educativa no sentido de proporcionar condições para o envolvimento de toda a comunidade educativa no processo de melhoria contínua, através:

- Da comunicação à comunidade da importância das expectativas e necessidades dos “clientes”.
- Do estabelecimento de uma Política Educativa
- De assegurar o estabelecimento dos Objectivos da Educação
- Da condução das revisões de gestão
- Da avaliação dos recursos disponíveis.

Neste contexto a Câmara Municipal assegura as seguintes actividades:

1.5.3.2 Focalização nos Clientes do Sistema

Assegurar que as necessidades dos clientes são determinadas e atendidas com o propósito de aumentar a sua satisfação, através das disposições:

- dos processos de gestão e implementação da Carta Educativa descritos em procedimentos específicos – PAEF 13,14,15,16,17
- como processo de medição da sua satisfação, através do descrito no PGQ 03-Necessidades, Expectativas e Satisfação da Comunidade Educativa, onde assegura que são analisadas as necessidades e as expectativas, recorrendo a:
 - inquéritos de opinião visando a avaliação da satisfação da Comunidade.
 - Reuniões com a Comunidade Educativa

1.5.3.3 Política da Educação e Formação

É da responsabilidade da Câmara Municipal, a definição, revisão e aprovação de uma Política da Educação, que:

- Tenha como referencial a sua Missão e os Valores, o Plano Estratégico da Acção Educativa e Formativa, elaborado anualmente, onde são descritos os objectivos estratégicos da educação e formação, as necessidades e expectativas da Comunidade Educativa, recolhidas periodicamente e os meios materiais e humanos de que dispõe para os suportar.
- Seja concretizada através de Objectivos da Educação e Formação definidos e monitorizados periodicamente
- Seja divulgada e entendida por todos os técnicos da Câmara Municipal.

Esta Política da Educação e Formação, é definida, revista e aprovada segundo o disposto no PGQ 01-Revisão e Planeamento do Sistema de gestão e Implementação da Carta Educativa.

1.5.3.4 Planeamento

A concretização da Política da Educação e Formação é traduzida em Objectivos e Metas Anuais no domínio da educação e formação.

Estes objectivos são monitorizados através de um processo de seguimento com periodicidade a definir, permitindo verificar se a Política da Educação e Formação está ser correctamente entendida pela organização e implementada.

Para além de verificar se está a ser correctamente implementada, a Câmara Municipal verifica também anualmente se a Política da Educação e Formação mantém a sua actualidade face ao desenvolvimento verificado no município e na sua envolvente externa (região) usando para esse efeito a revisão do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa, processo descrito no PGQ 01-Revisão e Planeamento do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa.

Os resultados destas análises e avaliações são usados quando da revisão Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa e no processo global de planeamento da

qualidade de acordo com as disposições do PGQ 01-Revisão e Planeamento do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa.

A Câmara Municipal assegura dois níveis diferentes e complementares de planeamento:

- O Planeamento Estratégico, tendo como “output”, um Plano Estratégico da Educação e Formação, onde são planeadas as actividades necessárias, incluindo os recursos e metodologias, com vista à concretização dos Objectivos da Educação e Formação, conforme indicado no PGQ 01-Revisão e Planeamento do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa. Este planeamento, realizado no âmbito da revisão do sistema de gestão e implementação da Carta Educativa, lida globalmente com o sistema de gestão e implementação da Carta Educativa, com as necessidades e a satisfação da Comunidade Educativa, com a disponibilidade e adequação dos meios materiais e humanos para poder satisfazer a Política da Educação e Formação, os Objectivos da Educação e Formação.
- O planeamento realizado ao nível das acções relativas a cada procedimento específico (PAEF > a 13), visando identificar e planear as actividades, meios, critérios e recursos capazes de assegurar que o mesmo vai ser prestado e monitorizado de forma a garantir a sua conformidade com os requisitos aplicáveis. A sua realização ocorre em etapas devidamente identificadas do processo de realização de cada acção. Este planeamento é definido no PGQ 02-Planeamento da Educação e Formação.

1.5.3.5 Responsabilidade, Autoridade e Comunicação

A Câmara Municipal assegura a definição de funções associadas à organização descrita no organigrama da câmara, em particular no que diz respeito à Educação e Formação tal como descrito no capítulo III do Manual da Carta Educativa.

Por forma a promover o seu envolvimento na gestão do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa, a Câmara Municipal designa um dos seus membros, como seu representante na Gestão desse Sistema, sendo-lhe, neste contexto, atribuídas as seguintes responsabilidades e autoridade:

- Assegurar que o Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa cumpre as disposições deste Manual da Carta Educativa e documentos associados
- Assegurar que o Sistema se mantém eficaz para satisfazer a Política da Educação e Formação
- Assegurar a recolha, tratamento e análise de toda a informação relevante sobre o funcionamento do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa, de forma a informar a Câmara Municipal e propor-lhe para decisão as medidas que entenda adequadas para manter e melhorar o desempenho do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa.
- Promover no interior da Câmara, e se necessário junto dos seus fornecedores, acções de sensibilização e de promoção da qualidade focalizada nas necessidades da comunidade educativa e no grau de satisfação dessas necessidades.

O representante da Câmara delega no Gestor da Carta Educativa, as actividades operacionais de Gestão do Sistema de gestão e Implementação da Carta Educativa

A Câmara Municipal estabeleceu um processo de comunicação interna no sentido de divulgar a política da educação e formação, os objectivos da educação e formação e outros comprometimentos, tendo em vista o envolvimento dos colaboradores na sua concretização bem como a análise do desempenho e eficácia do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa e daí o desencadear de acções de melhoria, através de :

- Reunião anual entre a Câmara Municipal e os colaboradores no início de cada ano civil.
- Correio Electrónico onde, através do endereço do Vereador do pelouro, qualquer colaborador pode efectuar comentários e sugestões, que são posteriormente tratadas pela Câmara Municipal.
- Notícias Internas, expressas no Boletim Municipal

1.5.3.6 Revisão do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa

A Câmara Municipal mantém uma atenção constante ao desempenho do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa, à sua adequação às necessidades e capacidades da Câmara e finalmente à sua eficácia e eficiência, tendo como referenciais a satisfação da Comunidade Educativa. Neste sentido, através da criação de um órgão consultivo, ou no âmbito do Conselho Municipal de Educação, revê, sempre que na sua avaliação considerar adequado e necessário, o seu Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa visando mantê-lo o mais simples, eficaz e operacional possível e criando as condições para que a Política da Educação e Formação e os Objectivos e Metas Anuais no domínio da Educação e Formação sejam alcançados.

Assim o Gestor da carta Educativa elabora o “Balanço da Educação e Formação”, documento no qual se descreve o desempenho e as principais ocorrências no domínio da Educação e Formação, nomeadamente:

- Informação relativa às necessidades, expectativas e satisfação da Comunidade Educativa
- Desempenho dos processos existentes na Câmara baseados nas medições e nos Indicadores de Desempenho aplicáveis
- Conformidade dos serviços prestados, resultante quer das medições efectuadas ao longo da sua prestação, quer do tratamento das não conformidades detectadas na sua concretização
- Tipo, natureza, quantidade e estado das acções correctivas e das acções preventivas tratadas durante o período em análise
- Os resultados das avaliações efectuadas durante o período de tempo em análise
- As mudanças em termos de envolvente externa e da componente interna (recursos materiais e humanos, tecnologias, processos e métodos de trabalho, ambiente, ...) que afectem as disposições e a eficácia do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa, e que, portanto, recomendem alterações.

Este “Balanço da Educação e Formação” é discutido em reunião de Conselho Municipal da Educação, sendo tomadas as decisões que, no entender dos participantes, contribuam

para manter o Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa eficaz e adequado às necessidades.

Estas conclusões, são descritas em Acta de Reunião, ao qual se encontra afecto um Plano Estratégico da Educação e Formação, onde são descritas as acções que as permitem concretizar, as responsabilidades pela sua concretização e as datas em que devem estar concluídas. O modo de preparar e documentar a realização da revisão do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa em termos de o quê, quando, quem e como está descrito no Procedimento PGQ 01-Planeamento e Revisão do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa.

O Plano Estratégico da Educação e Formação é usado para avaliar o desempenho da Câmara e decidir sobre acções e processos de melhoria, para efectuar o seguimento dos Objectivos da Educação e Formação e, para rever o Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa.

1.5.4 GESTÃO DE RECURSOS

1.5.4.1 Provisão de Recursos

A Câmara Municipal quer na actividade de Planeamento da Educação e Formação, quer na actividade de revisão do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa, detalhadamente descritas no PAEF 01, avalia as capacidades e recursos da Câmara para poder responder eficazmente às necessidades e expectativas da Comunidade, tendo em conta o seu grau de satisfação e para poder melhorar os seus processos.

1.5.4.2 Recursos Humanos

A CÂMARA MUNICIPAL assegura a gestão dos recursos humanos de forma a que, também por essa via, sejam asseguradas as condições para prestar serviços conformes e satisfazer as necessidades da Comunidade Educativa.

Essa gestão, realizada detalhadamente de acordo com as disposições do PAEF 06-Gestão de Recursos Humanos, assegura:

- A identificação das competências necessárias para o desempenho de funções com impacto no Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa, em termos de formação, conhecimentos e experiência, e a efectiva satisfação dessas competências no desempenho dessas funções.
- A disponibilização das acções de formação necessárias para poder responder às necessidades da Câmara em todos os seus domínios de actividade, e principalmente no à educação e formação diz respeito
- A avaliação da eficácia da formação realizada de forma a servir de elemento de decisão para a realização de futuras acções e para fundamentar a análise de competências para a realização de funções
- A realização de acções de sensibilização e de motivação para a educação e formação como forma de melhorar as capacidades para satisfazer as necessidades da comunidade e atingir os objectivos da Câmara no domínio da educação e formação.
- A realização de acções de avaliação das necessidades e da satisfação dos técnicos do serviço da educação de forma a dispor de dados que permitam à Câmara gerir de modo eficiente as respectivas carreiras
- A manutenção de dados actualizados sobre a formação, experiência e qualificações dos colaboradores da Câmara.

1.5.4.3 Infra-estruturas

- A gestão das infra-estruturas necessárias para assegurar que são adequados e mantidos de modo a permitir a prestação dos serviços da Câmara em conformidade com os requisitos aplicáveis é realizada de acordo com as disposições do PAEF 07-Gestão de Infra-estruturas,

Como forma de monitorizar estas actividades, a Câmara Municipal dispõe no seu Plano de Avaliações Internas, conforme PAEF 11-Avaliações Internas.

1.5.5 MEDIÇÃO, ANÁLISE E MELHORIA

1.5.5.1 Requisitos

A actividade de planeamento global da EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO realizada de acordo com as disposições do PAEF 01-Planeamento e Revisão do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa, permite assegurar a realização das seguintes actividades:

- Análise e tratamento dos dados relevantes associados ao Sistema de Gestão da Carta Educativa no sentido de caracterizar a sua importância e identificar oportunidades e necessidades de melhoria.
- Identificação das actividades de medição e monitorização dos serviços e respectivo processo de prestação, de acordo com o disposto no PAEF02-Planeamento da Educação e Formação.
- A identificação das técnicas estatísticas a utilizar e a definição das condições técnicas e operacionais (formação e enquadramento dos recursos humanos) para a sua utilização.

1.5.5.2 Monitorização e Medição

A CÂMARA MUNICIPAL efectua a medição da satisfação da Comunidade Educativa através quer da sua audição por inquéritos, quer através do atendimento aos munícipes, quer através de reuniões agendadas para o efeito.

A Câmara Municipal planeia e assegura a realização de avaliações internas de acordo com as indicações detalhadas do seu procedimento PAEF 11-Avaliações Internas, tendo em conta as seguintes vertentes:

- Avaliação ao Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa
- Avaliações aos Serviços Prestados
- Nesse contexto a Câmara assegura:
- A selecção e a frequência das avaliações em função dos resultados de avaliações anteriores e do grau de importância de cada um dos processos e actividades a serem avaliados.
- âmbito de cada avaliação
- As responsabilidades pela realização de cada avaliação.

O referido Procedimento estabelece também os requisitos que os técnicos devem satisfazer para poderem dispor de condições para realizarem as avaliações, de modo a assegurar a sua competência neste domínio.

Os resultados das avaliações, relatados nos respectivos Relatórios, são analisados pela Câmara Municipal, procedendo-se à identificação das acções correctivas eventualmente necessárias, ao planeamento da sua execução e posteriormente ao seguimento da sua realização de forma a verificar a eficácia das acções tomadas.

Os serviços fornecidos pela CÂMARA MUNICIPAL, bem como os processos para a sua realização são objecto de medição e monitorização, através da utilização de Indicadores de Desempenho. Estes Indicadores, caracterizados de acordo com o PAEF 12 - Dispositivos de Medição e Monitorização permitem recolher, tratar e analisar os dados que possibilitam a comparação dos resultados obtidos com padrões de referência. Esta metodologia permite assim concluir sobre a satisfação dos objectivos pretendidos.

1.5.5.3 Controlo de Não Conformidades

O tratamento dado às não conformidades detectadas internamente, ou pela Comunidade e reportadas sob a forma de reclamações, de acordo com o PAEF 09-Tratamento de Não Conformidades, permite assegurar:

- A análise do problema e das correcções a efectuar para eliminar a não conformidade
- A realização das correcções e posteriores verificações de conformidade

1.5.5.4 Melhoria Contínua

A CÂMARA MUNICIPAL desenvolve a todos os níveis da organização a filosofia da melhoria continua, através da qual promove a participação de todos.

A Câmara é responsável pelo estabelecimento e pela implementação do programa de melhoria continua, de acordo com o descrito no PAEF 10 – Acções Correctivas/ Preventivas

Com o objectivo de identificar oportunidades de melhoria, a CÂMARA MUNICIPAL, monitoriza continuamente um conjunto de indicadores e de informação, nas seguintes áreas:

- Avaliação do Desempenho dos Fornecedores
- Avaliação da eficácia da formação
- Análise de Reclamações da Comunidade
- Análise dos processos orientados para a Comunidade através da comparação das necessidades e do desempenho actual da Câmara com as disposições e orientações contidas no Plano Estratégico da Educação e Formação
- Análise dos resultados das avaliações efectuadas ao Sistema de Gestão e Implementação da carta Educativa e das avaliações aos processos e eficácia das acções correctivas tomadas para eliminar eventuais não conformidades
- Análise dos dados relativos a inquéritos de satisfação da Comunidade Educativa
- Análise dos dados relativos à satisfação dos colaboradores
- Análise dos dados relativos à conformidade/não conformidade dos serviços
- Análise dos dados relativos ao desempenho dos processos comparativamente com os objectivos estabelecidos

Os projectos que visam a melhoria continua, podem provir da análise destes dados ou como resultado da identificação, por qualquer agente, de oportunidades de melhoria.

Os resultados das análises realizadas quando da actividade de planeamento global da educação e formação e de revisão do Sistema de Gestão e Implementação da Carta Educativa pela Câmara, e acompanhamento do processo de melhoria continua conduzem, quando tal necessidade é identificada, a:

- - realização de acções correctivas de acordo com as disposições detalhadas do PAEF 10-Acções Correctivas e Preventivas, incluindo a determinação das causas de não conformidades, determinar e implementar a acção que evite a sua recorrência e analisar os resultados.
- - realização de acções preventivas de acordo com as disposições detalhadas do PAEF 10-Acções Correctivas e Preventivas, incluindo a determinação das causas de potenciais não conformidades, determinar e implementar a acção que evite a sua ocorrência e analisar os resultados.

2. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA MUNICIPAL

2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR - PROCURA

As propostas de reordenamento da rede escolar têm por base os cenários de evolução da **população residente**, para cada concelho, e os cenários de evolução da população escolar, tendo em consideração os critérios a seguir referidos:

1 – Os cenários da projecção da população residente para 2011 têm por base os padrões de mortalidade da última década aferidos através das “Tábuas de Mortalidade”. O modelo de “*cohort survival*” baseia-se na noção de cohort e na probabilidade que um determinado grupo tem de vir a constituir o grupo etário seguinte. Para o cálculo da população em idade escolar, considerou-se o cenário que mantém os movimentos migratórios na próxima década semelhantes aos da década anterior.

A população com 3, 4, 5 e 6 anos resulta da distribuição homogénea da população do grupo quinquenal por cada ano que o compõe.

A variação dos grupos etários escolares, entre 2001 e 2011, será a seguinte:

idades	Arcos de Valdevez		Caminha		Ponte da Barca		Ponte de Lima		Viana do Castelo		Esposende	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
3-5	538	480	443	490	349	381	1525	1516	2685	2723	1261	1405
6-9	785	893	660	720	569	628	2165	2400	3684	4394	1744	2108
10-11	468	392	352	308	293	253	1128	1039	1905	1923	946	910
12-14	799	589	586	461	487	379	1689	1557	3119	2883	1441	1365
15-17	959	584	750	569	556	415	2020	1623	3534	3048	1581	1394
Total	24761	22510	18101	17069	12909	13033	44343	45701	88631	94611	33325	36722

Fonte: INE – Censos 2001 e Projecção Demográfica

Conforme se pode observar no quadro anterior, de uma maneira geral, a população até aos 9 anos irá aumentar e a população dos 10 aos 17 anos irá diminuir, prevendo-se deste modo uma recuperação dos efectivos na base da pirâmide resultante do aumento

da natalidade e uma diminuição da população a frequentar o 2º/3º ciclos e ensino secundário, resultante das quebras de natalidade dos anos 90.

A **projectão da população escolar**, por ano de escolaridade, teve por base o seguinte:

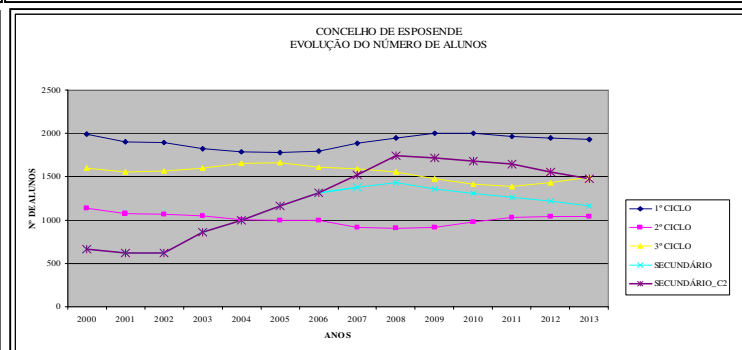
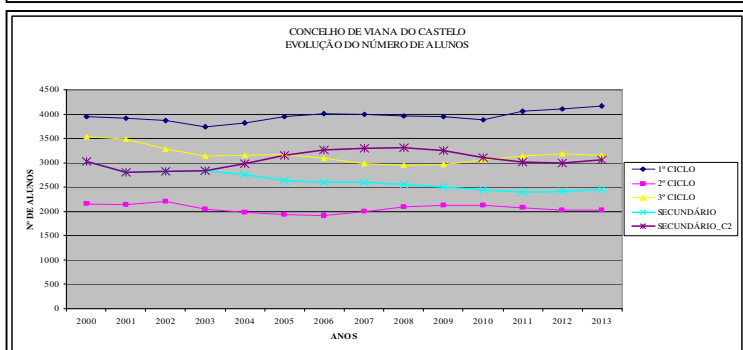
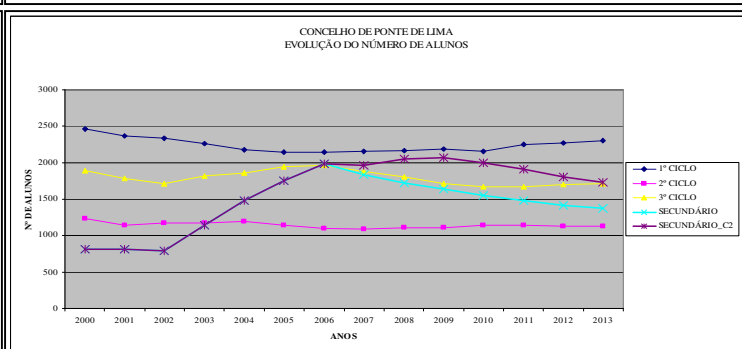
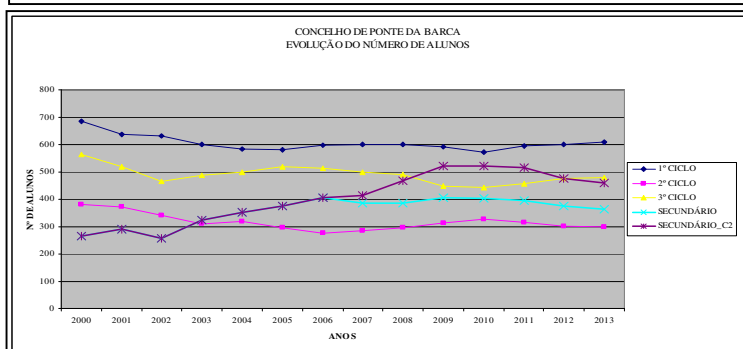
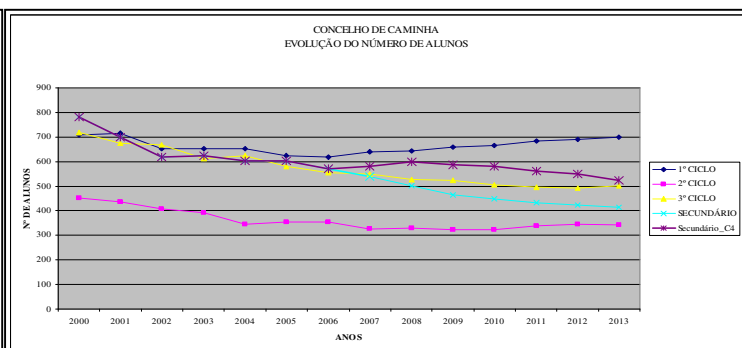
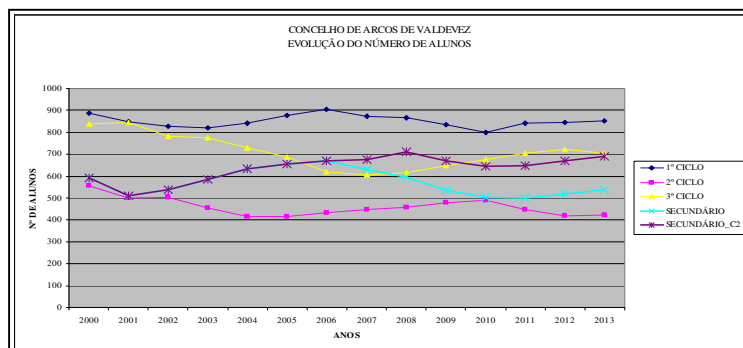
- Entradas no sistema (população com 6 anos de idade) – dados vivos de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, pressupondo-se a ausência de mortalidade infantil. Para os anos de 2008, 2009, 2010, 2012 e 2013 as entradas resultam da média de nascimentos dos 3 anos anteriores. Para 2011, a população com 6 anos de idade corresponde à repartição da população do grupo etário dos 5-9 equitativamente pelos 5 anos.
- Cenários de evolução da produtividade do sistema. Os cenários de evolução da produtividade do sistema resultam do seguinte;
 - o Cenário 1 – cenário resultante de estudo elaborado pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, em que a produtividade até 2005/06 parte das taxas verificadas em 2001 e com os seguintes pressupostos para o abandono e repetência:
 - Do 1º ao 8º ano de escolaridade, evolução linear de abandono verificado no ano base até à ausência de abandono em 2006;
 - Para o 9º Ano, evolução linear da percentagem de abandono verificada no ano base até ao valor de 15% em 2006;
 - Nivelamento das disparidades regionais em 2000/01 relativamente às regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve, através do estabelecimento, para aquele ano, de uma meta intermédia de 13%, correspondente ao valor médio de abandono no conjunto do 10º e 11º anos de escolaridade e aproximadamente igual ao valor verificado na Região de Lisboa e Vale do Tejo (12%), tendo-se fixado para esta região como meta 9%;

- Manutenção até 2005-2006 das taxas de repetência verificadas em 2001/02
 - Para os anos de 2012 e 2013, mantiveram-se os valores de 2011
 - no ensino secundário, Nos anos de 1999 a 2002 apenas se consideraram os alunos do ensino regular diurno. A partir de 2003 consideraram-se todos os alunos que transitam do 9º ano e todos os que ficam retidos no 10º ano, não se contabilizando as saídas do sistema regular para outros sistemas – profissional.
- Cenário 2 – cenário resultante da aplicação dos valores definidos como objectivo para 2010, pelo Ministério da Educação, tendo por base a melhoria da produtividade ao nível do ensino secundário.

A definição dos cenários da projecção da população escolar foi uma tarefa crítica do processo. Em primeiro lugar houve necessidade de solicitar aos agrupamentos, os dados relativos aos alunos retidos, aprovados e que abandonaram o sistema de ensino, já que a informação proveniente do GIASE não coincidia com os valores dos agrupamentos da fase de Diagnóstico.

A validação das taxas relativas à produtividade do sistema, entendidas como objectivos a alcançar, foi apresentada em reunião com os vários concelhos e a DREN tendo-se assumido que a metodologia permitiria, de forma clara, calcular as necessidades para o horizonte da Carta Educativa.

A evolução da população escolar do ensino secundário não considera as saídas da população para o ensino recorrente e profissional, pelo que aos aumentos assinalados na evolução da população deverá ser retirada a população escolar daquelas modalidades, tendo por base as percentagens actuais.



Da análise dos gráficos de evolução da população escolar até 2013 é possível retirar as seguintes conclusões:

- no 1º ciclo do ensino básico, a população escolar vai manter-se, contrariando a tendência de perdas registada no último quinquénio, registando-se mesmo um ligeiro acréscimo a partir de 2006;
- no 2º ciclo do ensino básico, o cenário de evolução é semelhante ao anterior, registando-se por isso variações pouco significativas da população;

- o 3º ciclo do ensino básico é o que apresenta maiores perdas, principalmente entre 2004-2007, verificando posteriormente uma manutenção dos efectivos; em Arcos de Valdevez regista-se uma quebra até meados da década, sendo que a partir de 2007 a população do 3º ciclo irá aumentar;
- o ensino secundário registará até 2006, um aumento da população, registando-se a partir daí diminuições pouco significativas.

Dos vários cenários elaborados pode-se concluir que, tendo em conta os pressupostos apresentados, a diminuição da população escolar, fruto essencialmente da quebra da natalidade, vai ser interrompida, passando-se para um **cenário de estabilização ou mesmo aumento, principalmente nos níveis inferiores.**

O cálculo da população escolar teve como objectivo principal, a identificação das necessidades em termos de salas/turmas para o horizonte de 2002 - 2013. Em termos metodológicos salientam-se algumas notas que interessa considerar:

- População escolar em 2002 – consideraram-se os alunos matriculados nos estabelecimentos. Quando ocorreu uma situação de reordenamento ao nível da passagem de um estabelecimento para outro território educativo (TE), ou criação de novos territórios educativos, a população do 1º ciclo foi transferida para o território educativo de destino; quanto aos outros níveis, a população em 2002 foi calculada com base no peso percentual da população do grupo etário correspondente, das freguesias de origem.
- A população dos 3 aos 5 anos foi calculada tendo em consideração uma distribuição percentual homogénea pelos grupos quinquenais dos 0 aos 4 e dos 5 aos 9;
- A distribuição da população pelos vários TE, em 2013 teve em consideração o peso percentual do TE em 2002;
- À população prevista para o ensino secundário em Ponte de Lima foi aplicado um coeficiente de correcção de 0.2 pelo facto de os dados não considerarem o

abandono escolar o que resultava em aumentos da população escolar entre 2003 e 2006 muito acentuados;

- O nº de salas/turmas necessário em 2013 tem em consideração o número de alunos por sala/turma definido pelo Despacho 13 765/2004 de 13 de Julho, assim como a reunião de 08 de Julho de 2004;

Tendo presente a população prevista para cada território educativo e considerando o nº de salas existente, calcularam-se as necessidades no sentido de se fundamentar a proposta de reordenamento e redimensionamento.

Para complementar as projecções da população escolar, calcularam-se as necessidades considerando a população residente prevista para 2011 (população base). As diferenças não são significativas, sendo no entanto de salientar que, no caso de Arcos de Valdevez, por exemplo, regista-se um menor nº de população escolar se considerarmos a população actualmente existente em cada TE. Para o 1º ciclo, se considerarmos a projecção demográfica, para 2011, a população dos 6 aos 9 anos quer na Zona Norte quer na zona de influência do Agrupamento de Escolas do Padre Himalaia é superior à população prevista tendo em consideração a população escolar actual. Por contrário, a população existente no TE da sede é superior em aproximadamente 100 crianças o que resulta da atracção que a sede exerce nomeadamente pela maior oferta de emprego.

2.2. AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES DE RECURSOS FÍSICOS - A OFERTA

2.2.1. CONCEITOS DE REFERÊNCIA E PRINCÍPIOS ORIENTADORES⁵:

Constituição de um Agrupamento – criação de uma unidade organizacional dotada de órgãos próprios de administração e gestão, a partir da associação de estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários.

Tipos de Agrupamentos:

1 – Agrupamento Horizontal – constituído por estabelecimentos da educação pré-escolar, do 1º ciclo do ensino básico e do ensino básico mediatizado;

2 – Agrupamento Vertical – constituído por estabelecimentos da educação pré-escolar e dos 1º e 2º ensino básico, por estabelecimentos da educação pré-escolar e dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, podendo incluir ou não o ensino secundário.

Redimensionamento – acréscimo ou diminuição do número de estabelecimentos que compõem um agrupamento, sem que isso implique a constituição de um novo agrupamento;

Reorganização – reconfiguração da rede de agrupamentos existente num determinado território

A reorganização da rede educativa é norteadada pelos princípios globais da política educativa nacional que, relativamente a qualquer acção de reordenamento, considera: *“nenhum estabelecimento de educação e ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos concebidas como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade”*⁶.

⁵ Baseado em: ME-DAPP – “Manual para a elaboração da Carta Educativa”, ME, 2000

⁶ ME-DAPP – “Manual para a elaboração da Carta Educativa”, pp17, ME, 2000

Com base neste princípio, a rede escolar deve organizar-se em **Territórios Educativos** no sentido de uma maior rentabilização dos recursos físicos de melhor qualidade, favorecendo as condições de acesso, facilitando a sociabilização das crianças e a sua integração nos diferentes níveis de ensino.

Os Territórios Educativos têm como principais objectivos:

- promoção do sucesso escolar
- melhor coordenação dos serviços de apoio socioeducativo
- racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos
- facilitar o contacto e a articulação entre os docentes
- melhor integração da escola na comunidade

A definição dos Territórios Educativos obedece a alguns critérios, a saber:

- respeitar o âmbito concelhio, excepto nos casos em que, por contiguidade das freguesias, se definiram territórios intermunicipais;
- a sua área de influência deve permitir um fácil contacto entre os diferentes estabelecimentos que o compõem, definindo-se para tal valores de distância-tempo de percurso de cada estabelecimento à sede e dos outros entre si (limiares preferenciais e máximos);
- deve possuir uma escola nuclear que concentre em si os recursos e serviços de melhor qualidade, tornando-se desta forma o centro dinamizador e de apoio quer do ponto de vista pedagógico quer de instalações;
- pelas razões acima referidas, a escola nuclear é uma EB2,3 ou uma EBI/JI, podendo incluir ou não o ensino secundário. No caso dos concelhos com menores densidades populacionais é normal que o ensino secundário esteja integrado nestas escolas.
- A área de influência de cada território educativo deve ser definida pela DRE, consultadas as Autarquias Locais e sempre que possível as Associações de Pais.

A constituição dos Agrupamentos de Escolas (criados com o objectivo de permitir a implementação do *Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários*) deve respeitar este conceito de Territórios Educativos.

2.2.2. CRITÉRIOS DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

Os critérios adoptados para o reordenamento da rede educativa são os que constam no Despacho n.º 13 765/2004 de 13 de Julho bem como os indicados na publicação “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa” (DAPP) e na publicação “Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos”, DGOTDU, Col. Informação n.º 6.

Irradiação – a irradiação de uma escola (distância-tempo máximo entre a escola e os locais de residência dos alunos) é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis.

População Base (população residente) e População Escolar

TIPOLOGIA	População Base		População Escolar		Alunos/sala	
	min	max	min	max	min	max
Jardim de Infância	900	3600	20	150	20	25
EB1	2000	4500	80	300	18	24
EB1/JI (JI)	900	1800	20	75	20	25
EB1/JI (1ºC)	1000	4500	40	300	18	24
EB2,3	3800	7900	240	750	24	28
EB2,3/S	3800	7900	240	750	24	28
EBI (1ºC)	2000	3000	80	200	18	24
EBI (2,3ºC)	3800	4700	240	450	24	28
EBI/JI (JI)	1800	1800	40	75	20	25
EBI/JI (1º C)	2000	3000	80	200	18	24
EBI/JI (2/3ºC)	3800	4700	240	450	24	28
ES/3	12500	24000	390	1170	24	28

Fonte: DGOTDU e Despacho 13 765/2004

Em reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento, definiram os seguintes critérios relativos à população escolar, a considerar no reordenamento da rede:

- Pré-escolar – 25 crianças / sala; NEE – 20 crianças/ sala; para VALIMAR ComUrb – média de 22 crianças / sala

- 1º Ciclo – 24 alunos/ sala – para + de 2 lugares; 22 alunos/ sala – escolas com mais de 1 lugar que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade na mesma turma e 18 alunos/ sala p/ apenas 1 lugar c/ vários níveis. Para VALIMAR ComUrb o valor deverá variar entre os 22 e os 24 alunos/ sala tendo em consideração centros urbanos ou freguesias rurais
- do 5º ao 12º ano de escolaridade – Entre 24 e 28 alunos/ sala. Para VALIMAR ComUrb – média de 25 alunos/ sala do 9º ao 12º Ano e 24 alunos/ sala para 5º e 6º Ano.

A distribuição da população escolar pelos vários territórios educativos do concelho, é resumida no quadro de proposta de reordenamento/redimensionamento da rede onde constam os seguintes campos:

Escolarização - 2011	Taxa de pré-escolarização com base na qual se calcula a população escolar
Escolarização - 2013	Taxa de escolarização proposta para 2013 - com base na população escolar prevista para o concelho e na população do grupo etário com idade própria para a frequência
População Escolar em 2013	População escolar prevista tendo em conta os alunos existentes no sistema, as taxas de retenção, aprovação e abandono previstas, conforme referido no capítulo 2.1.
População Escolar em 2002	População escolar matriculada nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho - Ensino regular
População Escolar em 2002 (%)	Peso percentual de cada território educativo do concelho, em 2002, a partir do qual se calcula a distribuição pelos vários territórios educativos
Alunos/sala	Nº médio de alunos por sala proposto, a partir do qual se calcula as necessidades de salas
Nº de salas - 2013	Nº de salas previstas de acordo com a população escolar prevista e o nº de alunos por sala. As salas por estabelecimento foram calculadas de acordo com o peso percentual do estabelecimento em 2002.
Nº de salas - 2002	Nº de salas existentes em 2002. Relativamente às EB2,3,S, o valor inscrito neste campo diz respeito à tipologia da escola, sendo o mesmo inscrito no último ciclo que o estabelecimento lecciona. No quadro do secundário, o campo em branco significa que não existe o secundário no agrupamento.
Tx Ocupação - 2013	Taxa de ocupação prevista de acordo com a população escolar prevista e o nº de salas previstas.
TE / Isolados	Territórios Educativos existentes e propostos. Os isolados correspondem a estabelecimentos não integrados em Agrupamentos de Escolas

Quanto se verificam situações de reordenamento da rede, surgindo novos territórios educativos, a população escolar destes estabelecimentos é calculada com base no seguinte:

- Pré-escolar e 1º ciclo – população escolar existente em 2002 nos estabelecimentos da área de influência do novo território educativo. Este valor é retirado ao território de origem.
- 2º, 3º ciclos – valor calculado com base no peso da população em idade escolar das freguesias da área de influência do novo território educativo, cruzado quando possível com a informação do nº de alunos que é transportado para o estabelecimento de origem. No caso do TE de Marinhas, o peso percentual deste território foi acrescido em 5 pp para o 2º ciclo e 15 pp para o 3º ciclo, relativamente ao peso da população em idade escolar que era de 35%.

No Plano de Investimentos e Programa de Execução, os critérios de dimensionamento consideraram o definido pelo ME para efeitos de programação de equipamentos nas publicações acima referidas.

- Área Bruta de Construção JI e 1º ciclo – 12,5 m²/aluno
- Área de Terreno JI e 1º ciclo – 20 m²/aluno
- Área Bruta de Construção 2/3 Ciclos – 15 m²/aluno
- Área de Terreno 2/3 Ciclos – 26 m²/aluno

O custos foi aferido considerando os valores padrão transmitidos pelo Ministério da Educação em reunião realizada em Janeiro de 2005.

- Custo de construção – 425 €/m²
- Custo de espaços exteriores – 35€/m²
- Sala Polivalente /Refeitório – 2000 €
- Biblioteca 1º ciclo – 1000€/sala
- Sala de actividades – 3700/sala

2.3. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE ARCOS DE VALDEVEZ

2.3.1 – OBJECTIVOS

“O alargamento da escolaridade obrigatória, a premente exigência de qualidade nos serviços educativos e a necessidade de promoção do sucesso escolar colocam-se como grandes metas a atingir na Educação.

A Carta Educativa é um instrumento de planeamento e ordenamento das necessidades e expectativas da população, visando compatibilizar a oferta de equipamentos com a procura efectiva relativa a cada nível de ensino e formação, orientando a expansão do sistema educativo e formativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural.

Este ordenamento da rede educativa visa:

- contribuir para a garantia de acesso de todas as crianças ao ensino pré-escolar e aos outros níveis de ensino;
- superar situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa, prevenindo a exclusão social;
- garantir uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
- garantir a qualidade funcional, arquitectónica e ambiental dos estabelecimentos de educação;
- desenvolver formas de organização e gestão dos estabelecimentos mais eficazes;
- Inverter a dispersão das escolas do 1.º ciclo do ensino básico, situação que, além do isolamento geográfico, tem gerado também isolamentos de carácter mental, psicológico e profissional, altamente prejudiciais à realização de um acto educativo de qualidade;
- Potenciar a construção de uma arquitectura conceptual e organizacional de escola do ensino básico fisicamente una, como unidade educacional e um todo coerente e homogéneo, indispensável à implementação do princípio da tão necessária sequencialidade progressiva, na perspectiva de unidade global desse sector de educação/ensino, adaptando, desse modo, o sistema real,

ainda vinculado a modelos do passado, ao sistema legal, potencialmente enquadrado na legislação vigente;

- Viabilizar uma gestão eficiente e a eficácia das soluções pela melhor optimização de recursos humanos, materiais e financeiros, incluindo a utilização atempada/oportuna do Centro de Recursos Educativos;
- Criar condições de melhor qualidade para acesso e sucesso educativo na escolaridade básica obrigatória, com respostas adequadas às características de cada aluno, promovendo a obrigatoriedade educativa, não apenas no quadro normativo, mas pela universalização da educação básica, enquanto necessidade social;
- Incentivar o trabalho cooperativo permanente entre os diferentes parceiros, gerando condições para o estabelecimento de relações horizontais e/ou verticais permanentes entre os diversos protagonistas no processo educativo - aluno/aluno, aluno/professor, professor/professor e entre esses e outros actores educativos - na escola e na comunidade educativa, em situações de envolvimento em actividades de ensino/aprendizagem (em actividades de áreas curriculares - disciplinares e não disciplinares -, de tempos livres ou outras), de negociação ou conflito, enquanto objectivos prioritários de um novo paradigma de Escola;
- Favorecer o desenvolvimento de uma cultura organizacional imprescindível à construção de Escola como unidade social e educativa, e não meramente como estrutura escolar, enquanto núcleo fundamental para e na construção da autonomia da Escola;
- Favorecer a organização da rede de circuitos de transportes escolares e públicos pela rentabilização de recursos.

Após o diagnóstico à actual rede de equipamentos e recursos educativos, a Carta Educativa, como um instrumento fundamental de planeamento, permitirá desenvolver uma estratégia relativa ao sistema educativo e formativo, definindo quais os objectivos estratégicos, as medidas e as acções a desenvolver.

Contando com o envolvimento de toda a comunidade educativa para melhorar a qualidade de ensino e o bem-estar dos alunos de modo a elevar o grau de escolaridade da população, o município de Arcos de Valdevez define os seguintes objectivos que se passa a expor.

Ao nível do ensino **pré-escolar** a Autarquia tem tido como objectivo reforçar a rede de

estabelecimentos. Para tal, nos últimos anos o concelho foi dotado de vários jardins de infância em diversas freguesias. Seguindo este objectivo pretende-se melhorar as condições de trabalho e a qualidade de aprendizagem, através da beneficiação e melhoria dos edifícios e equipamentos existentes, da criação de novos jardins em outras zonas do concelho, do apoio os Centros Sociais e Paroquiais para o desenvolvimento desta valência em articulação com a rede pública e as creches, bem como do reforço da componente de apoio socioeducativa respondendo às necessidades das famílias.

Ao nível do **ensino básico**, a aposta é no reordenamento da rede educativa do concelho, que já teve o seu início com a criação da EBI de Távora (Stª Maria). Esta reformulação da rede assenta numa estratégia consentânea com a realidade concelhia, no sentido de servir melhor os alunos e elevar a qualidade da oferta educativa, em especial ao nível do 1º ciclo onde há uma necessidade premente de inverter a tendência de isolamento das escolas. Este caminho aponta para a valorização do parque escolar, através da beneficiação dos edifícios e equipamentos e da constituição de novos espaços escolares, nomeadamente com a criação da escola básica integrada a norte do concelho, com a nova escola da sede de concelho e com o reordenamento do Agrupamento de Escolas de Valdevez, em particular na zona norte e na zona do PNPG.

Com esta estratégia pretende-se, igualmente, o aumento da oferta da **componente socioeducativa**, nomeadamente através do apoio à aquisição de material didáctico, do alargamento do fornecimento de refeições e do alargamento das actividades de complemento curricular, melhorando as actividades já existentes (desporto descolar, expressão musical, artística e outras), criando novos espaços de apoio ao estudo, animação socioeducativa e actividades de tempos livres. Pretende-se, ainda, incrementar as iniciativas que promovam a utilização das novas tecnologias de informação.

Este processo de reordenamento da rede implicará a implementação de uma nova rede de transportes escolares que responda com eficácia à nova realidade, contemplando-se especialmente a segurança, a distância e as acessibilidades.

A definição desta estratégia visa também captar a população escolar excluída do sistema, combatendo-se o abandono e o absentismo escolar.

Procura-se, ainda, melhorar as respostas de reinserção das crianças com necessidades educativas especiais e dos alunos portadores de deficiências, intensificando as parcerias com as equipas dos apoios educativos, da educação especial e de outras instituições. Pretende-se, igualmente, trabalhar em estreita ligação com a Comissão de Protecção de Menores, o Conselho Local de Acção Social e o Conselho Municipal de Educação.

O percurso escolar de grande número dos alunos termina na escolaridade obrigatória. Tal facto leva a que haja uma quebra significativa na passagem dos alunos para o ensino secundário. Com o intuito de combater este problema, em termos de **ensino secundário e profissional**, a aposta vai no sentido do **reforço e diversificação da oferta educativa**, preferencialmente através de cursos do ensino secundário público, no quadro do reajustamento de currículos e conteúdos programáticos, nomeadamente cursos científico-humanísticos, cursos tecnológicos e cursos artísticos especializados voltados para o prosseguimento de estudos de nível superior ou orientados na dupla perspectiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos, e ainda através de cursos profissionais vocacionados para a qualificação para o mercado de trabalho e com possibilidades de prosseguimento de estudos.

É neste sentido que se pretende articular as iniciativas formativas entre as diversas entidades e dinamizar o papel do Centro de Formação e Exposições, que terá como parceiro o CENFIM, e do Centro de Formação da ANJE. Desta forma procura-se formar jovens e adultos em áreas profissionais ajustadas ao meio socioeconómico, combinando-se na aprendizagem as componentes teórica e prática de cada profissão. Assim, pretende-se responder às necessidades das empresas da região e elevar o nível de formação da população, em especial dos jovens que não concluíram o ensino obrigatório. Ao nível do ensino recorrente, pretende-se reduzir a taxa de abandono e analfabetismo adequando-se os sistemas de ensino recorrente à diversidade da procura e promovendo a interação com outras redes e sistemas não formais.

No que se refere ao **Ensino Superior**, é total o empenho da Autarquia para a sua concretização, esperando-se que a essa vontade corresponda a disponibilidade da Administração Central para a sua efectivação. Assim, tal como é referido no Plano Estratégico de Arcos de Valdevez, a oferta de ensino superior deve ser promovida, em áreas identificadas com as intervenções a concretizar no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Arcos de Valdevez e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, bem como fomentada a articulação com instituições de ensino superior para a realização de acções de formação e pós-graduação no Concelho”.

Considerando:

- a população residente entre os 3 e os 17 anos que constitui a procura potencial nos vários níveis de ensino;
- a população a escolarizar tendo em conta a população escolar existente no sistema e as taxas de aprovação e retenção (população do ensino regular);

- a rede de equipamentos de educação e ensino existente e as salas existentes (salas de aula);
- a rede viária e as características orográficas dos concelhos;
- as distâncias-tempo a pé e em transportes colectivos;
- a rede de transportes escolares existente;
- o protocolo assinado entre a ANMP e o ME no final de 2004,

Definiram-se os vários **Territórios Educativos**, conforme apresentado nas Plantas 4.0.01.- Fase 1 e 4.1.01 – Fase 2. A definição de duas fases, em alguns concelhos, resulta da necessidade de adaptar o reordenamento e redimensionamento da rede de acordo com a evolução da população escolar.

A proposta de territórios educativos considerou os factores anteriormente referidos, bem como as indicações que os vários municípios transmitiram durante o processo de elaboração da Carta Educativa. Foram efectuadas várias reuniões onde se apresentaram e discutiram as projecções e a avaliação das necessidades daí decorrente, bem como a proposta preliminar de territórios educativos.

Do desenvolvimento das propostas começou a ser evidente que as proposta de reordenamento e redimensionamento da rede escolar não poderiam ser equacionadas tendo em consideração apenas uma fase. Dada a complexidade de factores, optou-se por apresentar duas soluções que acabam por corresponder não só a momentos diferentes – 1ª Fase e 2ª Fase, como também a modelos menos e mais concentrados de organização da rede escolar.

Quanto ao ensino secundário, optou-se por fazer, neste capítulo, uma avaliação das necessidades, por concelho já que anteriormente se abordam, em conjunto para todos os concelhos, as questões relativas às ofertas de formação que terão por base a situação existente e as perspectivas futuras de acordo com estudos já elaborados e os objectivos definidos por cada concelho.

2.3.2 – TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE ARCOS DE VALDEVEZ - PROPOSTA

A proposta de intervenção no concelho de Arcos de Valdevez resulta na diminuição de um número significativo de escolas do 1º ciclo que para além de terem um número reduzido de alunos em 2002, apresentavam situações de isolamento o que não permitia a existência de condições para uma prática pedagógica de qualidade.

A listagem abaixo indica o número de escolas com menos de 10 alunos em 2002. Nesta situação encontravam-se a maioria dos estabelecimentos da zona Norte do Concelho, pelo que desde cedo se colocou a hipótese de encerrar estes estabelecimentos e concentrar a oferta em apenas 1 ou 2 estabelecimentos.

CÓD. FREGUESIA	LOCALIDADE	ESTABELECIMENTO	TOTAL DE ALUNOS
ABOIM DAS CHOÇAS	Paço	Escola básica do 1º ciclo de Paço	6
ALVORA	S. Martinho	Escola básica do 1º ciclo nº 1 de S. Martinho	6
CENDUFE	Arcos De Valdevez	Escola básica do 1º ciclo de Sobreira	8
EXTREMO	Extremo	Escola básica do 1º ciclo de Coutada de Cima	4
GAVIEIRA	Arcos De Valdevez	Escola básica do 1º ciclo nº 1 de Rouças	7
GIELA	Giela	Escola básica do 1º ciclo de Secas	6
GONDORIZ	Arcos De Valdevez	Escola básica do 1º ciclo nº 2 de Vilaboa	2
GONDORIZ	Arcos De Valdevez	Escola básica do 1º ciclo nº 2 de Zebra	7
GONDORIZ	Arcos De Valdevez	Escola básica do 1º ciclo nº 1 de Vilaboa	8
GONDORIZ	Mondão	Escola básica do 1º ciclo de Mondão	2
LOUREDA	Loureda	Escola básica do 1º ciclo de Paradela	8
MEI	Mei	Escola básica do 1º ciclo de Devesa	3
PADROSO	Padroso	Escola básica do 1º ciclo de Rua	3
PARADA	Parada	Escola básica do 1º ciclo de Coto	7
PORTELA	Portela	Escola básica do 1º ciclo de Alemparte	3
RIO FRIO	Rio Frio	Escola básica do 1º ciclo de Grova	2
RIO FRIO	Rio Frio	Escola básica do 1º ciclo de Torre	5
RIO DE MOINHOS	Rio De Moinhos	Escola básica do 1º ciclo de Outeiro	3
SA	Arcos De Valdevez	Escola básica do 1º ciclo de Fonteinha	7
SAO COSME E SAO DAMIAO	Arcos De Valdevez	Escola básica do 1º ciclo de Cerca	8
SAO JORGE	Gração	Escola básica do 1º ciclo de Gração	3
SENHAREI	S. Mamede	Escola básica do 1º ciclo de S. Mamede	5
SENHAREI	Senharei	Escola básica do 1º ciclo de Travassos	1
SISTELO	Arcos De Valdevez	Escola básica do 1º ciclo de Igreja (Sistelo)	3
SOAJO	Arcos De Valdevez	Escola básica do 1º ciclo de Cunhas	8
VILELA	Arcos De Valdevez	Escola básica do 1º ciclo de Telhado	6

Fonte: Base de dados da VALIMAR ComUrb

A proposta de reordenamento e redimensionamento da rede educativa assenta na divisão do concelho em 4 territórios que pelas suas características sócio-demográficas permitem a sua individualização:

- zona Norte
- zona Central
- zona Poente
- zona Nascente - Parque Nacional Peneda Gerês

Educação Pré-escolar

Quadro 1 – Educação Pré-Escolar – população escolar existente e prevista, em Arcos de Valdevez

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR								
	Escolarização	População	População	População	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação
	2013	Escolar em 2011	Escolar em 2002	Escolar em 2002 (%)		2013	2002	2013
Total	0,8	434	390					Jl Couto - 1
	0,9	489						Jl Cimo da Vila - 1
	1	543						Jl Sobreiro - 2
								Jl Vila Fonche -1
AEAV		191	137	0,351	22	10	8	0,8
AEPH		28	20	0,051	22	2	1	0,6
AEZN		49	35	0,090	22	3	2	0,6
Isolados		276	198	0,508	22	13	8	0,9
								Jl Aguiã - 1
								Jl EB 1/2 - 2
Total		543	390	1 000		28	19	0,8

A oferta de educação pré-escolar registou um aumento considerável na última década, tendo sido possível passar de uma taxa de cobertura de 20% em 1992/93 para uma taxa de 65%, em 2002/03. O objectivo de atingir, nos próximos 10 anos, uma taxa de cobertura de 100% da população dos 3 aos 5 anos, implica um aumento de 9 salas, sendo 4 públicas, reforçando a rede em 1 sala na Zona Norte, 1 em Távora e 2 na sede de concelho.

Para além da taxa de cobertura, será igualmente possível aumentar a taxa de ocupação dos estabelecimentos, dando cumprimento a um dos objectivos iniciais de rentabilização dos recursos existentes. As taxas previstas para 2011, serão na ordem dos 80 / 90% .

Em termos de propostas, optou-se por **manter a rede existente** no território educativo de Arcos de Valdevez reforçando-a com mais 2 salas, passando a haver um total de 10 salas da educação Pré-escolar. Numa primeira proposta equacionou-se a ampliação do JI de Giela em mais uma sala; no entanto considerando a população residente na área de influência do JI de Sobreiro mais a população flutuante que vem trabalhar para a sede de concelho, propõe-se o reforço da oferta em duas salas construindo-se um JI novo na sede de concelho. A necessidade de mais 2 salas deverá ser avaliada considerando a capacidade da rede privada/solidária dar resposta, ou não, a um aumento da procura ou de se aumentar a oferta na rede pública instalada.

Na zona norte abre-se mais 1 sala junto à EB1/2 do Norte, relocando a sala do JI de Loureda e mantendo o JI de Aguiã. A justificação da **manutenção do JI de Aguiã**, com 1 sala, justifica-se pelo facto da freguesia manter, em 2011, o nº de crianças entre os 3 e os 5 anos.

A **relocalização do Jardim de Infância (JI) de Jolda Madalena**, em 2005/06, para junto da Escola Básica Integrada (EBI) de Távora, permitiu reforçar a oferta em mais 1 sala. O **JI de Távora terá assim 2 salas**, para uma procura potencial de 45 crianças. A relocalização deste equipamento enquadrou-se no princípio de concentração dos equipamentos de educação e ensino, no sentido de melhorar a oferta e, desta forma, responder às necessidades e expectativas da comunidade escolar.

Apesar da projecção da população apontar para uma procura de 27 crianças em 2011, para as freguesias da área de influência deste equipamento, pelo que a existência de 2 salas resultaria numa taxa de ocupação de 64%, é de salientar que esta projecção tem em consideração tendências da década anterior que serão contrariadas pelos efeitos decorrentes, da consolidação do Parque Empresarial de Padreiro (Salvador) que já é um importante factor de atracção e fixação da população, e pelo aumento da taxa de actividade da população feminina.

O **Jl de Rio Frio**, dada a distância à sede, a orografia e o traçado sinuoso das vias, **mantém-se em funcionamento**, podendo ser equacionada a sua passagem para a rede solidária.

Nas freguesias que integram a **área do Parque Nacional Peneda-Gerês**, os **equipamentos existentes mantêm-se**.

1º Ciclo

Quadro 2 – Ensino Básico 1º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Arcos de Valdevez

	1º CICLO							
	Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
Total	893	854	828					
	1,0	854	828					
TE Arcos de Valdevez		537	521	0,655	24	22	43	1,0
TE Padre Himalaia		134	125	0,157	22	6	8	0,9
TE Zona Norte		161	150	0,188	22	7	20	0,9
Total		832	796	1	22	36	71	0,9

EB1 Sede - 20
EB1 Soajo - 1/2

Na zona norte do concelho, considerando o critério relativo à necessidade de rentabilizar os recursos por um lado, e por outro o garantir a qualidade pedagógica do ensino, **verifica-se o encerramento de vários estabelecimentos**, transportando os alunos para o lugar de Aspra, freguesia de Sabadim, onde **será construída uma escola básica integrada com JI, com 7/8 salas para o 1º ciclo**.

A área de influência da escola, conforme se pode observar na Planta 4.0.02, abrange totalidade das freguesias da zona norte do concelho. A justificação desta escola prende-se com factores de vária ordem de onde se destacam: a superação de situações de isolamento; favorecer o percurso sequencial dos alunos; a melhoria das condições pedagógicas e da acção social escolar, nomeadamente através da cantina e dos transportes escolares; acesso a equipamentos e recursos educativos como biblioteca, pavilhão desportivo, salas de informática, música entre outros; acesso a actividades de complemento curricular.

A localização da escola considerou igualmente factores importantes relativos ao acesso à escola, nomeadamente o respeito pelos critérios relativos à distância máxima a percorrer pelos alunos destes níveis de ensino (máximo de 20 minutos em transporte colectivo); a rede de transportes escolares existentes; o custo de transporte dos alunos, em especial ao nível dos circuitos especiais, a área de influência dos estabelecimentos existentes, nomeadamente a EB2,3 de Arcos de Valdevez e a inserção territorial do estabelecimento em meio urbano.

A abertura da escola básica integrada com JI na zona norte do concelho, **implica o reordenamento da rede de educação e ensino do pré-escolar e 1º ciclo, do Agrupamento de Escolas de Valdevez.**

Após apresentação das propostas ao Conselho Municipal de Educação, em reuniões realizadas em Abril e Maio de 2005, e decorrente de deslocações conjuntas ao terreno, da equipa, da Câmara Municipal, da representante do CAE e do Agrupamento de Escolas de Valdevez, foi estabilizada a proposta de reordenamento, considerando o seguinte:

- a escola da sede não tem possibilidade de expansão a não ser em altura. Tratando-se de um edifício antigo, e desconhecendo-se se estruturalmente o edifício suporta este tipo de obras, a manutenção deste equipamento implicaria o seu funcionamento em regime duplo, dado serem necessárias 12 salas; a localização, no interior do aglomerado urbano, numa zona de difícil acesso, não permite o acesso de veículos de transporte de passageiros e portanto inviabiliza o transporte dos alunos das freguesias envolventes à sede;
- os territórios educativos de Vale e Grade, que se pretendiam definir, não cumprem os critérios relativos à população base e escolar, sendo que no TE do Vale se prevê, para 2011, uma população residente de 1902 habitantes e em Grade de 844 habitantes e quanto à população escolar para o primeiro previa-se uma população escolar de 66 alunos e para o segundo de 38 alunos, não sendo

desta forma possível a existência de 1 turma por cada ano de escolaridade, condição fundamental para o aumento da qualidade do ensino;

- para além destes critérios, e decorrente de visita ao local aos TE de Grade e Vale, verificou-se não ser possível ampliar as instalações existentes; por outro lado, a localização de alguns destes estabelecimentos não permite o acesso de veículos de passageiros pelo que o transporte de crianças de outras freguesias não seria possível; foi igualmente referido no CME que o transporte de crianças com mobilidade reduzida é dificultado por esta mesma localização;
- a manutenção destes territórios educativos, a par da manutenção de alguns estabelecimentos isolados, não assegura que todos os alunos tenham acesso aos mesmos recursos, já que o investimento necessário seria muito elevado, criando-se desigualdades de difícil justificação para a população;
- o grande investimento em vias municipais permite ter uma rede viária em boas condições o que possibilita a existência de uma rede de transportes escolares para o 2º, 3º ciclos e secundário que assegura o transporte das crianças em condições de segurança e conforto, sendo fácil a organização dos transportes dos alunos do 1º ciclo a partir da rede existente.
- decorrente da melhoria das infraestruturas viárias municipais, o transporte dos alunos é assegurado dentro do limiar dos 15/20 minutos em transporte público, não se verificando um acréscimo do tempo de deslocação pela ida para a sede

Os factores acima referidos justificam a proposta de uma nova escola do 1º ciclo do ensino básico com pré-escolar nas actuais instalações da EPRALIMA, junto à EB2,3 e ES/3 ciclo de Arcos de Valdevez, concentrando os equipamentos de educação e ensino, formando um “campus escolar”.

Este novo estabelecimento **terá necessidade de 20 salas para uma população de 497 alunos do 1º ciclo.**

À semelhança da rede de educação pré-escolar, na área do **Parque Nacional Peneda-Gerês, os equipamentos existentes na freguesia de Soajo mantêm-se**, sendo que a

EB1 da Gavieira já foi encerrada. Conforme referido, pelas características sócio-educativas, culturais e económicas destas freguesias e pelas distâncias e orografia desta região, propõe-se que estas freguesias tenham um projecto educativo específico, sendo de equacionar a constituição de um centro educativo em Soajo.

A definição de um território educativo na zona do PNPG deverá ser equacionado no sentido de criar, a nível local, dinâmicas que vão de encontro à realidade específica deste território. Por iniciativa da comunidade educativa, as dinâmicas de participação e a iniciativa individual dos agentes locais, poderá resultar na criação de uma associação de escolas, à semelhança da “Rede de Escolas Rurais de Vienne” – integrada no Projecto de Escolas Rurais e Classe Única, caracterizados por práticas pedagógicas específicas, que inclua representantes das autarquias, pais, professores/educadores, representantes do PNPG, entre outros, que terá por objectivo:

- associar pessoas implicadas nas diferentes escolas da associação, quer sejam eleitos, pais ou professores/educadores;
- apresentar a associação e seguir os dossiers em cursos junto do poder público, autoridades locais e conselho municipal de educação;
- permitir e favorecer a comunicação entre as diferentes unidades da rede escolar quer sejam unidades geográficas ou pedagógicas
- levar a cabo um conjunto de actividades que permitam conhecer, valorizar e defender a associação e através dela as escolas de pequenas dimensões;
- favorecer a inovação no interesse das crianças/alunos no quadro dos programas e instruções oficiais da educação nacional;
- obter e utilizar todos os meios no sentido de reforçar a associação de escolas nomeadamente no plano logístico.

Em visita realizada em Outubro de 2004, a esta realidade, foi possível concluir que apesar dos recursos físicos das escolas portuguesas serem semelhantes ou até melhores do que os destas escolas, a grande diferença está nas práticas e na consciência individual

que cada um tem do seu papel como membro da comunidade educativa. A participação de todos os agentes da comunidade como membros de uma associação onde se reconhece a importância do papel de cada um foi o factor fundamental de sucesso desta iniciativa que as zonas rurais poderão desenvolver.

Quanto à **Escola Básica Integrada de Távora**, mantém-se a situação actual em termos de nº de alunos. A redução do número de turmas de 8 para 6 terá de ter em consideração o nº de alunos com necessidades educativas especiais pelo que, provavelmente, se irão manter 7/8 salas em funcionamento.

2º Ciclo

Quadro 4 – Ensino Básico 2º Ciclo – população escolar existente e prevista , em Arcos de Valdevez

	2º CICLO						
	Escolarização 2010	População Escolar em 2010	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/Turma	Nº Turmas 2013	Tx Ocupação 2013
Total	392	490	503				
	1,3	490	503				
TE Arcos de Valdevez		284	322	0,580	24	12	1,0
TE Padre Himalaia		98	101	0,199	22	5	0,8
TE Zona Norte		113	84	0,230	22	6	0,8
Total		495	507	1		23	

A necessidade de equacionar um projecto educativo adaptado às realidades locais, bem como a necessidade de assegurar a sequenciabilidade dos estudos dentro do mesmo Território Educativo, levou à justificação da proposta de criar 6 turmas, para o 2º ciclo na EBI da Zona Norte, para uma população escolar de 113 alunos, de acordo com a projecção da população escolar para os próximos cinco anos. Para o cálculo do nº de alunos do 2º ciclo a frequentar a EBI da zona Norte considerou-se:

- alunos transportados para a EB2,3 de Arcos de Valdevez, das freguesias da área de influência do estabelecimento: 84 alunos (17% dos alunos do 2º ciclo)

- Total de alunos do concelho a frequentar o 2º ciclo, em 2010: 490. De acordo com projecção da população escolar que considera os alunos existentes no sistema, os nados-vivos, as taxas de retenção e aprovação
- Peso percentual do agrupamento da zona norte – a percentagem do agrupamento da zona norte foi calculada com base na média do peso percentual da população escolar em 2002 (17%) e no peso percentual da população residente com 10 e 11 anos, em 2011, das freguesias da zona norte, em relação ao total de residentes com 10 e 11 anos do Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez (28%) – $(17+28=23\%)$.

Esta proposta tem em consideração por um lado, a percentagem de alunos desta zona do concelho que se deslocam para a sede (23% da população da EB2,3 de Arcos de Valdevez), considerando os alunos transportados para a EB2,3 de Arcos de Valdevez e por outro, a população residente com 10 e 11 anos, para 2011, à luz de uma maior capacidade de fixar a população nesta zona do concelho. A programação de uma escola juntamente com as dinâmicas de desenvolvimento previstas na revisão do PDM, e no Plano Estratégico, irão alterar a tendência de perda populacional que os cenários prospectivos tendenciais nos indicam.

A proposta de um equipamento desta natureza interrelaciona-se de forma directa com o modelo de desenvolvimento territorial que está a ser desenvolvido no âmbito da revisão do PDM e que sustenta a estratégia de desenvolvimento económico-social da zona norte nas seguintes intervenções:

- implementação de um parque empresarial em Vilela;
- desenvolvimento da actividade de extracção de inertes e da exploração florestal;
- ampliação da área afecta às energias renováveis, com os parques eólicos;
- consolidação de áreas para recreio e lazer em espaços naturais e protegidos, como sejam os da Rede Natura 2000, do Parque Nacional Peneda-Gerês e dos socalcos de Sistelo;

- desenvolvimentos das actividades relacionadas com o turismo em espaço rural, a caça e a pesca;
- melhoria das acessibilidades entre as duas margens do Rio Vez, devido à construção de uma nova ponte, a 1 Km da localização prevista para a escola;
- melhoria da acessibilidade a esta zona do concelho aquando da construção da variante à EN 101;
- construção da extensão de centro de saúde em Loureda, que já se encontra em concurso;
- construção da Escola Básica Integrada com jardim de infância da Zona Norte.

Assim, o cenário de evolução da população residente indica que a população nestas freguesias será de 6489 habitantes e a população residente desta faixa etária irá ser de 103 habitantes conforme 2001, sendo mesmo de equacionar um ligeiro acréscimo em resultado da capacidade do concelho e desta região em particular, atrair população jovem com filhos em idade escolar que se fixam por aqui encontrar melhores condições de vida em resultado da política de desenvolvimento sócio-económico que se vem desenvolvendo.

As intervenções públicas ao nível do desenvolvimento local passam necessariamente por, numa primeira fase, haver um investimento público considerável no sentido de catapultar o investimento privado. Assim, a melhoria das acessibilidades, a infraestruturação de solo para a actividade empresarial, a construção de equipamentos colectivos integrados numa política alargada de ordenamento do território, são medidas fundamentais de apoio ao desenvolvimento sócio-económico de um concelho.

Este mesmo modelo de intervenção foi o que justificou o desenvolvimento do Parque Empresarial de Padreiro, a melhoria das acessibilidades pela construção do IC 28 e a construção da EBI de Távora que se consideram como factores justificativos do desenvolvimento desta zona do concelho.

Se em termos de **desenvolvimento local e ordenamento do território**, a proposta de uma escola básica integrada está perfeitamente justificada, **ao nível da componente pedagógica**, considera-se igualmente fundamental que a escola da zona norte seja uma realidade a curto prazo.

De referir que nesta zona do concelho já existiu um agrupamento horizontal e na sequência das proposta de verticalização dos agrupamentos, o CAE e a DREN chegaram a considerar a hipótese de criação de uma agrupamento que englobava esta área do concelho. No entanto esta situação não veio a avançar devido ao facto de neste território não existir uma escola do 2º e 3º ciclos. A configuração do território educativo, a localização e a criação da escola com jardim de infância, 1º, 2º e 3º ciclos mereceram a aprovação do Conselho Municipal de Educação, das 18 Juntas de Freguesia desta zona, da Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Esta situação resulta do facto de existir uma comunidade motivada para criar um projecto educativo com o objectivo primordial de melhorar a qualidade de ensino e o bem-estar dos alunos de modo a elevar o grau de escolaridade da população do Município de Arcos de Valdevez.

Ainda, em termos **pedagógicos**, os actores do sistema educativo terão de dar resposta a novas exigências ao nível das competências fundamentais do ensino básico, definidas no programa do XVII Governo Constitucional, como sejam:

- a generalização do ensino do inglês desde o primeiro ciclo;
- a obrigatoriedade do ensino experimental das ciências, em todo o ensino básico;
- a valorização do ensino da língua portuguesa e da matemática, assim como a generalização do acesso e uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

Estas novas competências ao nível do ensino básico, irão certamente colocar em questão a mono docência ao nível do 1º ciclo, pelo que a gestão dos quadros de pessoal deverá considerar estas novas directrizes, apontando-se para que os professores do 2º ciclo tenham horas lectivas no sentido de dar resposta a estas situações.

Assim, considera-se fundamental que, em termos de gestão deste equipamento, sejam desenvolvidas formas tripartidas em que se definam parcerias entre a escola, a comunidade educativa e o estado, salientando-se o papel da autarquia e dos pais e encarregados de educação, dando origem a uma gestão partilhada entre o sector público e privado (administração central, autarquias, agentes locais, encarregados de educação).

As dificuldades ao nível da estabilização do corpo docente, à luz do actual enquadramento legal, levaram à colocação da hipótese de transferência de turmas do 3º ciclo para a zona Norte. Neste caso, seriam transferidas turmas do 3º ciclo da secundária para a EB2,3 no sentido de se criarem 22 turmas na EB2,3. Esta situação é equacionável num cenário de aumento da população escolar.

A abertura da EBI com jardim de infância da zona norte e os princípios consagrados no regime de autonomia e descentralização, implicam **a constituição do Agrupamento de Escolas da zona norte do concelho** – neste cenário, e considerando que a zona norte terá uma população base de 6489 habitantes, para uma população dos 3 aos 17 anos de 720 alunos, em 2011, propõe-se a constituição deste agrupamento que considera as finalidades definidas na lei⁷, ou seja,:

- favorecer um percurso escolar sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;
- superar situações de isolamento de estabelecimentos, prevenindo o abandono escolar e a exclusão social;
- reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;
- garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão comum aos estabelecimentos de educação e de ensino que o integram e
- valorizar e enquadrar experiências em curso

Se em termos de desenvolvimento territorial e da componente pedagógica, a proposta de uma escola básica integrada mais a educação pré-escolar é perfeitamente justificada, em termos de **gestão**, encontramos igualmente enquadramento para esta proposta.

⁷ DR n.º 12/2000 de 29 de Agosto

O DL 115-A/98 – regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos – refere que, “A **escola, enquanto centro das políticas educativas, tem, assim, de construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades**, contando com uma nova atitude da administração central, regional e local, que possibilite uma melhor resposta aos desafios da mudança...A concepção de uma organização da administração educativa **centrada na escola e nos respectivos territórios educativos tem de assentar num equilíbrio entre a identidade e complementaridade dos projectos**, na valorização dos diversos intervenientes no processo educativo, designadamente professores, pais, estudantes, pessoal não docente e representantes do poder local. Trata-se de favorecer decisivamente a dimensão local das políticas educativas e a partilha de responsabilidades”.

Ao consagrar a escola no centro do sistema educativo relacionando-se esta com a Comunidade Educativa, o Estado e o Mercado numa série de relações pluridireccionais, conforme a figura demonstra, a lei aponta claramente para dois aspectos fundamentais:

- a necessidade da escola “**construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, e, por outro lado,**
- **a organização da administração educativa assentar no equilíbrio entre a identidade e complementaridade dos projectos.**



Assim, dever-se-á trabalhar no sentido de concretizar uma das cinco ambições definidas pelo actual governo no programa de governo para a legislatura de 2005-2009, ou seja, “mudar a maneira de conceber e organizar o sistema e os recursos educativos, colocando-nos do ponto de vista do interesse público geral e, especificamente, dos alunos e das famílias. O que determina que questões tão importantes como o recrutamento e colocação de docentes, os tempos de funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e das escolas ou

a estruturação dos seus serviços, sejam abordadas da perspectiva dos destinatários últimos do serviço público da educação, as populações”.

Continuando a citar o programa de governo, interessa considerar outro aspecto relevante que tem a ver com a organização dos estabelecimentos de educação e ensino, definindo aquele documento que “ a prioridade essencial na organização dos estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas básicas será adaptar os modos de funcionamento às necessidades das famílias. Tendencialmente, tirando partido do abrandamento da pressão demográfica, as escolas funcionarão a tempo inteiro, dispondo das condições físicas e de equipamento necessárias a uma maior permanência dos professores e à oferta de actividades de complemento educativo, ocupação de tempos livres e apoio social. Trata-se de um vasto programa, só realizável pela colaboração e partilha de responsabilidades entre o Ministério da Educação, as autarquias e as associações de pais e encarregados de educação.”

Os factores acima referido, a par do histórico relativo ao agrupamento existente, da vontade manifestada pelo Conselho Municipal de Educação e pelos órgãos autárquicos do concelho, do favorecimento do percurso sequencial dos alunos, da articulação entre a escola a criar e a comunidade desta zona que se identifica com um projecto educativo comum, do cumprimento dos critérios relativos à população base e escolar, são fundamentais para a justificação do 2º e 3º ciclos na escola básica na zona norte.

3º Ciclo

Quadro 5 – Ensino Básico 3º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Arcos de Valdevez

	3º CICLO						
	Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/Turma	Nº Turmas 2013	Tx Ocupação 2013
Total	589	703	781				
	1,2	703					
TE Arcos de Valdevez		307	341	0,437	25	12	1,0
TE Padre Himalaia		137	152	0,195	25	5	1,0
Isolados		259	288	0,369	25	10	1,0
Total		703	781	1		28	0,9

A evolução da população escolar a frequentar o 3º ciclo, aponta para uma diminuição do nº de alunos. A tendência decrescente neste ciclo é mais forte até 2007, sendo que a

partir daqui se verifica um aumento constante até atingir o limiar dos 700 alunos em 2013.

A repartição da procura pelos estabelecimentos manterá a distribuição actual, numa 1ª fase, sendo que a EB2,3 de Arcos de Valdevez terá 12 turmas, a EBI de Távora 5 turmas e a escola secundária mantém as 10 turmas. Caso se concretiza o 3º ciclo na EBI da Zona Norte, o número de turmas do 3º ciclo na escola secundária tenderão a diminuir ou então deverá verificar-se uma especialização desta escola numa oferta mais profissionalizante.

Na EB2,3 de Arcos de Valdevez, considerando a sua tipologia de 24 salas, esta poderá funcionar em regime normal já que entre o 2º e 3º ciclos terá, no total, 22 turmas.

Na EBI de Távora assegura-se igualmente o funcionamento em regime normal, pelo facto de, entre as salas afectas exclusivamente ao 1º ciclo, e as necessidades para o 2º e 3º ciclos se contabilizarem entre 15 a 17 salas de aula necessárias. A projecção da população escolar aponta para uma redução do nº de turmas, principalmente no 3º ciclo. Esta situação resulta da projecção ter por base os alunos existentes no sistema, não considerando novas entradas em resultado das dinâmicas associadas à consolidação do parque empresarial.

Ensino Secundário

Quadro 6 – Ensino Secundário – população escolar existente e prevista, em Arcos de Valdevez

Secundário_ C1								
	Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/Turma	Nº Turmas 2013	Tipologia 2002	Tx Ocupação 2013
Total	476	538	540					
	1,1	538						
Isolados		538	540	1,000	25	22	36	1,0
Total		538	540			22		1,0
Secundário_ C2								
	Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/Turma	Nº Turmas 2013	Tipologia 2002	Tx Ocupação 2013
Total	476	688	540					
	1,4	688						
Isolados		688	540	1,000	25	28	36	1,0
Total		688	540			28		

A evolução da população a frequentar o ensino secundário aponta para a manutenção dos efectivos existentes no sistema, considerando uma melhoria da produtividade do sistema, conforme referenciado nos objectivos estratégicos e na metodologia de elaboração dos cenários de evolução demográfica.

Caso se conseguisse alcançar os objectivos definidos a nível nacional para 2010, então verificar-se-ia um aumento da população dos actuais 540 alunos a frequentar o ensino regular para os 688 alunos. Em termos de necessidades, e considerando um valor médio de 25 alunos por turma, seriam necessárias 28 salas em 2013, o que poderia implicar a saída de algumas turmas do 3º ciclo para a EB2,3 no sentido de assegurar o funcionamento da escola em regime normal.

Segundo informação da escola secundária, em termos de cursos, assitiu-se recentemente à abertura de cursos de educação e formação (CEF) que têm tido uma resposta muito positiva junto dos alunos e famílias, sendo que este estabelecimento deverá desenvolver esta componente no sentido de dar resposta às necessidades da população.

Em termos de oferta formativas, e conforme referido na capítulo 1.3, o ensino profissional e tecnológico será uma componente fundamental da formação, sendo de destacar o papel da Escola Secundária, da EPRALIMA e do CENFIM.

2.3.3 PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE INVESTIMENTOS DE ARCOS DE VALDEVEZ

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR															
	Proposta de Intervenção								Investimento						
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2011	nº de salas em 2011	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total	(Euros)
	2011														
JI Sede (Novo)	1	50	2	N	625	625	1000	375	265.625	13.125	-	-	7.400	286.150	
JI de Távora	1	45	2	N	563	563	900	338	239.063	11.813	-	-	7.400	258.275	
JI Zona Norte	1	47	2	N	588	588	940	353	249.688	12.338	-	-	7.400	269.425	
								0							
Sub-Total	3	142	6	N	1.775	1.775	2.840	1.065	754.375	37.275	0	0	22.200	813.850	
1º CICLO															
	Proposta de Intervenção								Investimento						
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2011	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total	(Euros)
	2013														
EB1 da Sede	1	497	20	N	6213	3106	9940	6.834	1.087.188	239.181	40.000	20.000	-	1.386.369	
EB1 da Zona Norte	1	155	8	N	1938	969	3100	2.131	823.438	74.594	16.000	8.000	-	922.031	
Sub-Total	2	652	28	0	8.150	4.075	13.040	8.965	1.910.625	313.775	56.000	28.000	0	2.308.400	
2º CICLO															
	Proposta de Intervenção								Investimento						
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2013	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total	(Euros)
	2013														
EBI da Zona Norte	1	113	7	N	1695	848	2938	2.091	864.450	73.168	28.000	18.000	-	983.618	
Sub-Total	1	113	7		1695		2938		864.450	73.168	28.000	18.000	0	983.618	
3º CICLO															
	Proposta de Intervenção								Investimento						
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2013	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total	(Euros)
	2013														
EBI da Zona Norte	1	216	9	N	3240	1620	5616	3.996	1.652.400	139.860	36.000	18.000	-	1.846.260	
Sub-Total	1	216	9		3240		5616		1.652.400	139.860	36.000	18.000	0	1.846.260	
TOTAL	6	1.010	43	0	13.165	5.850		10.030	4.317.400	490.910	92.000	46.000	22.200	4.968.510	

2.4. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE CAMINHA

2.4.1 – OBJECTIVOS

“Considerando que:

- 1- É necessário estimular as capacidades de cada indivíduo favorecendo a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
- 2- É necessário assegurar a igualdade de oportunidades de acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;
- 3- O município deve apoiar ou comparticipar no apoio à acção social escolar, incluindo os transportes escolares e as actividades complementares no âmbito de projectos educativos, a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;
- 4- O concelho de Caminha é composto por duas realidades que se poderão considerar diferentes, o litoral e o interior
- 5- Essa realidade interior interessa desenvolver, enraizando a população, travando a crescente desertificação das zonas rurais e valorizando a sua identidade cultural
- 6- Essas zonas rurais têm cada vez maior importância em termos ambientais, sustentabilidade económica e turística

Propõe-se que os objectivos estratégicos para a educação a adoptar em Caminha sejam os que a seguir se enumeram:

- 1- Desenvolver um projecto educativo municipal tendo em conta a participação de todos os parceiros
- 2- Promover e reforçar a identidade cultural do município
- 3- Promover as especificidades culturais do interior rural
- 4- Contribuir para a diminuição do analfabetismo
- 5- Promover a aprendizagem ao longo da vida
- 6- Apoiar ofertas educativas adequadas ao mercado do trabalho
- 7- Promover a integração coerente do ensino e da formação profissional
- 8- Promover a qualidade do ensino

- 9- Estruturar uma rede de estabelecimentos de serviço público de educação, visando satisfazer as necessidades de toda a população
- 10- Assegurar o acesso de todas as crianças à educação pré-escolar
- 11- Promover a integração dos serviços de creche com a educação pré-escolar
- 12- Encorajar a sequencialidade do trajecto escolar das crianças e alunos
- 13- Apoiar crianças e jovens com necessidades educativas especiais
- 14- Promover modalidades de acção social escolar adaptados às necessidades locais, nomeadamente no que diz respeito aos auxílios económicos directos, transportes escolares, refeitórios, permanência das crianças e alunos na escola para além das actividades lectivas desenvolvendo actividades extracurriculares, desporto e/ou outras
- 15- Promover as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

2.4.2 – TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE CAMINHA - PROPOSTA

A proposta para Caminha resulta em duas fases de intervenção que correspondem a dois momentos de implementação bem como a modelos mais ou menos concentrados da oferta. No caso do Centro Educativo de Dem, as propostas não correspondem a fases diferentes mas a opções que deverão ficar definidas aquando da aprovação da Carta Educativa. Desta forma, pretende-se evitar que as crianças e alunos sejam sujeitos a sucessivas mudanças que não contribuem para a estabilidade do processo educativo, sendo desta forma prejudicial ao normal funcionamento do sistema.

Para além do cumprimento dos requisitos estabelecidos para o reordenamento e redimensionamento da rede escolar, a proposta para Caminha teve como importante input a definição, por parte da Câmara Municipal, de um modelo de desenvolvimento que se pretende que resulte no desenvolvimento equilibrado do concelho, apostando em centros educativos que juntamente com outros equipamentos e infra-estruturas sejam impulsionadores do desenvolvimento socioeconómico de áreas do concelho actualmente em perda. Pretende-se desta forma, fazer face às tendências actuais de excessiva concentração dos recursos nos principais centros urbanos.

O investimento realizado em obras de conservação em alguns edifícios escolares resultou em expectativas, por parte da população, que conduziram à necessidade de

fazer, com as juntas de freguesia, um trabalho de enquadramento das proposta de reordenamento agora equacionadas. Conforme referido pela Sr.^a Presidente da Câmara, em reunião havida em 23 de Novembro de 2004, “não é fácil explicar à população as razões do encerramento de escolas que recentemente foram alvo de intervenções”.

O reordenamento e redimensionamento da rede educativa assenta na divisão do concelho em 4 territórios que pelas suas características sócio-demográficas permitem a sua individualização:

- Sede de Concelho e Zona Litoral
- Vale do Rio Âncora
- Vale do Rio Coura
- Zona Interior - Âncora superior e Serra da Arga

Educação Pré-escolar

Quadro 7 - Educação Pré-Escolar – população escolar existente e prevista, em Caminha

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR								
	Escolarização	População	População	População	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação
	2011	Escolar em	Escolar em	Escolar em		2011	2002	2011
	2011	2011	2002	2002 (%)				
Total	0,8	392	433					
	0,9	441						
	1	490						
TE Coura e Minho		148	126	0,301	22	9	8	0,7
TE Vale do Âncora		130	111	0,266	22	7	7	0,7
Não Alinhados		212	181	0,433	22	10	8	0,9
Total		490	418	1		26	23	0,8

Jl Caminha - 2

EB1/Jl do CE Moledo - 1

EB1/Jl Seixas - 2

Jl do CE Venade-2

EB1/Jl Vilar dos Mouros - 1

EB1/Jl do CE Dem - 1

Jl do CE VP Âncora - 4/6

EB1/Jl do CE Riba

Âncora - 1

Jl de Âncora - 2

JI Caminha - 2
 EB1/JI do CE Moledo - 1
 EB1/JI Seixas - 2
 JI do CE Venade-2
 EB1/JI Vilar dos Mouros - 1
 EB1/JI do CE Dem - 1
 JI do CE VP Âncora - 4/6
 EB1/JI do CE Riba
 Âncora - 1
 JI de Âncora - 2

A projecção da população aponta para uma variação positiva de 13% da população entre os 3 e os 5 anos. Resultante desta variação, **as necessidades, em termos de salas, para uma taxa de ocupação de 100% são de 26 salas, sendo 16 públicas e 10 privadas, caso se mantenha o peso percentual actual.** A rede pública é reforçada em Vila Praia de Âncora com mais 4 salas a juntar às 2 existente, em Venade com mais 1 sala e abertura de 1 sala em Dem.

O encerramento do jardim de infância público de Vila Praia de Âncora, a funcionar no Centro Social e Cultural de Vila Praia Âncora e o aumento da procura residente, nesta freguesia, justifica a **proposta de construção, junto à EB1,2 de Vila Praia de Âncora, de um JI com 4 a 6 salas dependendo da evolução da população escolar.**

A construção do JI de Vila Praia de Âncora é uma prioridade não só por questões demográficas, mas também por se tratar do principal centro urbano do concelho. Segundo informação da Câmara, existe terreno, junto à EB1,2 de Vila Praia de Âncora, classificado no PDM como zona de equipamento de educação e cultura, pelo que a Câmara terá de iniciar rapidamente os procedimentos relativos à aquisição do terreno, já que não é propriedade da Câmara.

Relativamente ao número de estabelecimentos e salas existentes, verifica-se que a capacidade instalada dá resposta à procura por via do aumento da taxa de ocupação que passará de 65% para 90% no sector público. Com o reforço da rede pública, todas as freguesias do concelho ficam servidas pela rede da educação pré-escolar.

Quanto às intervenções necessárias, propõe-se ainda a passagem do JI de Vilar de Mouros para junto da EB1, passando a tipologia para EB1 com JI. Apesar deste equipamento funcionar junto ao Centro Cultural, a concentração da educação pré-escolar e do 1º ciclo tem vantagens ao nível do transportes, refeições, acesso a recursos, etc. As obras necessárias dizem respeito à adaptação dos espaços para crianças desta faixa etária.

Será igualmente construído, o JI de Moledo junto à EB1 de Moledo passando esta a ser uma EB1/JI e uma EB1/JI em Caminha, junto à EB2,3/S de Caminha que dará resposta à população da freguesia de Caminha e Vilarelho, devendo o JI ter 2 salas.

1º Ciclo

Quadro 8 - Ensino Básico 1º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Caminha

	1º CICLO								
	Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013	
Total	720	701	713						EB1/JI Caminha - 8 EB1/JI do CE Moledo - 2/3 EB1/JI Seixas - 2 EB1 do CE Venade - 2/3 EB1/JI Vilar dos Mouros - 2 EB1 Lanheles-2 EB1/JI do CE Dem - 2
TE Coura e Minho	1	701							
TE Vale do Âncora		377	383	0,537	22	20	28	0,8	
		324	330	0,463	22	16	26	0,8	
Total		701	713	1		36	54	0,8	EB1/JI do CE Riba Âncora - 2 EB1 Afife- 2 EB1 do CE V. P. Âncora- 10/11 EB1 Âncora - 2

2º CICLO

Ao nível do 1º ciclo, identificadas as escolas com menos de 10 alunos **propôs-se o encerramento das escolas do 1º ciclo identificadas nas plantas 4.2.01 e a criação de centros educativos em Caminha, Moledo, Venade, Dem, Vila Praia de Âncora e Riba de Âncora.** Para além destes centros educativos, **mantêm-se em funcionamento de forma autónoma as escolas assinaladas na mesma planta.**

Esta intervenção baseia-se na existência de dois centros educativos de primeiro nível que corresponde às escolas de Vila Praia de Âncora e Caminha, que funcionarão interligados a centros educativos de segundo nível com uma população escolar do 1º ciclo de aproximadamente 50 alunos mais o jardim de infância.

A intervenção será faseada no tempo, sendo que as escolas com menos de 10 alunos – EB1 de Coura em Seixas, Azevedo, Cristelo (já encerrada em 2004/05), Arga de Baixo, Gondar e Vile (já encerradas em 2004/05), serão encerradas proximamente sendo os alunos transferidos para as escolas de Cruzeiro – Seixas, Moledo, Dem e Riba de Âncora.

A EB1,2 de Vila Praia de Âncora terá, em 2013, 222 alunos, recebendo a população das freguesias de Vila Praia de Âncora, Freixieiro de Soutelo e Amonde. As escolas de Afife, do concelho de Viana do Castelo, e Riba de Âncora mantêm-se a funcionar isoladamente, recebendo esta última a população de Vile.

No caso do CE de **Venade** serão necessárias obras de **ampliação/requalificação do equipamento**, no sentido de dotar este centro de sala polivalente/refeitório e de 2 ou 3 salas para o 1º ciclo. **Com a abertura do JI, será encerrado o JI que funciona nas instalações da Junta de Freguesia**, passando a tipologia da escola para EB1/JI.

Na **freguesia de Moledo**, serão realizadas obras na EB1 de Moledo, nomeadamente ao nível de obras de requalificação e ampliação de modo a integrar o Jardim de Infância de Moledo, um refeitório, ginásio e espaços para actividades extra-curriculares, passando a escola para a tipologia EB1/JI.

Na freguesia de **Dem**, a escola **terá de dar resposta a uma população de aproximadamente 45/55 alunos do 1º ciclo** (45 do concelho de Caminha mais a população escolar da zona norte da freguesia de Montaria – Trás-Âncora e Pedrulhos. Esta previsão de alunos tem em consideração a população actualmente existente no sistema, pelo que os efeitos induzidos pela melhoria das acessibilidades decorrente do nó previsto do IC1 e pela implantação de uma zona industrial, poderão aumentar a procura.

A definição do Centro Educativo de Dem teve em consideração as distâncias a percorrer pelos alunos, sendo que de acordo com os traçados actuais dos transportes escolares, de Arga de Cima a Dem é uma distância de aproximadamente 12 km o que permite o transporte dos alunos dentro do limiar máximo dos 20 minutos. Relativamente a Orbacém, as distâncias são da ordem dos 7 km pelo que também relativamente a estas freguesias o Centro de Dem está dentro dos limiares de irradiação.

A proposta deste Centro Educativo responde às perspectivas de desenvolvimento sustentadas na proposta de uma zona industrial e melhoria das acessibilidades, pretendendo-se que este Centro Educativo adquira uma dinâmica capaz de desenvolver à sua volta uma série de iniciativas com a comunidade local, possibilitando o desenvolvimento de um projecto educativo sustentado em identidades e parcerias locais.

Com este Centro Educativo dá-se resposta aos objectivos da Câmara Municipal no que respeita ao desenvolvimento das zonas rurais, nomeadamente:

- “Essa realidade interior interessa desenvolver, enraizando a população, travando a crescente desertificação das zonas rurais e valorizando a sua identidade cultural
- Essas zonas rurais têm cada vez maior importância em termos ambientais, sustentabilidade económica e turística
- Promover e reforçar a identidade cultural do município
- Promover as especificidades culturais do interior rural”

Por fim, propõem-se a construção de uma EB1/JI em Caminha, junto à EB2,3/S de Caminha que concentre a população das freguesias de Caminha e Vilarelho, devendo este centro ter um total de 8 salas para uma população máxima de 192 alunos.

Em termos de limites dos agrupamentos pedagógicos, **propõe-se a integração das freguesias de Gondar e Orbacém no CE de Dem e consequentemente a passagem do Agrupamento de Escolas Vale do Âncora para o Agrupamento de Escolas Coura e Minho.**

No caso das perspectivas de desenvolvimento relativo à implantação da zona industrial não se concretizarem, e caso se consolide o cenário tendencial de perdas populacionais das freguesias rurais, o reordenamento da rede poderá passar pela ida dos alunos de Gondar e Orbacém para Riba de Âncora e das Argas e Dem para o Centro Educativo de Venade que deverá ser alvo de obras de ampliação de mais 1 sala para o 1º ciclo, 2 para o JI, 1 sala de actividades, Cantina e Centro de Recursos/Biblioteca,.

Dada a aproximação de Dem a Riba de Âncora, derivado do nó do IC1, o CE de Dem poderá ainda ir para Riba de Âncora, sendo que neste caso, seria necessário libertar as instalações da EB1 do JI, ampliando-se as instalações para 2 salas do pré-escolar, 1 de actividades, cantina e centro de recursos/biblioteca, estendendo-se desta forma o TE intermunicipal a todo o limite do concelho. Nesta hipótese, e de acordo com a evolução da população escolar, teria de se avaliar a capacidade da EB1,2 de Vila Praia de Âncora, no sentido de aferir a necessidade de obras de ampliação deste estabelecimento.

2º Ciclo

Quadro 9 - Ensino Básico 2º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Caminha

	2º CICLO							
	Escolarização	População	População	População	Alunos/Turma	Nº Turmas	Nº Salas	Tx Ocupação
	2013	Escolar em	Escolar em	Escolar em				
Total	308	341	407					
	1	341						
TE Coura e Minho		135	161	0,396	24	6	-	1,0
TE Vale do Âncora		206	246	0,604	24	9	9	1,0
Total		341	407	1		14	9	1,0

Nos 5º e 6º anos de escolaridade, não se prevêem grandes modificações, já que a actual oferta responde de forma satisfatória às necessidades previstas. O número de turmas da EB1,2 de Vila Praia de Âncora irá manter-se.

O número de alunos da EB2,3 Sidónio Pais poderá ser um pouco inferior ao apresentado no quadro decorrente da evolução da população escolar e caso se acentue o cenário de perdas populacionais.

3º Ciclo

Quadro 10 - Ensino Básico 3º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Caminha

	3º CICLO							
	Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em	Alunos/Turma	Nº Turmas	Nº Salas	Tx Ocupação
	2013	2013	2002	2002 (%)				
Total	461	502	668					
	1	502						
TE Coura e Minho		200	266	0,398	25	8	-	1,0
TE Vale do Âncora							-	
Não Alinhados		302	402	0,602	25	12	-	1,0
Total		502	668	1		20	-	1,0

O 3º ciclo registará um forte diminuição do número de alunos conforme referido aquando da análise da evolução da população escolar. Na EB2,3/S Sidónio Pais, o número de alunos diminuirá de 266 para 200, a que corresponderá uma diminuição de 3 turmas e na Ancorensis, de 402 para 302 alunos, sendo previsível uma diminuição de 4 turmas.

Esta diminuição do número de alunos do ensino regular deverá ser compensada por **um aumento da população a frequentar as vias tecnológicas e o ensino recorrente** indo de encontro ao objectivo nacional de aumentar a escolarização da população que, tendo já entrado no mercado de trabalho, ou tenha menos de 18 anos, não completou a escolaridade obrigatória.

Assim, o excedente de 10 salas na EB2,3/S Sidónio Pais será suficiente para dar resposta às situações de alunos com necessidades educativas especiais, em que o número de alunos por turma é mais reduzido, e à procura do ensino recorrente.

Ensino Secundário

Quadro 11 - Ensino Secundário – população escolar existente e prevista, em Caminha

Secundário_C1							
Escolarização	População Escolar em 2010	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/Turma	Nº Turmas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
Total	569	618					
1	508						
TE Coura e Minho	162	197	0,319	25	6	31	1,0
TE Vale do Âncora	0	0	0,000	25	0		0,0
Não Alinhados	346	421	0,681	25	14	47	1,0
Total	508	618	1		20		1,0

Secundário_C2							
Escolarização	População Escolar em 2010	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/Turma	Nº Turmas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
Total	569	618					
1	579						
TE Coura e Minho	185	197	0,319	25	7	31	1,0
TE Vale do Âncora	0	0	0,000	25	0		0,0
Não Alinhados	394	421	0,681	25	16	47	1,0
Total	579	618	1		23		1,0

A **evolução da população a frequentar o ensino secundário aponta para a manutenção dos efectivos existentes no sistema**, considerando uma melhoria da produtividade do sistema conforme referenciado nos objectivos estratégicos e na metodologia de elaboração dos cenários de evolução demográfica. Em Caminha assume-se que os objectivos relativos às taxas de repetência e abandono serão as aplicadas no cenário 2, dado que actualmente as taxas neste concelho já se aproximam do considerado no cenário 1.

Caso se conseguisse alcançar os objectivos definidos a nível nacional para 2010, então verificar-se-ia uma diminuição da população dos actuais 618 alunos a frequentar o ensino regular para os 579 alunos. Em termos de necessidades, e considerando um valor médio de 25 alunos por turma, serão necessárias 23 salas em 2013, 7 na EB2,3/S Sidónio Pais e 16 na Cooperativa de Ensino Ancorensis.

Conforme referido relativamente ao 3º ciclo, o ensino recorrente terá, à semelhança da situação actual, uma importância fundamental no sistema de ensino. A necessidade de aumentar a escolarização da população activa, assim como, a necessidade de assegurar o prosseguimento dos estudos, por parte da população que tendo mais de 18 anos, ainda não completou a escolaridade obrigatória, e a qualidade da oferta associada à Ancorensis, permitem concluir que este estabelecimento continuará a desempenhar um papel fundamental na educação e formação da população do concelho de Caminha.

Para além da capacidade instalada responder às solicitações tradicionais da procura, prevê-se o desenvolvimento de novas formas de educação e formação, nomeadamente ao nível da educação e formação de adultos, que encontra nos recursos físicos e humanos existentes uma resposta adequada às necessidades. A EB2,3/S de caminha dever-se-á adaptar com vista à criação de novos cursos tecnológicos e de especialização tecnológica.

2.4.3 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE INVESTIMENTOS DE CAMINHA

Fase 1

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR														
	Proposta de Intervenção								Investimento					
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2011	nº de salas em 2011	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total (Euros)
	2011													
JI de Vila Praia de Âncora	1	100	6	N	1250	1250	2000	750	531.250	26.250	12.000	-	22.200	591.700
JI de Vilar de Mouros	1	20	1	N/AT	250	125	400	275	106.250	-	12.000	-	3.700	121.950
JI de Dem	1	25	1	N	313	313	500	188	132.813	6.563	12.000	-	3.700	155.075
JI Seixas	1	35	2	R	438	438	700	263	76.563	9.188	12.000	-	7.400	105.150
JI Venade	1	25	1	N	313	313	500	188	132.813	6.563	12.000	-	1.000	152.375
JI Caminha	1	50	2	N	625	625	1000	375	265.625	13.125	12.000	-	7.400	298.150
Sub-Total	6	255	13	0	3.188	3.063	5.100	2.038	1.245.313	61.688	72.000	0	45.400	1.424.400
1º CICLO														
	Proposta de Intervenção								Investimento					
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2013	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção Euros	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total (Euros)
	2013													
EB1 de Loução - Venade	1	34	2	R	425	213	680	468	74.375	16.363	-	-	-	90.738
EB1 de Dem - Dem	1	45	2	R	563	563	900	338	98.438	11.813	4.000	4.000	2.000	120.250
EB1 de Seixas	1	36	2	R	450	225	720	495	78.750	17.325	-	-	-	96.075
EB1 de Loução - Venade	1	50	3	AT/A/R	625	313	1000	688	109.800	24.063	6.000	3.000	-	142.863
EB1 Caminha	1	192	8	N	2400	2400	3840	1.440	1.020.000	50.400	16.000	4.000	2.000	1.092.400
Sub-Total	5	357	17	0	4.463	3.713	7.140	3.428	1.381.363	119.963	26.000	11.000	4.000	1.542.325
TOTAL	11	612	30	0	7650	6.775	12.240	5.465	2.626.675	181.650	98.000	11.000	49.400	2.966.725

Fase 2

1º CICLO

	Proposta de Intervenção								Investimento					
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2013	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Terreno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efetórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total (Euros)
	2013													
EB1 de Moledo	1	48	2	R/A	600	600	960	360	105.000	12.600	4.000	4.000	2.000	127.600
JI de Moledo	1	42	2	N	525	525	840	315	223.125	11.025	12.000	-	-	246.150
Sub-Total	2	90	4	0	1125	1125	1800	675	328.125	23.625	16.000	4.000	2.000	373.750
TOTAL	2	90	4	0	1125	1125	1800	675	328.125	23.625	16.000	4.000	2.000	373.750

1º CICLO

	Proposta de Intervenção								Investimento					
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2013	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Terreno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efetórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total (Euros)
	2013													
EB1 de Moledo	1	63	3	R/A	788	788	1260	473	137.813	16.538	6.000	4.000	2.000	166.350
JI de Moledo	1	42	2	N	525	525	840	315	223.125	11.025	12.000	-	-	246.150
Sub-Total	2	105	5	0	1313	1313	2100	788	360.938	27.563	18.000	4.000	2.000	412.500
TOTAL	2	105	5	0	1313	1313	2100	788	360.938	27.563	18.000	4.000	2.000	412.500

Nota: Apresentam-se duas propostas de investimento, consoante a EB1 de Moledo tenha 2 ou 3 salas.

2.5. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE ESPOSENDE

2.5.1 – OBJECTIVOS

O planeamento da rede educativa deve orientar-se por “Uma concepção de escola integrada no espaço de recursos educativos diferenciados; Uma visão prospectiva da realidade, delineada em cenários de evolução construídos a partir de análises globais e qualitativas; Uma programação de equipamentos subordinada a princípios estratégicos assentes na diversidade de tipologias, na flexibilidade e versatilidade de soluções e na complementaridade na gestão e utilização dos recursos” (Manual para a Elaboração da Carta Educativa, 2000: 8).

Consciente da necessidade de uma intervenção global na área da Educação, o Município de Esposende delineou dois grandes objectivos:

- i) promover uma educação de melhor qualidade;**
- ii) promover o sucesso educativo e o combate ao abandono escolar.**

Actualmente, o Município de Esposende depara-se com a necessidade de uma intervenção no âmbito da rede educativa que se situa basicamente em torno de um conjunto de situações-problema-tipo que se passam a enumerar:

- i) a existência de um Agrupamento de Escolas de grande dimensão e consequente dificuldade de gestão;
 - ii) a emergência de uma nova escola e consequente criação de uma imagem social implicando um reordenamento da rede;
 - iii) diversas situações particulares de escolas que devido às condições físicas que apresentam necessitam de obras de conservação;
 - iv) escolas que necessitam de obras de ampliação e
 - v) escolas que devido às condições que apresentam em termos físicos ou em termos de promoção de sociabilidades não correspondem a uma escola que se deseja de qualidade.
- Foram, deste modo, definidos três eixos centrais, em torno dos quais se equacionam um conjunto de problemas a necessitar de intervenção.

1º Eixo – Reordenamento

1. Redefinição dos Agrupamentos de Escolas

- Promover articulações entre escolas e estas e o agrupamento;
- Melhorar a oferta educativa;

2. Deslocalização das Escolas

- Promover sociabilidades;

3. Rede de transportes

- Diagnosticar a situação real da rede de transportes;
- Reajustar a rede de transportes à nova realidade escolar;

4. Implementação da nova escola das Marinhas

- Promover uma educação de qualidade/imagem social da escola;
- Aproximar os estabelecimentos e as ofertas educativas da comunidade;

5. Redefinição de um Sistema de Ofertas e Apoios Educativos e Sócio Educativos

- Sensibilizar para a necessidade de dinamizar projectos que têm como objectivo a promoção de um sistema de ofertas e apoios educativos;
- Promover uma educação de qualidade.

2º Eixo – Científico/Pedagógico

1. Imagem Social da Escola

- Promover discussões em torno dos grandes temas educativos;
- Compreender a necessidade de dinamizar projectos que têm como objectivo a promoção da Imagem Social da Escola;
- Definir o papel dos intervenientes educativos e a sua participação na construção do Projecto Educativo Municipal;

2. Sucesso educativo

- Compreender a necessidade de dinamizar projectos que têm como objectivo a promoção do sucesso educativo;
- Promover sociabilidades através da presença efectiva dos alunos nas escolas;
- Melhorar o nível de escolaridade;

3. Integração Escolar

- Compreender a necessidade de dinamizar projectos que têm como objectivo o combate ao abandono escolar;
- Promover medidas de combate ao abandono escolar;
- Promover sociabilidades através da presença dos alunos nas escolas;
- Promover o sucesso educativo a nível da população em geral;

4. Formação Científico/Pedagógica

- Sensibilizar para a necessidade de fomentar projectos de formação convergentes com a actividade profissional;
- Promover Eventos Formativos como respostas aos problemas educativos actuais/locais;
- Construir Planos de Formação articulados com os problemas identificados nos diferentes Planos de Intervenção/Projectos Educativos dos agrupamentos de escolas.

3º Eixo – Construção de redes/gestão de articulações

1. Articulação Inter Escolas

- Compreender a necessidade de articular acções e projectos locais;
- Promover articulações entre o Agrupamento de Escolas e os estabelecimentos de ensino;
- Compreender que as articulações podem actuar como resposta a problemas educativos contextuais;

2. Articulação Inter Agrupamentos

- Compreender a necessidade de articular acções e projectos a nível concelhio;
- Promover articulações entre agrupamentos de escolas, ao nível dos Projectos Educativos;
- Compreender que as articulações podem actuar como respostas a problemas educativos concelhios;

3. Articulação entre os Planos de Formação e as orientações da Carta Educativa

- Compreender a necessidade de articular Formação/Orientações;
- Promover articulações entre o Plano de Formação do Centro de Formação e as orientações da carta Educativa e os projectos dos agrupamentos e dos estabelecimentos de ensino;
- Compreender que as articulações podem actuar como respostas a problemas educativos.

4. Articulação Câmara Municipal de Esposende/Conselho Municipal de Educação/Conselho Local de Acção Social

- Compreender a necessidade de articular directrizes, projectos e acções;
- Promover articulações entre a Câmara Municipal, o Conselho Municipal de Educação e o CLAS/Rede Social;
- Compreender que as articulações podem actuar como respostas a problemas educativos concelhios.

5. Articulação Projecto Educativo/Projectos dos Agrupamentos de Escolas/Estabelecimentos e Instituições Sociais e Empresariais

- Promover a emergência de um Projecto Educativo Municipal;
- Sensibilizar a necessidade de articular projectos e acções entre os diversos intervenientes no processo;
- Promover articulações entre o Projecto Educativo Municipal, o Conselho Municipal de Educação, Instituições Sociais e Empresariais e a Rede Social;
- Compreender que as articulações podem actuar como respostas a problemas educativos inter-institucionais e concelhios.

2.5.2 – TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE ESPOSENDE - PROPOSTA

A proposta de Esposende teve por base o definido no Plano de Desenvolvimento Local – Educação, elaborado pela Câmara Municipal com a colaboração de uma equipa de especialistas da educação, coordenada pelo Prof. Damião Matos.

Nas propostas apresentadas, foi efectuada a projecção da população escolar e aferidas as necessidades no sentido de compatibilizar a proposta para Esposende com o efectuado para os outros concelhos.

Dos problemas detectados apresentam-se duas propostas de reordenamento:

- conservação, ampliação e deslocalização/agregação de escolas e
- constituição de Centros Educativos.

Por fim, desenvolve-se uma proposta de operacionalização da Intervenção que será utilizada como modelo a ser desenvolvido igualmente pelos outros concelhos.

Nas propostas apresentadas, para o concelho de Esposende, estão presentes critérios que procuram, de forma objectiva, garantir o sucesso do processo ensino/aprendizagem com a necessária qualificação da população. Assim, a intervenção perseguirá os seguintes objectivos:

- promover a participação nas dinâmicas educativas e sócio educativas;
- enriquecer as ofertas educativas;
- diminuir os níveis de isolamento dos intervenientes no acto educativo;
- constituir redes de articulações de saberes e recursos;
- preservar os valores e culturas contextuais da população;
- elevar os níveis da qualidade da educação de cada local e do concelho no seu conjunto.

Em termos metodológicos, a população escolar e as salas existentes e previstas para o Agrupamento de Escolas de Marinhãs considera os alunos dos estabelecimentos de educação e ensino existentes para a educação pré-escolar e 1º ciclo de ensino básico.

Quanto ao 2.º e 3.º ciclos, definiu-se que o novo estabelecimento receberia 40% dos alunos do 2.º ciclo da EB2,3 António Correia de Oliveira e 50% dos alunos do 3.º ciclo da Escola Secundária com 3.º ciclo Henrique Medina. De acordo com esta metodologia calculou-se a população escolar em 2013. Assim, para saber o total de alunos do Agrupamento de Escolas António Correia de Oliveira, em 2002, deve-se somar os valores deste com os do Agrupamento de Escolas de Marinhãs. Quanto ao ensino secundário, os alunos deverão ser acrescentados aos estabelecimentos isolados (não inseridos em agrupamento).

Educação Pré-escolar e 1º Ciclo

Quadro 14 – Educação Pré-escolar – população escolar existente e prevista, em Esposende

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - 2011								
Escolarização	População Escolar em 2011	População Escolar em 2012	População Escolar em 2012 (%)	Alunos/sala	Nº Salas 2011	Nº Salas 2012	Tx Ocupação 2011	
Total	0,8 0,9 1,0	1124 1265 1405	1192					
TE AETBN		120	106	0,085	25	6	5	0,8
TE AEACO		270	239	0,192	25	13	12	0,8
TE AEA		143	126	0,101	22	7	6	0,8
TE AEM		271	240	0,193	22	12	9	0,9
Isolados		601	531	0,428	22	27	23	0,9
Total		1405	1242	1		65	55	0,9

TE Baixo Neiva: EB 1 c/ JI Guilheta-Antas - 2 JI Forjães - 4	TE António Correia de Oliveira: EB1/JI Curvos - 2 EB 1 c/ JI Ramalhão-Fão - 2 JI Gandra - 3 JI Calvário-Gemeses - 2 JI Santo António-Palmeira de Faro - 4	TE Apúlia: EB 1 c/ JI Facho-Apúlia - 3 EB 1 c/ JI Criad-Apúlia - 1 EB 1 c/ JI Agra-Fonte Boa - 2 EB 1 c/ JI Santa Marinha-Rio Tinto - 1	TE Marinhos: EB1 c/ JI São Fins-Belinho - 4 EB 1 c/ JI Cepães-Marinhos - 1 EB 1 c/ JI Góios-Marinhos - 1 JI Marinhos - 4 EB 1 c/ JI Pinhote-Marinhos - 2
---	---	--	--

Quadro 15 – 1º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Esposende

1 CICLO - 2013

Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação
2013	2013	2002	2002 (%)		2013	2002	2013
2108	1926						
0,9	1926						
TE AETBN	234	231	0,121	24	15	15	0,6
TE AEACO	774	764	0,402	24	37	36	0,7
TE AEA	349	345	0,181	24	19	20	0,7
TE AEM	569	562	0,295	24	35	35	0,6
Total	1926	1902	1		107	106	0,6

TE Baixo Neiva:

EB 1 Azevedo-Antas - 3

EB 1 c/ JI Guilheta - 2

EBI Forjães - 10

TE António Correia de Oliveira:

EB 1 Esposende - 12

EB 1 /JI Curvos - 3

EB 1 c/ JI Ramalhão - 7

EB 1 Gandra - 4

EB1 Calvário-Gemeses - 3/4

EB 1 Eira d' Ana-Palmeira de Faro - 2

EB 1 Barral-Palmeira de Faro - 5

TE Apúlia:

EB 1 Areia-Apúlia - 3

EB 1 c/ JI Criad - 3

EB 1 Igreja-Apúlia - 4

EB 1 c/ JI Facho - 4

EB 1 c/ JI Agra - 3

EB 1 c/ JI Santa Marinha - 2

TE Marinhos:

EB1 c/ JI São Fins - 8

EB 1 de Cima-Mar - 6

EB 1 c/ JI Cepães - 3

EB 1 c/ JI Góios - 4

EB 1 Igreja-Marinhos - 3

EB 1 c/ JI Pinhote - 4

EB 1 Igreja-Vila Chã - 4

EB1 de Rio de Moinhos-Marinhos - 4

Na zona de influência do **Agrupamento de Escolas Terras do Baixo Neiva**, que corresponde às freguesias de Forjães e Antas, a intervenção, ao nível da educação pré-escolar, equaciona-se a partir de duas hipóteses:

- Adaptação das instalações no interior da EBI de Forjães, com a criação de mais uma sala para a educação pré-escolar; ou
- Construção de um jardim de infância nas imediações da actual EBI de Forjães com capacidade para quatro salas, a fim de receber os alunos do jardim de infância de Igreja, Forjães.

Decorrente de qualquer solução, preconiza-se a extensão da EBI para EBI c/JI de Forjães.

A proposta de constituição de um novo território educativo – Marinhas – resultou na contabilização dos estabelecimentos do 1º ciclo e JI da sua área de influência neste território, pelo que aos valores do território educativo António Correia de Oliveira foram retirados os estabelecimentos, salas e alunos da área de influência do novo território. Assim, os alunos para 2013 foram calculados com base no peso percentual actual da população escolar que frequenta estes estabelecimentos no contexto do território educativo António Correia de Oliveira.

Na zona de influência do **Agrupamento de Escolas António Correia de Oliveira e do Agrupamento de Escolas de Marinhas** (cujo início de funcionamento, enquanto tal, se prevê para o ano lectivo de 2006/07), que corresponde à sede de concelho, faixa litoral entre Belinho e Fão e freguesias da zona central do concelho, a intervenção diz respeito a:

- o estabelecimento de ensino EB1 Baixo, freguesia de Mar, no âmbito do processo de reordenamento da rede educativa, poderá ser encerrado a partir do ano lectivo 2006/2007, devendo os alunos transitar para a EB1 Cima, da mesma freguesia, sendo que, para tal, o estabelecimento deve ser alvo das necessárias adaptações (ampliação do edifício), conforme indicado na 1.ª fase de intervenção, devendo ainda estar asseguradas outras condições essenciais,

nomeadamente o serviço de refeições e o transporte dos alunos que dele necessitem.

- o estabelecimento de ensino EB1/JI de São Fins, Belinho, a curto prazo deve ser alvo de obras para a criação de mais uma sala de jardim de infância. Impõe-se ainda uma intervenção ao nível das instalações sanitárias destinadas às crianças da educação pré-escolar e do espaço exterior.
- o estabelecimento de ensino EB1 de Igreja e o Jardim de Infância de Igreja, da freguesia de Marinhãs, devem deslocar-se, a médio prazo, para um novo edifício. Decorrente da agregação, preconiza-se a construção de um centro educativo na freguesia com área de influência, numa 1.ª fase, dos lugares de Igreja, Monte/Abelheira e Rio de Moinhos (este último apenas ao nível da educação pré-escolar). Numa 2.ª fase, poderá igualmente agregar como zona de influência os lugares de Pinhote, Outeiro e Cepães ao nível da educação pré-escolar.
- o estabelecimento de ensino EB1 de Esposende deve ser intervencionado, a curto prazo, aumentando o número de salas, tendo em conta que se trata de um estabelecimento de ensino na sede do concelho e a funcionar, actualmente, em regime de desdobramento. Agregando este estabelecimento com a actual EB2,3 António Correia de Oliveira, preconiza-se a constituição de uma Escola Básica Integrada.
- o estabelecimento de ensino EB1 de Pedreiras, da freguesia de Fão, poderá, no âmbito do processo de reordenamento da rede educativa, ser encerrado no ano lectivo 2006/2007.
- o estabelecimento de ensino EB1 de Ramalhão, da freguesia de Fão, deve ser alvo de obras de conservação/manutenção a curto prazo. Poderá, a partir do ano lectivo 2006/2007, acolher os alunos provenientes da EB1 Pedreiras, caso se verifique o encerramento deste estabelecimento de ensino, e se estiverem garantidas algumas condições essenciais, nomeadamente o funcionamento em

regime normal, bem como o serviço de refeições e o transporte dos alunos que dele necessitem.

- o estabelecimento de ensino EB1/JI de Cepães, Marinhas, a curto prazo, deve ser alvo de obras de manutenção/conservação e ampliação, devendo prever-se um espaço de recreio coberto e refeitório.
- o estabelecimento de ensino EB1 de Susão, Palmeira de Faro, no ano lectivo 2004/2005 passou a funcionar na EB1 de Barral, da mesma freguesia, extinguindo-se aquele estabelecimento de ensino na redefinição da rede educativa no ano lectivo 2005/2006.
- o JI Santo António, Palmeira de Faro, a partir do ano lectivo 2005/2006 passou a acolher as crianças do JI Eira d'Ana, da mesma freguesia, que entretanto foi extinto.
- o estabelecimento de ensino EB1/JI Souto, da freguesia de Gemeses, no que se refere ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, no âmbito do processo de reordenamento da rede educativa, poderá ser encerrado a partir do ano lectivo 2006/2007, devendo os alunos transitar para a EB1 Calvário, da mesma freguesia, desde que estejam garantidas algumas condições essenciais, nomeadamente o serviço de refeições e o transporte dos alunos que dele necessitem. Uma vez que não se espera, nos próximos anos, um aumento ao nível das crianças do lugar de Souto a frequentarem a educação pré-escolar, sendo 12 as que frequentam, no ano lectivo 2005/2006, o jardim de infância da EB1/JI Souto, preconiza-se, caso se concretize o encerramento da EB1, a deslocalização da sala de educação pré-escolar deste estabelecimento para o Jardim de Infância de Calvário, como forma de potenciar a sociabilidade entre as crianças e a qualidade dos seus percursos educativos. Neste contexto, o JI de Calvário deverá ser sujeito a obras de requalificação e ampliação.
- A EB1/JI de Curvos deverá ser alvo de remodelação ao nível do espaço exterior.

- Na freguesia de Gandra deverá ser construído um novo Jardim de Infância, com 3 salas e espaço polivalente, devendo a actual EB1/JI passar a albergar apenas o 1.º ciclo, de maneira a permitir que este funcione totalmente em regime normal, facto que não se verificou no ano lectivo 2005/2006.

Na zona de influência do Agrupamento de Escolas de Apúlia, correspondente à zona sul do concelho, as intervenções prendem-se com a requalificação e encerramento de alguns estabelecimentos, a saber:

- atendendo ao número reduzido de alunos, o estabelecimento de ensino EB1 de Paredes, da freguesia de Apúlia, no âmbito do processo de reordenamento da rede educativa, será encerado a partir do ano lectivo 2006/2007, devendo os alunos transitar para a EBI Apúlia.
- o estabelecimento de ensino EB1/JI Agra, Fonte Boa, a curto prazo deve ser alvo de obras de manutenção/remodelação ao nível do espaço exterior.
- o estabelecimento de ensino EB1 Santa Marinha e o Jardim de Infância Santa Marinha, da freguesia de Rio Tinto, funcionam, desde o ano lectivo 2005/2006, com a tipologia EB1/JI. O estabelecimento deverá ser alvo, a curto prazo, de obras de conservação/remodelação do espaço exterior.

Ao abrigo da legislação em vigor ao nível das cozinhas dos estabelecimentos de ensino, bem como considerando a implementação do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, prevê-se uma remodelação em todos os estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo ao nível dos espaços de refeitório, bem como das cozinhas das EB2,3 António Correia de Oliveira, EBI Forjães, EBI Apúlia e Escola Secundária com 3.º Ciclo Henrique Medina, uma vez que se prevê, como hipótese, a confecção das refeições para os primeiros nestes estabelecimentos.

Nesta proposta de reordenamento a longo prazo, é feita uma agregação/concentração de escolas do concelho em Centros Educativos por freguesia. Propõe-se uma concepção de

Centros Educativos em que seja objectivo central integrar as diferentes ofertas educativas existentes e necessárias em cada localidade específica.

Deste modo, estes Centros podem ser concebidos segundo os princípios contidos nas Escolas Básicas Integradas, podendo em alguns casos reunir um conjunto de equipamentos e noutros dar origem a Escolas Básicas Integradas, mas constituindo todos eles pólos educativos em torno da efectivação da escolaridade básica.

A divisão que se apresenta teve em conta as culturas próprias de cada freguesia, a sua identidade e autonomia, a possibilidade de se tornarem pólos de desenvolvimento local, as distâncias/distribuição geográfica e consequente rede de acessibilidade, articulada com uma maximização de equipamentos colectivos.

Apresenta-se no quadro seguinte, sob a forma de proposta, o número de Centros Educativos e a sua distribuição por freguesia:

Freguesia	Número de Centros Educativos
Antas	2
Apúlia	4 evoluindo para 3
Belinho	1
Curvos	1
Esposende	1
Fão	1
Fonte Boa	1
Forjães	1
Gandra	1
Gemeses	2 evoluindo para 1
Mar	1
Marinhas	4 evoluindo para 3
Palmeira de Faro	2 evoluindo para 1
Rio Tinto	1
Vila Chã	1

2º, 3º Ciclos

Quadro 16 – 2º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Esposende

2º CICLO							
Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em	Alunos/sala	Nº Salas	Tipologia	Tx Ocupação
2013	2013	2002	2002 (%)		2013	2002	2013
910	1037						
1,1	1037						
TE AETBN	130	139	0,125	24	5	18	0,9
TE AEACO	449	480	0,433	24	19	30	0,9
TE AEA	185	198	0,179	24	8	24	0,9
TE AEM	272	291	0,263	25	11		0,9
Isolados	0	0	0,000	24	0		0,0
Total	1037	1108			43		0,9

Quadro 18 – 3º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Esposende

3º CICLO							
Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em	Alunos/sala	Nº Salas	Tipologia	Tx Ocupação
2013	2013	2002	2002 (%)		2013	2002	2013
1365	1493						
1,1	1493						
TE AETBN	169	180	0,113	25	7	18	0,9
TE AEACO	321	343	0,215	25	13	30	0,9
TE AEA	283	302	0,190	25	11	24	0,9
TE AEM	360	384	0,241	26	14	-	0,9
Isolados	360	384	0,241	25	14	-	0,9
Total	1493	1593			59		0,9

Decorrente da sobrelotação do parque escolar, a autarquia encetou contactos com a DREN para a construção de uma nova escola – a EB2,3 de Marinhas que ficou concluída em 2005, tendo o ano lectivo 2005/2006 já iniciado no novo edifício. A edificação da nova escola situa-se na freguesia de Marinhas, originando um reordenamento da rede educativa. Assim, decorrente da:

- i) construção de um novo estabelecimento de ensino;
- ii) dificuldade em gerir e retirar maximização do equipamento colectivo e

- iii) aprovação por parte das Comissões Sociais Inter-Freguesias de uma experiência de modelo de funcionamento em parceria territorial e procurando uma articulação com essa mesma proposta;

Propôs-se, também, a título de experiência, um reordenamento territorial dos agrupamentos de escolas englobando as seguintes freguesias⁸:

Belinho, Mar, Marinhas e Vila Chã – Agrupamento de Escolas de Marinhas

Forjães e Antas – Agrupamento de Escolas Terras do Baixo Neiva

Esposende, Gandra, Gemeses, Palmeira de Faro, Curvos e Fão – Agrupamento de Escolas António Correia de Oliveira

Apúlia, Fonte Boa e Rio Tinto – Agrupamento de Escolas de Apúlia.

Pretende-se com esta proposta:

- i) Identificar problemas e conjugar sinergias contextuais;
- ii) Aproximar as respostas educativas e sociais de forma articulada aos profissionais de educação, outros intervenientes locais e populações que delas necessitam;
- iii) Promover articulações significativas entre estabelecimentos de ensino e proceder a uma divisão mais equitativa dos agrupamentos segundo a densidade populacional, tendo em conta determinantes de natureza cultural.

⁸ Esta proposta decorreu no âmbito da elaboração da Rede Social/Constituição das Comissões Sociais Inter-Freguesias e foi discutida em Conselho Municipal da Educação, a 17 de Fevereiro de 2004.

Importa ainda salientar que, nas imediações da EB2,3 António Correia de Oliveira e da EB1 de Esposende, entrará em funcionamento, a partir do ano lectivo 2006/2007, a Casa Municipal da Juventude. Trata-se de uma estrutura que, para além de contemplar espaços e projectos destinados aos jovens, albergará a Escola de Música de Esposende, gerida pela cooperativa de ensino Zendensino, I. P. R. L., que actualmente lecciona os cursos básicos de piano, violino e violoncelo. Pretende-se, assim, que este equipamento se constitua como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de projectos educativos, culturais e de lazer destinados, particularmente, aos jovens e, por inerência, a toda a comunidade educativa. Para além disso, o funcionamento da Escola de Música de Esposende terá como recurso o ensino articulado, ao nível dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, facto que, pela proximidade com a EB2,3 António Correia de Oliveira, se evidencia. O espaço contempla ainda salas para atendimento aos jovens, salas para realização de oficinas, um “biblio-café”, preparado igualmente para acolher exposições de artes plásticas, um espaço polivalente para pequenas realizações culturais, workshops, entre outras, e um espaço multimédia com acesso público à Internet.

Todavia, esta estrutura, que entrará em funcionamento em 2006, constitui a 1.ª e 2.ª fases de construção. O projecto contempla ainda uma 3.ª e uma 4.ª fases. Na 3.ª fase prevê-se a construção de espaços destinados à Escola de Música de Esposende – havendo aí a possibilidade de se iniciar o curso complementar, expandindo-se igualmente ao nível dos instrumentos leccionados –, bem como à dança e ao teatro, permitindo, desta forma, que na Casa Municipal da Juventude se integre uma verdadeira escola de artes. A 4.ª fase contempla a construção de um pequeno auditório coberto, com capacidade para cerca de 130 lugares sentados, que prevê, igualmente, um palco exterior, orientado para o hall central externo da Casa.

De salientar, ainda, que este equipamento se constitui como um importante recurso ao nível do apoio às actividades de complemento curricular, não só pelos projectos que se pretendem desenvolver, mas também pela localização próxima, como já referimos, da EB2,3 António Correia de Oliveira e da EB1 de Esposende, que, tal como se preconiza, deverá passar para EBI.

A curto prazo prevê-se também a construção de um Centro de Recursos e Actividades Educativas, um espaço essencialmente dirigido às crianças da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que permitirá o desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente ao nível das expressões plástica, musical, dramática e corporal, entre outras, bem como ao nível da educação rodoviária e do ensino experimental das ciências.

Outro equipamento previsto a curto prazo é um Centro de Educação Ambiental, a situar na Quinta do Paiva, na freguesia de Marinhas. Assume-se como fundamental para a prossecução dos objectivos traçados no âmbito do Projecto de Educação Ambiental que, ao longo dos anos, tem vindo a ser desenvolvido pela autarquia, tendo como público-alvo preferencial a comunidade educativa, não só como forma de possibilitar que num mesmo espaço físico se promova todo o conjunto de actividades em curso e a desenvolver, mas também como forma de centralizar as mesmas e, assim, potenciar os recursos humanos e financeiros disponíveis. Permitirá ainda promover uma maior abrangência de temas, de públicos alvo a atingir, bem como uma mais completa e profícua interacção entre todos os participantes. Assim, o Centro contará com espaços diversos, como salas para oficinas, uma “biblioEcoteca”, um auditório, laboratórios, uma sala para exposições, bem como, no espaço exterior, trilhos temáticos e o horto municipal (já existente).

Ensino Secundário

Quadro 19 – Ensino Secundário – população escolar existente e prevista, em Esposende

ENSINO SECUNDÁRIO							
Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
1394	1167						
0,8	1167						
TE AETBN	0	12	0,017	25	0		
TE AEACO	0	0	0,000	25	0		
TE AEA	0	0	0,000	25	0		
TE AEM	0	0	0,000	25	0		
Isolados	1167	709	0,983	25	47	51	0,9
Total	1167	721			47	51	0,9

ENSINO SECUNDÁRIO_C2							
Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
1394	1474						
1,1	1474						
TE AETBN	19	12	0,017	25	1		
TE AEACO	0	0	0,000	25	0		
TE AEA	0	0	0,000	25	0		
TE AEM	0	0	0,000	25	0		
Isolados	1449	709	0,983	25	58	51	0,9
Total	1469	721			59	51	0,9

O ensino secundário, ou equivalente, continuará a ser assegurado pela Escola Secundária c/ 3º ciclo Henrique Medina e pela Escola Profissional de Esposende, pelo que no quadro o campo referente ao nº de salas em 2002 e 2013, nos agrupamentos, não é preenchido, exceptuando-se o caso do TE AETBN, para 2002. A população escolar prevista para este nível de ensino registará em Esposende uma evolução positiva, de 2002 para 2013. Em termos metodológicos, refira-se que a população prevista considera toda aquela que irá sair do 3º ciclo, independentemente da via de ensino escolhida – regular ou profissional. Assim, ao total de alunos previstos, deverá considerar-se o ensino profissional com uma percentagem de 16%, em 2002. Prevendo-se a manutenção deste valor, ou uma ligeira diminuição, por força do aumento dos cursos tecnológicos /profissionais do ensino secundário, o número de salas necessárias para a procura do ensino secundário registará uma ligeira diminuição no cenário 1 e um aumento no cenário 2.

2.5.3 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE INVESTIMENTOS DE ESPOSENDE

Fase 1

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR														
Proposta de Intervenção								Investimento						
Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2011	nº de salas em 2011	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/Refeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total (Euros)	
2011														
JI de Forjães	1	100	4	N	1250	1250	2000	750	531.250	26.250	-	-	14.800	572.300
EB1/JI de São Fins- Belinho	1	100	4	R/A	1250	1250	2000	750	218.750	26.250	-	-	-	245.000
EB1/JI de Igreja - Marinhas	1	100	4	N	1250	1250	2000	750	531.250	26.250	8.000	-	14.800	580.300
EB1/JI Agra-Fonte Boa	1	50	2	R	625	625	1000	375	109.375	13.125	-	-	7.400	129.900
EB1/JI Santa Marinha-Rio Tinto	1	25	1	R	313	313	500	188	-	6.563	-	-	-	-
JI de Gandra	1	75	3	N	938	938	1500	563	398.438	19.688	6.000	-	11.100	435.225
JI Calvário	1	50	2	R/A	625	625	1000	375	109.375	13.125	4.000	-	-	126.500
Sub-Total	7	500	20	0	6.250	6.250	10.000	3.750	1.898.438	131.250	18.000	0	48.100	2.089.225

1º CICLO														
Proposta de Intervenção								Investimento						
Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2013	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/Refeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total (Euros)	
2013														
EB1 de Esposende	1	288	12	R/A	3600	1800	5760	3.960	1.530.000	138.600	-	-	-	1.668.600
EB 1 de Ramalhão - Fão	1	168	7	R	2100	1050	3360	2.310	367.500	80.850	-	-	-	448.350
EB1/JI de São Fins- Belinho	1	192	8	R	2400	1200	3840	2.640	420.000	92.400	8.000	-	-	520.400
EB1 de Cima - Mar	1	144	6	A	1800	900	2880	1.980	765.000	69.300	12.000	6.000	-	852.300
EB1/JI de Igreja - Marinhas	1	72	3	N	900	450	1440	990	382.500	34.650	6.000	3.000	-	426.150
EB1/JI de Cepães - Marinhas	1	72	3	R/A	900	450	1440	990	382.500	34.650	-	-	-	417.150
EB1/JI Agra-Fonte Boa	1	72	3	R	900	450	1440	990	157.500	34.650	-	3.000	-	195.150
EB1/JI Curvos	1	72	3	R	900	450	1440	990	-	34.650	-	-	-	34.650
EB1/JI Santa Marinha-Rio Tinto	1	48	2	R	600	300	960	660	-	23.100	-	-	-	23.100
Sub-Total	9	1.128	47	0	14.100	7.050	22.560	15.510	4.005.000	542.850	18.000	20.000	0	4.585.850

2.6. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE PONTE DA BARCA

2.6.1 – OBJECTIVOS

“Segundo a proposta de revisão da Lei de Bases do Sistema da Educação, a Missão fundamental da educação é *“fornecer a cada pessoa os meios para o desenvolvimento de todo o seu potencial, para o exercício de uma liberdade autónoma, consciente, responsável e criativa. Há, assim, que assegurar uma educação que prossiga conjugada e sequencialmente as finalidades do aprender a ser e a viver juntos, do aprender a estar, do aprender a conhecer, do aprender a fazer, do aprender a pensar, e aprofundar autonomamente os saberes e competências”*.

Os objectivos estratégicos para a educação no concelho de Ponte da Barca, reflectem princípios nacionais que decorrem da Constituição da República Portuguesa, do Programa do XV Governo Constitucional, da Proposta de Lei de Bases da Educação e dos objectivos locais definidos pelo executivo camarário para a educação.

Desta forma consideram-se como princípios orientadores de carácter geral:

- “Todos têm direito à educação” (art. 73º CRP)
- “O estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, ..., para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva;
- “Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar;

São deveres do Estado (art. 74º CRP):

- assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
- Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar
- Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo

- Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais;
- Apoiar o Ensino Especial;

Dos “compromissos para o sector”, assumidos pelo XV Governo Constitucional, salientamos:

- “ o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas sistematizadas de combate ao abandono durante a escolaridade obrigatória e criação de centros de apoio social escolar (equipas multidisciplinares para apoio aos alunos e famílias carenciadas e desestruturadas)”
- “a promoção do ensino tecnológico e do ensino profissional, em estreita articulação com os centros de formação, de forma a dotar de competências adequadas todos os alunos que tendo concluído a escolaridade básica, desejem entrar no mercado de trabalho”;
- “a aposta numa progressiva transferência de competências para a administração local, especialmente no pré-escolar e ensino básico, sem prejuízo das funções de coordenação e de avaliação a nível central”;
- “a promoção do crescimento e qualificação da rede social de ensino pré-escolar em articulação com as autarquias locais, IPSS, e a iniciativa privada, de forma a atingir uma taxa de cobertura média de 90% no grupo etário dos 3 aos 5 anos”;
- “o aperfeiçoamento do actual modelo de recrutamento, vinculação e gestão de recursos humanos, de modo a seleccionar os mais competentes em termos pedagógicos e científicos, bem como a reduzir o considerável número de docentes sem carga lectiva atribuída e o excessivo número de destacamentos e requisições”;
- “a progressiva coordenação e integração tutelar da educação com a formação profissional inicial e ao longo da vida”;
- “o desenvolvimento do programa de bibliotecas escolares e de um sistema de empréstimo de manuais aos alunos mais carenciados”;
- a promoção do desporto escolar, conferindo-lhe o estatuto de prioridade no que diz respeito à formação dos jovens”;

O **executivo camarário**, consciente da realidade educativa do concelho, propõe para acção as linhas estratégicas de intervenção que a seguir se enumeram:

- Reforçar a rede de educação pré-escolar, de forma a atingir uma cobertura total da rede;
- Aumentar os recursos, contribuindo para a promoção da qualidade do ensino;
- Contribuir para a diminuição das taxas de analfabetismo da população em idade escolar e daqueles que, mesmo tendo abandonado o sistema, pretendem aumentar o nível de escolaridade – ensino recorrente;
- Apoiar a oferta educativa no sentido de proporcionar variados percursos educativos/formativos aos alunos e adequá-la às necessidades do mercado de trabalho;
- Qualificar a rede de equipamentos educativos, assegurando a construção e funcionamento de cantinas, pavilhões desportivos, bibliotecas, centros de recursos, etc;
- Criar Condições de modo a assegurar a permanência dos alunos na escola, para além das actividades lectivas, através da realização das actividades lectivas, através da realização de actividades de complemento curricular, ATL, etc;
- Garantir uma acção social mais eficaz, que vá de encontro à necessidade das famílias mais carenciadas (subsídio de alimentação e material didáctico, acesso a recursos educativos e prolongamento de horário);
- Procurar respostas ricas e diversificadas, apoiando a implementação do Agrupamento Vertical de Escolas;
- Universalizar o acesso às TIC;
- Apoiar os alunos, através da orientação escolar, na decisão relativa á via a prosseguir”.

2.6.2 – TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE PONTE DA BARCA - PROPOSTA

As propostas apresentadas para Ponte da Barca derivam da análise cuidada do modelo de desenvolvimento territorial que se pretende para este concelho e das indicações transmitidas pelo Conselho Municipal de Educação desde a sua instalação. Assim, considerou-se como pressupostos da intervenção:

- a compatibilização do reordenamento da rede educativa com as perspectivas de desenvolvimento socioeconómico baseadas em:
 - desenvolvimento do eixo entre a sede de concelho e a fronteira (Lindoso), decorrentes da melhoria da acessibilidade por via da correcção do traçado e reperfilamento do Eixo Viário Braga - Monção (EN 101);
 - implantação de uma zona industrial em Vila Chã (S. João Baptista);
 - investimento público em equipamentos e serviços sociais;
 - valorização do património cultural e natural do PNPG
- hierarquização da rede de equipamentos de educação e ensino, com a existência de um centro de primeiro nível que concentra os recursos de nível superior, ligado em rede a centros de menores dimensões com 4 a 8 salas do 1º ciclo mais a educação pré-escolar (centros educativos de proximidade). Em termos pedagógicos, o projecto educativo deverá valorizar a importância destes centros de proximidade como equipamentos fundamentais que aproximam a comunidade local à escola. Igualmente importante é a troca de experiências/projectos entre os diferentes centros de proximidade entre si e destes com a escola sede de agrupamento.

De todos os concelhos da VALIMAR ComUrb, Ponte da Barca é aquele que apresenta uma forte concentração da população na sede de concelho, registando-se um "esvaziamento" das freguesias envolventes à sede e freguesias rurais. Tendo presente

esta realidade, pretende-se que as propostas impulsionem dinâmicas que contrariem estas tendências.

No sentido de definir os territórios educativos, procedeu-se à identificação de áreas que apresentassem características socioeducativas semelhantes. Assim, identificaram-se 3 zonas:

- Zona 1 – freguesias de Ponte da Barca, Paço Vedro de Magalhães, Sampriz, Vila Nova de Muía, Oleiros, Bravães, Lavradas, Cuíde de Vila Verde, Vade (S.Pedro) e Vade (S.Tomé)
- Zona 2 – freguesias de Touvedo (S. Lourenço), Touvedo (S. Salvador), Vila Chã (S. João Baptista), Vila Chã (Santiago), Entre Ambos-os-Rios, Asias, Germil, Ermida, Britelo e Lindoso
- Zona 3 – freguesias de Boivães, Crasto, Grovelas, Nogueira, e Ruivos.

Educação Pré-escolar

Quadro 20 – Educação Pré - escolar – população escolar existente e prevista, em Ponte da Barca

	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR							
	Escolarização 2013	População 3-5 2011	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
Total	0,8	329	213					
	0,9	370						
	1	411						
TE Ponte da Barca	1	220	113	0,531	22	10	7	0,9
Isolados	1	191	100	0,469	22	9	4	0,9
Total		411	213	1		19	11	0,9

Jl Sede (N) - 6
Jl Crasto (N) - 2
Jl Entre Ambos-os-Rios (N) - 2

A rede de educação pré-escolar em Ponte da Barca registará um forte crescimento durante os próximos 10 anos. Este aumento prende-se com o facto da taxa de cobertura, em 2002, ser de apenas 60%, o que resulta na necessidade de continuar o investimento para alcançar os 100% de taxa de cobertura.

A oferta em 2002 dividia-se entre 7 salas públicas e 4 salas privadas correspondentes ao Jardim Infantil da Santa Casa da Misericórdia.

Na sede de concelho, **a concentração da oferta resulta na abertura de um Jardim de Infância, da rede pública, com 6 salas**, que complementará a oferta da rede solidária existente (4 salas), para uma população residente, em 2011, de 132 crianças dos 3 aos 5 anos, e que dará resposta à população de Ponte da Barca, Paço Vedro de Magalhães, Sampriz, Vila Nova de Muía, Oleiros, Bravães e Lavradas, Vade (S. Pedro), Vade (S. Tomé) e Cuíde de Vila Verde, mais a população flutuante. Relativamente à zona 2, será construído um Centro Educativo em Entre Ambos-os –Rios com **2 salas** para Jardim de Infância, para 44/50 crianças. Quanto à zona 3, será construído um Centro Educativo com **2 salas** para Jardim de Infância, para 44 crianças.

No total a rede pública terá 10 salas, para 220 crianças.

1º Ciclo

Ao nível do 1º ciclo e já para o ano de 2006/07 a intervenção na rede será a seguinte:

2005/2006	2006/2007
Escola básica do 1º ciclo de Igreja (Britelo) Escola básica do 1º ciclo de Paradamonte (Britelo)*	Escola básica do 1º ciclo de Paradamonte - Britelo (Ampliação mais 1 sala de aula)
Escola básica do 1º ciclo de Igreja (Entre Ambos-os-Rios) Escola básica do 1º ciclo de Seixinha (V.Chã Santiago)*	Escola básica do 1º ciclo de Igreja - Entre Ambos-os-Rios (Ampliação mais 1 sala de aula)
Escola básica do 1º ciclo de Padim – V.N. Muía Escola básica do 1º ciclo de Igreja (Touvedo Salvador)* Escola básica do 1º ciclo de Groure (Touvedo S. Lourenço)*	Escola básica do 1º ciclo de Padim – V.N. Muía (Requalificação)
Escola básica do 1º ciclo de Cajaneiro (V. Chã S. João) Escola básica do 1º ciclo de Paradela (V. Chã S. João)*	Escola básica do 1º ciclo de Cajaneiro - V. Chã S. João (Reparações)
EBI Diogo Bernardes - Ponte da Barca Escola básica do 1º ciclo de Maraza - Cuíde de Vila Verde* Escola básica do 1º ciclo de Sedouro – Vade S. Pedro* Escola básica do 1º ciclo de Portela – Sampriz*	EBI Diogo Bernardes - Ponte da Barca (Construção Nova com 16 salas)

Escola básica do 1º ciclo de Ventuzelo – Sampriz*	
Escola básica do 1º ciclo de Côtó – Paço Vedro de Magalhães*	
Escola básica do 1º ciclo de Veiguiinha – Oleiros*	
Escola básica do 1º ciclo de Igreja – Lavradas Escola básica do 1º ciclo de Leiras – Lavradas*	Escola básica do 1º ciclo de Igreja – Lavradas (Reparações)

* Escolas a encerrar em 2006/07

Mantêm-se a funcionar de forma autónoma as escolas de EB1 Igreja – Grovelas, a EB1 de Devesa – Ruivos, a EB1 de Igreja-Nogueira, a EB1 de Burmeirões – Boivães, a EB1 de Salzedas – Azias, a EB1 de Castelo – Lindoso, a EB1 de Mosteiro – Bravães e a EB1 de Saném – Crasto. Estas escolas serão alvo de reparações.

Como proposta de reordenamento e redimensionamento a médio prazo, propõe-se o seguinte:

Quadro 21 – Educação Básica 1º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Ponte da Barca

	1 CICLO				Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
	Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)				
Total	628	607	630					
TE Ponte da Barca	1	607	630	1,000	22	28	55	0,9
Total		607	630			28	55	0,9

EBI Sede - 16
CE Crasto (N) - 4/6
CE Entre Ambos-os-Rios (N) - 8

- A rede educativa de Ponte da Barca terá como Centro Educativo de nível I a escola sede de agrupamento, a **EBI Diogo Bernardes**, com **16 salas** e como centros educativos de proximidade, **os seguintes centros, conforme assinalado na Planta 4.0.01:**
- **C.E. de Entre Ambos-os-Rios – 8 salas-** freguesias de Touvedo (S. Lourenço), Touvedo (S. Salvador), Vila Chã (S. João Baptista), Vila Chã (Santiago), Entre Ambos-os-Rios, Azias, Germil, Ermida, Britelo e Lindoso.
- **C.E. de Crasto – 4/6 salas** freguesias de Crasto, Nogueira, Ruivos, Grovelas e Boivães e ,eventualmente, a população de Cuíde de Vila Verde, Vade (S.Pedro) e Vade (S.Tomé).

No total, em 2013, prevêem-se 607 alunos distribuídos pela EBI Diogo Bernardes e os Centros Educativos de Entre Ambos-os-Rios e Crasto.

A concentração da população escolar da zona nascente do concelho, em Entre Ambos-os-Rios resultou da conjugação de vários factores de que se salientam:

- a decisão estratégica de fazer face à tendência de concentração nas sedes de concelho, apostando no desenvolvimentos dos centros rurais, em particular em área do P.N.P.G.
- o investimento público em acessibilidades e na infra-estruturação de zonas industriais, como é o caso da Zona Industrial de Vila Chã (Santiago);
- a integração dos equipamentos de educação e ensino com outros equipamentos, nomeadamente de solidariedade social, desportivos e administrativos;
- as distâncias a percorrer pelos alunos de Lindoso, Britelo, Ermida e Germil.

2º, 3º Ciclos

Quadro 23 – Educação Básica 2º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Ponte da Barca

2º CICLO							
Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação
2013	2013	2002	2002 (%)		2013	2002	2013
253	299	336					
1	299						
TE Ponte da Barca	299	336	1,000	24	12		1,0
Total	299	336			12		1,0

Quadro 22 – Educação Básica 3º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Ponte da Barca

3º CICLO							
Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação
2013	2013	2002	2002 (%)		2013	2002	2013
380	478	464					
1	478						
TE Ponte da Barca	150	251	0,541	25	6	22	1,0
Isolados (ES/3 P. B.)	328	213	0,459	25	13		1,1
Total	478	464			19	22	1,0

À semelhança da situação actual, a EBI Diogo Bernardes vai concentrar a oferta do 2º ciclo. Serão necessárias 12 salas para uma população escolar de 299 alunos, em 2013. Caso a população escolar evolua de forma a serem necessárias salas para o 2º ciclo, dever-se-á ampliar a EB1/JI de Entre Ambos-os-Rios de modo a receber alunos do 2º ciclo, devendo portanto ser definido um espaço de expansão do equipamento para futuras ampliações de acordo com a evolução da população escolar. Esta solução só será viável numa solução intermunicipal que não foi considerada nesta proposta.

No 3º ciclo, verifica-se um ligeiro aumento da população de 464 alunos para 478 alunos, sendo necessárias 19 turmas do 3º ciclo. O 3º será distribuído pela EBI Diogo Bernardes e pela Escola Secundária conforme assinalado no quadro, em que a EBI Diogo Bernardes terá 6 turmas, num total de 150 alunos, e a escola Secundária 13 turmas do 3º ciclo, num total de 328 alunos.

Ensino Secundário

Quadro 24 — Ensino Secundário - população escolar existente e prevista, em Ponte da Barca

SECUNDÁRIO_C1							
Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
415	364	257					
1	364						
Isolados	364	257	1,000	25	15	24	1,0
Total	364	257			15	24	1,0
SECUNDÁRIO_C2							
Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
415	460	257					
1	460						
Isolados	460	257	1,000	25	18		1,0
	460	257			18		1,0

Com as obras de ampliação, a escola secundária tem salas suficientes para dar resposta às 13 turmas do 3º ciclo e 15 turmas do ensino secundário. Caso o concelho, atinja os objectivos nacionais referentes à progressão e retenção no secundário, seriam necessárias 18 turmas do secundário que a juntar às 13 turmas do 3º ciclo dará um total de 31 turmas.

Para além do ensino regular, a escola deverá concentrar a oferta do ensino recorrente e dos Cursos de Educação Formação.

Pretende-se que as escolas desenvolvam respostas específicas para fazer face aos problemas de retenção e abandono escolar, trabalhando com a comunidade educativa na procura de soluções adequadas.

2.6.3 PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE INVESTIMENTOS – PONTE DA BARCA

Fase 1

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR														
Proposta de Intervenção									Investimento					
Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2011	nº de salas em 2011	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2		Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total (Euros)
2011														
JI Ponte da Barca	1	150	6	N	1875	1875	3000	1.125	796.875	39.375	12.000	-	22.200	870.450
JI Crasto	1	50	2	N	625	625	1000	375	265.625	13.125	4.000	-	7.400	290.150
JI Entre Ambos-os-Rios	1	50	2	N	625	625	1000	375	265.625	13.125	4.000	-	7.400	290.150
Sub-Total	3	250	10	0	3125	3125	5000	1875	1.328.125	65.625	20.000	0	37.000	1.450.750

1º CICLO														
Proposta de Intervenção									Investimento					
Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2013	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2		Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total (Euros)
2013														
EBI Diogo Bernardes	1	417	18	N	5213	2606	8340	5.734	2.215.313	200.681	36.000	18.000	-	2.469.994
EB1 Crasto	1	73	4	R	913	456	1460	1.004	159.688	35.131	8.000	4.000	-	206.819
EB1 do CE Entre Ambos-os-Rios	1	152	8	N	1900	950	3040	2.090	807.500	73.150	16.000	8.000	-	904.650
Sub-Total	3	642	30	0	8025	4013	12840	8828	3.182.500	308.963	60.000	30.000	-	3.581.463
TOTAL	6	892	40	0	11150	7.138	17.840	10.703	4.510.625	374.588	80.000	30.000	37.000	5.032.213

2.7. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE PONTE DE LIMA

2.7.1 – OBJECTIVOS

“O projecto autárquico aposta fortemente na qualificação e na valorização das pessoas como factor primordial do desenvolvimento social, educativo e económico. A Educação consubstancia no essencial esta preocupação sendo que, vivemos uma época, em que este sector deve assumir-se como vital para o desenvolvimento do concelho, da região e do país.

OBJECTIVOS GERAIS:

Criação de um ambiente de comparticipação com a comunidade educativa de modo a proporcionar um envolvimento global dos agentes educativos, de tal forma que, desde os professores aos pais, desde as direcções das escolas à autarquia, se assuma um grau de responsabilização que enfoque num espírito de cooperação e de iniciativas, convertido na melhoria da qualidade de ensino e bem-estar dos alunos.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

O concelho de Ponte de Lima, especialmente ao nível do 1º ciclo tem absoluta necessidade de inverter a tendência de isolamento das escolas e ao nível do 2º e 3º ciclos de criar condições de continuidade do percurso escolar para além da escolaridade obrigatória através de:

- Requalificação do parque escolar
- Construção de novos espaços escolares
- Aumento da oferta na vertente socioeducativa
- Requalificação da rede transportes escolares
- Apoio à instalação de novos cursos no Secundário
- Parcerias com os estabelecimentos do ensino superior

Com a construção do Jardim de Infância de Cepões consideramos praticamente concluída a instalação da rede do pré-escolar, na medida em que estão satisfeitas as necessidades das famílias e das crianças desta fase etária. O concelho passa a dispor de 32 Jardins de Infância da rede pública e 2 da rede privada.

Satisfaz mais de 1000 crianças e tem capacidade de resposta para números mais elevados. A futura preocupação nesta área poderá passar pela necessidade de resposta na instalação de creches, espaços que contemplarão as crianças com idade inferior a 3 anos.

O desenvolvimento do concelho, as exigências familiares e a iniciativa autárquica determinarão a política a adoptar nesta matéria.

As escolas do 1º ciclo foram alvo, dum processo, já em curso, de requalificação global, no sentido de proporcionar aos agentes educativos condições de habitabilidade, de higiene e de bem estar, compatíveis com a qualidade de ensino e aprendizagem que se pretende atingir.

Estas intervenções estão a ser processadas com exclusivo recurso ao erário municipal dado que, a administração central não correspondeu às expectativas geradas com o Plano de Salvaguarda de Recuperação dos Edifícios Escolares. Tem sido um trabalho profícuo, dispendioso e atento da autarquia para oferecer às cerca de 2200 crianças condições agradáveis para o seu desenvolvimento intelectual e educativo.

Por outro lado, decidimos pela suspensão dos projectos de construção de alguns centros escolares porque se desenhou no concelho uma nova política de reordenamento da rede educativa derivada da constituição dos Agrupamentos Escolares.

A ninguém passará indiferente a baixa da taxa de natalidade com a consequente redução do número de alunos, a impossibilidade material e física da autarquia para dar resposta a todas as escolas de forma a corresponder às necessidades das crianças, face às exigências dos novos projectos curriculares e dos novos projectos educativos.

A sociedade de hoje não se compadece com quem não quer andar ao seu ritmo. Os pais não têm o direito de coarctar o desenvolvimento harmonioso dos filhos nem de lhes impedir o acesso às mesmas oportunidades que estarão ao alcance da grande maioria.

Hoje, impõe-se um novo caminho iluminado por novas exigências pedagógicas, materiais e humanas.

Hoje, uma criança da Boalhosa deve ter desde o início o mesmo percurso escolar de uma criança de Ponte de Lima ou de Lisboa.

As acessibilidades, o reforço da componente socioeducativa, a premente necessidade de socialização, o imperioso e fácil acesso às novas tecnologias exige a tomada duma nova atitude por parte dos agentes educativos, voltando-se para a qualidade de ensino, para as melhores condições de aprendizagem, abrindo novos horizontes às crianças do nosso concelho.

Em discussão aberta com as direcções dos Agrupamentos concluiu-se da necessidade do reordenamento da rede educativa do concelho. Destas reuniões resultou que o novo caminho aponta para a continuidade da construção de centros escolares, com a aglutinação de várias escolas do 1º ciclo, e noutros casos para a criação das escolas básicas integradas.

A política educativa da autarquia aponta nesse sentido, com um horizonte temporal de médio prazo, os 56 estabelecimentos escolares do 1º ciclo estarão reduzidos a menos de metade.

O ordenamento da rede educativa tem em consideração o disposto nos artigos 37º a 41º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

A rede educativa consiste na configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em actividades escolares, afectos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando a sua adequação às orientações e objectivos de política educativa, nomeadamente os que se referem à utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro de correcção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, de forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.

Esta configuração visa contribuir para a garantia de acesso de todas as crianças ao ensino pré-escolar e aos outros níveis de ensino; superar situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa, prevenindo a exclusão social; garantir uma adequada complementaridade de ofertas educativas; garantir a qualidade funcional, arquitectónica e ambiental dos estabelecimentos de educação; desenvolver formas de organização e gestão mais eficazes através da conclusão do processo de autonomia dos estabelecimentos.

A implementação desta política já se iniciou por acções de consciencialização e sensibilização dos autarcas locais e de algumas associações de pais.

Na prática poderá debater-se com as dificuldades de aquisição de espaços de acordo com a localização apontada. Este processo está em andamento para que, após a administração central definir os apoios a conceder para a sua concretização, se possa materializar esta nova realidade que responderá com eficácia aos desafios do futuro na área do saber e da educação.

Esta política permitirá também equacionar a melhoria das respostas no âmbito da componente socioeducativa: apetrechando melhor as cantinas, criando novos espaços de actividades de tempos livres, de apoio ao estudo e à criatividade das crianças.

Com o desenvolvimento deste processo de reformulação da rede educativa ao nível do 1º ciclo irá impor-se a implementação duma nova rede de transportes escolares que responda às novas exigências e às necessidades das famílias. Esta preocupação tem sido alvo de

discussão no âmbito da comunidade urbana no sentido de cada município poder encontrar a resposta adequada à sua realidade.

O concelho de Ponte de Lima não tem sido muito generoso na oferta educativa ao nível do Ensino Secundário. Sabe-se que o percurso escolar de grande número de alunos fica-se pela escolaridade obrigatória. Há uma quebra significativa na passagem para o Ensino Secundário. Esta atitude deve-se a vários factores, alguns de entre os quais a falta de cursos adequados à oferta de emprego na região. Deve apostar-se seriamente na vertente dos cursos técnico-profissionais e deve estender-se o ensino secundário a outras escolas do 3º ciclo do concelho.

Estas preocupações têm sido transmitidas pelos agentes educativos do concelho e têm tido um eco positivo na Câmara Municipal.

A autarquia não tem um papel decisório nesta matéria mas tem pelo menos prestado todo o apoio que lhe tem sido solicitado pelas escolas.

Quando cabe dar respostas claras às necessidades de formação dos nossos jovens estaremos seguramente na luta pela conquista desse desiderato.

CONCLUSÃO:

O ensino pré-escolar está a atingir o período de estabilidade, procurando-se, por agora, melhoria das condições de trabalho e da qualidade de aprendizagem.

Damos muita atenção ao reforço da componente socioeducativa respondendo às necessidades das famílias.

A reformulação da rede escolar do 1º ciclo assenta numa estratégia de acordo com a realidade concelhia, no sentido de servir melhor os alunos e elevar a qualidade da oferta educativa. Além disso tem como objectivo principal o aproveitamento das candidaturas através do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional – 2007-2013.

Os edifícios escolares abandonados reverterão a favor das freguesias para fins sociais, associativos ou oficiais (centros de dia, sedes de clubes e associações, serviços das Juntas de Freguesia).

A rede de transportes escolares a implementar deverá responder com eficácia à nova realidade contemplando-se especialmente a segurança, a distância e as acessibilidades.

A definição desta estratégia visa também captar a população escolar excluída do sistema, combatendo-se o abandono e o absentismo escolar.

Procurarmos a melhoria das respostas às crianças com necessidades educativas especiais e aos alunos portadores de deficiências, no âmbito de parcerias com os apoios educativos e a Educação Especial, estabelecendo também protocolos de cooperação com o Núcleo de Ponte de Lima da APPACDM. Trabalha-se em estreita ligação com a Comissão de Protecção de Menores, a Segurança Social, o Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências, o Conselho Local de Acção Social e o Conselho Municipal de Educação.

Apoiamos a exigência de instalação das equipas pluridisciplinares em todos os agrupamentos. Entendemos isso como um factor fundamental de combate ao insucesso escolar. Queremos uma equipa exclusivamente preocupada com os factores sociais determinantes no comportamento dos alunos (a família, a saúde, a condição socioeconómica, o desenvolvimento integral). Uma política de prevenção social para o sucesso educativo. Uma escola com respostas, uma verdadeira educação para a cidadania.

Promovemos e apoiamos espaços escolares caracterizados por condições de hospitalidade e de afabilidade de modo a transformar as escolas em locais apetecíveis e sedutores para os alunos.

Favorecemos todas as acções que visem criar nos alunos o gosto pelo estudo, que torne extensivo o seu percurso escolar, se possível, até ao ensino superior, de modo a elevar o concelho aos mais altos patamares da média do grau de escolaridade

Desenvolvemos e apoiamos acções de sensibilização que promovam o uso e abuso das novas tecnologias da informação, incentivando a info-inclusão.

Mantemos total conformidade com os objectivos dos estabelecimentos do ensino profissional, especialmente a Escola Profissional de Agricultura e do Desenvolvimento Rural e do ensino superior, como a Universidade Fernando Pessoa e a Escola Superior Agrária.

2.7.2 – TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE PONTE DE LIMA - PROPOSTA

A Proposta de reordenamento da rede educativa de Ponte de Lima teve em consideração o trabalho previamente realizado pelos serviços da Câmara que resultou numa proposta que se pretendeu avaliar à luz dos critérios definidos anteriormente.

À semelhança do realizado para os outros concelhos, procurou-se definir um cenário que correspondesse a uma menor concentração da oferta numa primeira fase e que evoluiria de acordo com as perspectivas demográficas e o modelo de ordenamento do

território definido no âmbito da revisão do PDM para um modelo mais concentrado da oferta.

Ao contrário dos concelhos analisados anteriormente, a proposta de reordenamento não está associada ao elevado número de escolas com menos de 10 alunos, mas a uma maior rentabilização de recursos, a uma organização e gestão escolar mais eficaz e à necessidade de desenvolver projectos educativos adaptados à realidade local e definidos com a participação da comunidade, que contribuam de forma efectiva para a implementação da política educativa municipal.

À semelhança dos outros concelhos, analisou-se a rede a partir de 4 territórios :

- Margem Direita do Lima: Território Educativo de Arcozelo;
- Margem Esquerda do Lima : Território Educativo da Correlhã e Território Educativo António Feijó;
- Zona do Neiva - Território Educativo do Freixo

Educação Pré-escolar

Quadro 25 – Educação Pré-escolar – população escolar existente e prevista, em Ponte de Lima

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR								
Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação	
	2013	2011	2002	2002 (%)		2011	2002	2003
Total	0,8	1213	1071					
	0,9	1364						
	1,0	1516						
TE António Feijó		412	291	0,272	25	20	14	0,8
TE Arcozelo		272	192	0,179	22	14	9	0,8
TE Correlhã		234	165	0,154	22	13	8	0,7
TE Freixo		266	188	0,176	22	12	15	0,9
Isolados		311	220	0,205	22	14	9	0,9
Total		1495	1071	1		73	55	0,8
JI Ponte de Lima - 6 JI da Ribeira - 3 (C18) JI Serdedelo - 1 (C20) JI da Feitosa - 4 JI Rebordões (Souto) - 1 JI Trovela - 1 + 1 (C19) JI Anais - 1/ 0 (C19) JI Gondufe - 1/ 0 (C21) JI Beiral do Lima - 1/ 0 (C21) JI Gandra - 2 (C21) JI Santa Cruz do Lima - 1 (C21) JI Arcozelo (N) - 5 JI Refóios do Lima - 3 JI Alto Labruja - 1 (C16) JI Calheiros - 1 (C17) JI Brandara - 1 / 0 (C17) JI Moreira do Lima - 1 (C09) JI Estorãos Lima - 3 (C09) JI Arcos - 1 JI Fontão - 1 JI Correlhã (N) - 7 JI Vitorino das Donas - 2 JI Seara - 1 / 0 JI Facha - 2 JI Rebordões (St Maria) - 1 + 1 JI Freixo - 2 + 3 (C12) JI Calvelo - 1 / 0 (C12) JI Sandiães - 1 / 0 (C12) JI Cabaços - 3 (C13) JI Friastelas - 1 (C13) JI Poiares - 1 JI Vitorino dos Piães - 4 (C11)								

O aumento da população da base da pirâmide e o aumento da taxa de pré-escolarização irá reflectir-se na necessidade de aumentar o número de salas das actuais 55 para 73 salas. Actualmente, e com a construção do Jardim de Infância Cepões, o concelho conseguiu dar resposta à procura da educação pré escolar num total de 1071 crianças e 46 salas públicas e 9 privadas.

A Câmara Municipal de Ponte de Lima assumiu desde cedo que, ao nível do pré escolar, **numa 1ª fase**, não seria necessário fazer grandes intervenções dado que a situação existente respondia às necessidades.

O TE de Arcozelo será servido pelos Jardins de Infância dos Centro Educativos de:

- Moreira do Lima com 1 sala que servirá as freguesia de Cabração, Estorãos e Moreira do Lima
- Alto Labruja / Cepões com 1 sala que servirá as freguesias de Labrujó, Labruja, Rendufe, Barrio e Cepões
- Jardim de Infância de Calheiros com 1 sala que servirá Vilar do Monte e Calheiros, mantendo-se o Jardim de Infância de Canadelo – Brandara em funcionamento. Dependendo da evolução da população escolar, o JI de Brandara poderá ser encerrado sendo as crianças transferidas para o JI de Calheiros. **Nesta situação poderá ser necessário aumentar 1 sala no JI de Calheiros** já que a população residente dos 3 aos 5 anos, das 3 freguesias, será em 2011 de 62 crianças.

Como intervenção prioritária definiu-se a **construção do Centro Educativo de Arcozelo, sendo que o novo Jardim de Infância de Arcozelo a construir terá 5 salas**, reforçando a oferta pública em 3 salas. De acordo com as projecções demográficas, a freguesia de Arcozelo, terá em 2011, 142 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. Assumindo que só 90% das crianças irão frequentar o JI da freguesia, teremos necessidade de 5 salas, pelo que se propõe que **seja construído 1 JI com 4/5 salas, transferindo-se as 2 salas do JI de Vilar**. Em opção à concentração de toda a oferta no Centro Educativo de Arcozelo, nas instalações da

actual EB1 da Freiria poderão existir salas para a educação pré-escolar, sendo que o CE de Arcozelo teria $\frac{3}{4}$ salas e o JI da Freiria teria 2.

Quanto ao Território Educativo de Santa Comba, Sá e Bertíandos, mantém-se numa 1ª fase a oferta existente, com 2 salas. Na 2ª fase, e consoante a evolução da população será encerrado o Jardim de Infância de Bertíandos e de Santa Comba, sendo que o **Jardim de Infância do Centro Educativo de Estorãos-Lima terá de ter 3 salas, sendo a oferta pública reforçada em 1 sala**, justificado este reforço pelo facto do JI de Bertíandos e Stª Comba terem um taxa de ocupação superior a 100%.

O **Centro Educativo de Refóios do Lima**, a construir, terá oferta de educação pré - escolar com 3 salas, sendo as 2 salas do JI de Tourão transferidas para este novo Centro Educativo e reforçada a oferta pública em 1 sala.

Na margem esquerda do Lima, no território educativo correspondente ao Agrupamento de Escolas da Correlhã, para além da oferta actual se manter, propõe-se o reordenamento da oferta, nomeadamente com a **construção de 1 Jardim de Infância que terá 7 salas**, encerrando-se as 2 salas existentes no J.I. de Igreja-Correlhã que funciona actualmente no Centro Paroquial de Correlhã e 1 sala em Seara, conforme a evolução da população escolar. Os JI de Vitorino das Donas, de Facha e de Rebordões (Santa Maria) terão 2 salas cada, a que corresponde um reforço de 1 sala em Rebordões (Santa Maria). No total verifica-se um reforço da oferta em 5 salas, já que actualmente a oferta já não dá resposta à procura, sendo o número de crianças com idades entre os 3 e os 5 anos, em 2001, superior ao nº de crianças inscritas nos JI, em 2002, numa relação de 286 crianças para apenas 165 inscritas nos JI, a que corresponde uma taxa de cobertura de 58%. No total, a oferta pública será de 13 salas distribuídas conforme apresentado no quadro 21, no sentido de dar resposta a uma população escolar de 234 crianças a que corresponde a uma variação da população escolar entre 2002 e 2013 de 42%.

No Território Educativo correspondente ao **Agrupamento de Escolas António Feijó**, mantém-se a oferta pública existente, considerando o ano base o de 2002, e propõe-se

um reforço de 6 salas públicas, decorrente da construção em 2003 do JI de Serdedelo, com 2 salas e do aumento em 2 sala no JI do Centro Educativo da Ribeira e de 3 salas no JI do Centro Educativo da Feitosa.

No **Centro Educativo da Ribeira**, a população escolar a considerar é a apresentada a seguir:

PRÉ-ESCOLAR em 2002/03			
Estabelecimento	Nº de salas	Nº de Alunos	Taxa de Ocupação
JI Igreja - Ribeira	1	20	0,83

A área de influência do Centro Educativo será a freguesia de Ribeira, Gemieira e numa 2ª fase, as freguesias de Serdedelo e Boalhosa. A população residente e com idade entre os 3 e os 17 anos, em 2011 será a apresentada a seguir:

	Total	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17
CE Ribeira	3224	102	172	55	106	110

A projecção da população escolar, considerando as crianças actualmente existentes no sistema e os nados-vivos, aponta para que o Agrupamento de Escolas António Feijó tenha um grande aumento da população a frequentar a educação pré-escolar a que corresponderá uma taxa de variação de 40%.

Assim, para 2011, a proposta relativa à educação pré-escolar prevê um reforço da oferta pública, pelo que se propõe que o Centro Educativo da Ribeira tenha 3 salas do pré-escolar, mantendo-se em funcionamento o JI de Serdedelo.

Quanto ao **Centro Educativo da Feitosa**, a área de influência será a freguesia de Feitosa e a população flutuante que frequenta a EB1 de Ponte de Lima – margem esquerda e direita do Lima (Fornelos e Queijada). A distribuição da população escolar da educação pré-escolar era a seguinte:

PRÉ-ESCOLAR em 2002/03			
Estabelecimento	Nº de salas	Nº de Alunos	Taxa de Ocupação
JI Stª Luzia - Feitosa	1	25	1
Área de Influência(excepto Feitosa)	8	178	0,89

A população residente e com idade entre os 3 e os 17 anos, para estas freguesias, em 2011 será a apresentada a seguir:

	Total	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17
CE Feitosa	8909	295	482	204	277	309

De acordo com a projecção da população residente, a área de influência do Centro Educativo terá um total de 8909 habitantes. Se considerarmos que 90% da população residente entre os 3 e os 5 anos frequentará os estabelecimentos da área de residência, teremos necessidade de 12 salas para a educação pré-escolar. Desta forma, a oferta da rede pública tem de ser reforçada, **propondo-se que o Centro Educativo da Feitosa tenha 4 salas para a educação pré-escolar**, sendo a restante população escolar distribuída pelos JI da área de residência.

O **Território Educativo de Gandra** terá oferta da educação pré-escolar ao nível do sector solidário, reforçada com a abertura de 2 salas públicas que poderão implicar o encerramento do JI de Gondufe e de Beiral do Lima.

No **T.E. do Trovela** as obras referentes ao C.E. deverão considerar 2 salas para os Jardins de Infância. Com a evolução da população, o J.I. de Igreja – Anais, que funciona nas instalações da Junta de freguesia, poderá encerrar, sendo a oferta assegurada pelo Centro Educativo de Fornelos. Consoante a evolução da população, as 2 salas do CE de Fornelos, deverão corresponder a um reforço da oferta pública, mantendo-se em

funcionamento o actual JI de Fornelos, a funcionar no Centro Paroquial e Social de Fornelos e o JI de Rebordões Souto com 1 sala.

Na **Zona do Neiva**, que corresponde ao Agrupamento de Escolas do Freixo, conforme as propostas para os outros territórios, mantém-se a oferta actual, sendo necessário, **no C.E. do Freixo, a construir, reforçar a oferta pública em 2 salas, passando para um total de 4 salas**. Desta forma, serão encerradas as 2 salas do Jardim de Infância de Barreiras – Freixo.

Para dar resposta numa 2ª fase à população do J.I. de Calvelo e Sandiães seria necessário mais 1 sala, **pelo que no total o C.E. terá 5 salas**. Dadas as distâncias a percorrer, e o número de crianças previsto, deverá ser equacionada a permanência em funcionamento dos JI de Calvelo, devendo a população escolar corresponder apenas à população entre os 3 e os 5 anos desta freguesia, de modo a diminuir a taxa de ocupação dos 116%, em 2002, para os 100, em 2011.

Em Poiares, embora se proponha, numa 2ª fase, o encerramento do J.I., esta solução deverá ser aferida no decorrer da implementação da Carta Educativa já que apesar de se prever que a freguesia tenha menos de 900 habitantes, o nº de crianças dos 3-5 anos será maior de 25, pelo que será de manter esta sala.

1º Ciclo

Quadro 26 – Ensino Básico 1º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Ponte de Lima

1 CICLO															
Escolarização	População	População	População	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação								
2013	Escolar em	Escolar em	Escolar em		2013	2002	2003								
	2013	2002	2002 (%)												
Total	2400	2305	2338												
	1,0	2305													
TE António Feijó		809	796	0,351	24	39	43	0,7							
TE Arcozelo		599	590	0,260	22	27	35	0,8							
TE Correlhã		431	424	0,187	24	18	19	0,9							
TE Freixo		466	459	0,202	22	21	27	0,8							
Total		2305	2269			105	124	0,8							
EB1 Ponte de Lima - 7/8 EB1 da Ribeira - 7 (C16) EB1 Serdedelo - 2 (C16) EB1 da Feitosa (N) - 8 EB1 Trovela - 6 (C18) EB1 Rebordões(Souto)-3 (C18) EB1 Gandra - 5/6 (C17)				EB1 Arcozelo+Calheiros - 8/10 (C13) EB1 Refóios do Lima - 6 EB1 Alto Labruja - 3 /4 (C12) EB1 Moreira do Lima - 3 (C11) EB1 Estorãos Lima - 4 (C11) EB1 Arcos + Fontão (N) - 3/4 (C10)				EB1 Correlhã - 7 (C14) EB1 Seara - 2/0(C14) EB1 Facha - 3/0 C14) EB1 Vitorino das Donas - 3 (C14) EB1 Rebordões (St Maria) - 3				EB1Freixo - 8 (C12) EB 1 de Poiães - 2 (C12) EB1 Cabaços - 5 (C13) EB1 Vitorino Piães - 6 (C11)			

A evolução da população vai manter-se, pelo que se propõem as seguintes medidas de reordenamento:

A margem direita do Lima, a que corresponde o Território Educativo de Arcozelo, será servida, por 7 centros, cujas áreas de influência estão delimitadas na planta 4.0.01.:

- EB1 do CE do Alto Labruja - Cepões – 74 alunos – 3/4 salas
- EB1 do CE de Calheiros - 66 alunos - 3/4 salas
- EB1 do CE de Moreira do Lima – 54 alunos - 3 salas,
- EB1 do CE de Arcozelo (EB1 Vilar e EB1 Freiria) – 189 alunos - 8 salas
- EB1 do CE Estorãos-Lima – 76 alunos - 4 salas
- EB1 do CE de Refóios do Lima 123 alunos - 6 salas
- EB1 do CE Arcos / Fontão – 73 alunos - 4 salas

A construção do **Centro Educativo de Arcozelo** é prioritário e dará resposta à população residente da freguesia, num total de 4052 habitantes, 142 crianças dos 3 aos 5 anos e 243 crianças dos 6 aos 9 anos. Em termos de população escolar do 1º ciclo,

prevê-se 189 alunos, pelo que a escola deverá ter 8 salas para o 1º ciclo a que se juntarão 2 salas para o pré-escolar.

Quanto ao **Centro Educativo de Calheiros**, o seu funcionamento de forma isolada depende da evolução da população escolar. Em termos de população residente, as freguesias da sua área de influência terão em 2011, 1689 habitantes e 68 crianças dos 6 aos 9 anos de idade. Ao contrário do centro do Alto Labruja/Cepões, a população escolar será igual à população residente que frequenta o 1º ciclo, num total de 66 alunos. Assim, serão necessárias 3 salas o que **implica obras de ampliação para mais 1 sala de aula e salas de apoio**. Dada a hipótese deste centro ser integrado, na 2ª fase, no CE de Arcozelo, as obras de ampliação deverão ficar condicionadas à evolução da população.

O **Centro Educativo do Alto Labruja**, localizado preferencialmente em Cepões, dará resposta à população das freguesias de Rendufe, Labrujó, Labruja, Bárrio e Cepões (1886 habitantes previstos para 2011 e 102 crianças dos 6 aos 9 anos). De acordo com a população actualmente existente no sistema e com a projecção da população escolar, apenas seriam necessárias 3 salas; no entanto, a projecção demográfica aponta para a existência de 102 crianças entre os 6 e os 9 anos de idade, na área de influência deste centro, pelo que se considerarmos que 90% destas frequentam o estabelecimento da área de residência teremos 92 crianças, propondo-se assim que este centro tenha 4 salas. Desta forma é necessário fazer **obras de ampliação para mais 2 salas de aula, e salas de apoio**.

A constituição dos centros educativos em Moreira do Lima, Alto Labruja/Cepões, Calheiros e o Centro Educativo de Estorãos-Lima, permite adaptar de uma forma mais flexível, o projecto educativo às características das zonas rurais do concelho. Esta solução resultará na existência 2 centros principais, Arcozelo e Refóios do Lima, envolvido por centros de menor dimensão com 3 a 4 salas, constituindo-se assim, uma rede mais equilibrada, e evitando-se o transporte de crianças a distâncias superiores a 4 km.

Um outro factor importante que justifica a constituição destes centros educativos, resulta do facto de, ao nível da educação pré-escolar, por exemplo, os equipamentos estarem ligados a equipamentos de solidariedade social nas valências de apoio a idosos, como é o caso do JI de Calheiros, por exemplo, o que gera uma dinâmica que deverá ser potenciada dado que assegura a oferta de bens e equipamentos assim como potencia o desenvolvimento económico destas áreas no sentido de se promover a fixação de população nestas freguesias.

A Margem esquerda do Lima, correspondente aos Agrupamentos de Escolas António Feijó e da Correlhã, terá 4 centros educativos, no TE António Feijó, e duas escolas isoladas:

- EB1 de Ponte de Lima – 313 alunos – 10 salas
- EB1 de Rebordões (Souto) – 65 alunos – 3 salas.
- EB1 do CE de Feitosa – 192 alunos - 8 salas dado receber a população flutuante que pede transferência para a escola da sede de concelho
- EB1 do CE da Ribeira – 102 alunos – 7 salas
- EB1 do CE de Gandra – 111 alunos – 5/6 salas
- EB1 do CE de Trovela - 154 – 6 salas

No T.E. da **Correlhã** a concentração de oferta, da educação pré-escolar e do 1º ciclo, concretiza-se na construção de 1 Bloco para o 1º ciclo, junto à actual EB2,3 da Correlhã, **passando esta para a tipologia de Escola Básica Integrada**. Em alternativa, poderá construir-se um Centro Educativo autónomo para a educação pré-escolar e 1º ciclo.

Assim, para além das 7 salas para o pré escolar que servem uma população de 175 crianças, serão necessárias 12 salas para o 1º ciclo para uma população de 270 alunos. Neste T.E. mantém-se em funcionamento, numa 1ª fase, o Jardim de Infância de Rebordões (Stª Maria), a EB1 de Vitorino das Donas com 3 salas para o 1º ciclo mais o

Jardim de Infância e a EB1 e JI da Facha. Com a evolução da população escolar, e num cenário de decréscimo populacional, a EB1 de Vitorino das Donas e a EB1 de Facha poderão encerrar e será construído um CE novo em localização a definir.

No **Centro Educativo da Ribeira**, a população escolar a considerar é a apresentada a seguir:

1º CICLO – 2002/03			
Estabelecimento	Nº de salas/turmas	Nº Alunos	Taxa de Ocupação
EB1 Ameixieira - Boalhosa (2ª fase)	1	5	0,21
EB1 Armada/Barreira – Serdedelo	2	30	0,63
EB1 Freiriz - Gemieira	2	28	0,58
EB1 Igreja – Ribeira	3	72	1,00
TOTAL	8	135	0.70

A área de influência do Centro Educativo será a freguesia de Ribeira, Gemieira e numa 2ª fase, as freguesias de Serdedelo e Boalhosa. A população residente e com idade entre os 3 e os 17 anos, em 2011 será a apresentada no quadro abaixo:

	Total	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17
CE Ribeira	3224	102	172	55	106	110

A projecção da população escolar, considerando os alunos actualmente existentes no sistema, os nados-vivos, e as taxas de retenção e aprovação, aponta para que no primeiro ciclo a população escolar se mantenha na ordem dos 137 alunos. Assumindo-se que 100% desta população frequentará a EB1 de da Ribeira, deverão ser construídas 7 salas de aula para o 1º ciclo, no sentido de dar resposta à população da zona nascente do concelho que peça transferência para a sede de concelho. Assim, o Centro Educativo terá, em 2013:

Estabelecimento	Nº de salas/turmas JI e EB1	Capacidade	Nº Alunos 1º Ciclo
CE Ribeira – JI	3	75	-
CE Ribeira – 1º ciclo	7		172
TOTAL	10		247

A área de influência do **Centro Educativo da Feitosa** será a freguesia de Feitosa, a população flutuante da margem direita do concelho (Território Educativo de Arcozelo), e da margem esquerda, pretendendo-se desta forma descongestionar a escola da sede de concelho e Rebordões (Santa Maria). A distribuição da população escolar do 1º ciclo era a seguinte:

1º CICLO – 2002/03			
Estabelecimento	Nº de salas/turmas	Nº Alunos	Taxa de Ocupação
EB1 Stª Luzia - Feitosa	2	28	0,58
Área de Influência (excepto Feitosa)	22	524	0,99
TOTAL	24	552	0,96

A população residente e com idade entre os 3 e os 17 anos, para estas freguesias, em 2011 será a apresentada abaixo:

	Total	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17
CE Feitosa	8909	295	482	204	277	309

A população residente entre os 6 e os 9 anos prevista para a área de influência é de 482 crianças. Assumindo-se que 90% desta população poderá frequentar as escolas da área de residência, a população escolar residente será de 434 alunos pelo que deveriam existir 20 salas para o 1º ciclo.

Tendo em consideração que nesta área a população flutuante tem um peso considerável, por se tratar da sede de concelho, a população escolar deverá considerar os alunos dos estabelecimentos da área de influência e não a população residente. Assim, em 2002 existiam 452 alunos que correspondiam a 57% da população do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas António Feijó. Mantendo o mesmo peso percentual e considerando que o agrupamento terá, em 2013, 809 alunos, a população da área de influência do Centro Educativo da Feitosa será de 461 alunos, pelo que serão necessárias 21 salas que serão distribuídas da seguinte forma:

1º CICLO – 2012/13		
Estabelecimento	Nº de turmas	Nº Alunos do 1º Ciclo ⁹
EB1 da Feitosa	2 + 6	192
EB1 da Vila	10 - 3	168

Considerando o nº de salas necessárias para a área de influência, e considerando que a EB1 da Vila só deverá ter 7/8 turmas do 1º ciclo, para responder à população residente, **o Centro Educativo da Feitosa deverá ter 8 salas**, de forma a descongestionar a escola da sede.

Para além dos espaços de ensino, quer o Centro Educativo da Ribeira quer o da Feitosa, deverão considerar todos os espaços necessários relativos a salas de apoio, salas polivalentes, às áreas comunitárias, de gestão, de circulação e espaços exteriores.

Quanto à **Zona do Neiva**, teremos, numa 1ª fase, 4 Centros Educativo.:

- EB1 do CE Freixo – 149 alunos – 7/8 salas;
- EB1 do CE de Cabaços – 94 alunos – 4/5 salas;
- EB1 do CE de Vitorino dos Piães – 135 alunos – 6 salas;
- EB1 de Poiares – 53 alunos - 2/3 salas;
- EB1 de Calvelo – 33 alunos – 3 salas.

⁹ Nº de alunos calculados com base no valor de 24 alunos por turma

A evolução da população poderá resultar numa maior concentração de equipamentos, passando a haver apenas três territórios educativos:

- Freixo – 302 alunos – 8/10 salas
- Vitorino de Piães – 135 alunos – 6 salas
- Cabaços – 94 alunos – 4/5 salas

Relativamente a esta concentração, o facto de Friastelas ir para o Centro Educativo de Cabaços, permite que este tenha 4/5 salas podendo funcionar autonomamente, com 1 sala por ano de escolaridade. Dado que o Centro Educativo de Vitorino de Piães, construído recentemente, tem apenas 6 salas para actividades lectivas, a necessidade de mais salas bem como de salas de apoio poderá ser resolvida com a utilização das actuais instalações da EB1 do Paço, sendo então necessárias obras de requalificação. A necessidade de salas de apoio justifica-se pelo facto deste território ter um forte peso da educação especial pelo que leva a equacionar a rede com espaços para fazer face a estas necessidades específicas.

2º e 3º Ciclos

Quadro 27 – Ensino Básico 2º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Ponte de Lima

	2º CICLO							
	Escolarização	População	População	População	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação
	2013	Escolar em	Escolar em	Escolar em		2013	2002	2003
		2013	2002	2002 (%)				
Total	1039	1125	1177					
	1,1	1125						
TE António Feijó		494	513	0,439	24	21		0,9
TE Arcozelo		261	271	0,232	24	11		0,9
TE Correlhã		189	196	0,168	24	8		0,9
TE Freixo		181	188	0,161	24	8		0,9
Total		1125	1168			47		0,9

Quadro 28 – Ensino Básico 3º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Ponte de Lima

3º CICLO							
Escolarização	População	População	População	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação
2013	Escolar em	Escolar em	Escolar em		2013	2002	2003
	2013	2002	2002 (%)				
Total	1557	1707	1714				
	1,1	1707					
TE António Feijó		482	484	0,282	25	19	0,9
TE Arcozelo		423	425	0,248	25	17	0,9
TE Correlhã		268	269	0,157	25	11	0,9
TE Freixo		291	292	0,170	25	12	0,9
Isolados		243	244	0,142	25	10	
Total		1707	1714		68		0,9

A evolução da população nos 2º e 3º ciclos vai manter-se passando de 1168 alunos em 2002 para 1125 alunos em 2013, no 2º ciclo, e de 1714 para 1707, no 3º ciclo. Considerando que a população entre os 10 e os 11 anos será, em 2011, de 1557 pessoas, e que dos 12 aos 14 anos será de 1557 pessoas, teremos uma taxa de escolarização de 110%, aponta para a existência de alunos, nestes ciclos, com idades superiores à indicada para cada ciclo.

O número de salas e o número de alunos previstos para 2013 em cada T.E. está identificado nos quadros, sendo de salientar a sobrelotação da EB2,3 António Feijó e da EB2,3 de Arcozelo, ambas com 4 turmas a mais. Pelo contrário a EB2,3 da Correlhã têm menos 2 salas, que serão necessárias para enquadrar as situações de turmas com alunos com necessidades educativas especiais, com um peso elevado principalmente no

TE do Freixo. A EB2,3 da Correlhã, após construção do Bloco para a EB1/JI, passa a ser uma EBI/JI.

Quanto às situações de sobrelotação da EB2,3 António Feijó pode-se equacionar a hipótese de **construção de salas no C.E. de Ribeira ou Feitosa para o 2º ciclo passando a escola para EB1,2 com Jardim de Infância.**

Na EB2,3 de Arcozelo, a situação poderá resultar de um elevado nº de alunos com idade superior a 15 anos a frequentar o 2º e 3º ciclo pelo que a melhoria das taxas de repetência poderá atenuar esta situação.

As características da zona de influência desta escola apontam para a necessidade de diversificar as ofertas formativas tendo em consideração que esta escola terá de encontrar respostas adequadas a uma população oriunda dos C.E. de Refóios do Lima, CE do Alto Labruja/Cepões e CE de Calheiros, com características mais rurais e a uma população mais urbana/peri-urbana dos C.E. de Arcozelo, Estorão-Lima e Refóios do Lima.

Na **margem esquerda do Lima** aponta-se igualmente para a necessidade de respostas específicas considerada a diversidade de alunos dado que também neste território temos uma população mais urbana do vale do Lima, Correlhã, Ponte de Lima, Ribeira e uma população peri-urbana/rural dos C.E. de Facha, Rebordões, Trovela e Serdedelo.

Na **Zona do Neiva**, a EB2,3 do Freixo, tendo em conta uma série de considerações a seguir apresentadas, deverá ver a sua capacidade de resposta aumentada de acordo com as previsões efectuadas, e das necessidades previstas decorrentes do projecto educativo da escola.

Assim, considerando:

- o aumento dos tempos lectivos dos 2º e 3º ciclos;
- que as actividades de apoio e desenvolvimento socioeducativo não se podem desenvolver por falta de espaços adequados;

- os alunos com necessidades educativas especiais, cujo número tem aumentado todos os anos, exige uma sala específica para o desenvolvimento das actividades de forma adequada;
- a inexistência de um laboratório de ciências;
- a inexistência de um auditório;
- o acréscimo de turmas resultante do aumento da escolaridade obrigatória;
- a necessidade de desenvolver os cursos de educação/formação, no sentido de adequar a oferta curricular aos alunos em risco de abandono;

Propõe-se a ampliação das actuais instalações da EB2,3 do Freixo, no sentido de fazer face às necessidades que se perspectivam para o horizonte de implementação da Carta Educativa, nomeadamente no que se refere a laboratórios e espaços de apoio. Em termos de salas de aula prevista serão necessárias 20 salas de aula, não considerando neste valor a redução do número de alunos por turma decorrente da existência de alunos com necessidades educativas especiais.

Ensino Secundário

Quadro 29 – Ensino Secundário – população escolar existente e prevista, em Ponte de Lima

Secundário_C1							
Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação
2013	2013	2002	2002 (%)		2013	2002	2003
Total	1623	1099	795				
	0,7	1099					
TE António Feijó		0	0,000	25	0		
TE Arcozelo		0	0,000	25	0		
TE Correlhã		0	0,000	25	0		
TE Freixo		0	0,000	25	0		
Isolados		1099	795	1,000	25	44	42
							0,9
Total		1099	795		44		0,9

Secundário_C2							
Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em	Alunos/sala	Nº Salas	Nº Salas	Tx Ocupação
2013	2013	2002	2002 (%)		2013	2002	2003
Total	1623	1374	795				
	0,8	1374					
TE António Feijó		0	0,000	25	0		
TE Arcozelo		0	0,000	25	0		
TE Correlhã		0	0,000	25	0		
TE Freixo		0	0,000	25	0		
Isolados		1374	795	1,000	25	55	
							0,9
Total		1374	795		55		0,9

Em 2002, frequentavam o ensino secundário 795 alunos. A projecção da população aponta para uma manutenção/ligeiro aumento dos efectivos demográficos. Os valores apresentados nos quadros não consideram as saídas do ensino regular, pelo que aos mesmos deverá ser subtraída a percentagem de alunos os que frequenta o ensino profissional.

Assim, assumiu-se que, numa 1ª fase, 20% dos 1374 alunos sairiam para outros sistemas de educação/formação pelo que numa 1ª fase teremos 1099 alunos e numa segunda fase, 1374 alunos. Saliente-se que no 1º caso teremos uma taxa de escolarização de 70 % e no 2º de 80%, que representa um aumento de 41% para 70% ou 80%.

No que respeita à oferta, refira-se que, caso o concelho de Ponte de Lima atinja os valores médios das taxas de repetência e abandono referidos nos objectivos para 2010, serão necessárias 55 salas, pelo que deverão **abrir turmas do secundário noutros**

estabelecimentos, admitindo que se irão manter 10 turmas do 3º ciclo na ES/3 de Ponte de Lima.

Pelas características dos T.E. de Arcozelo e do Freixo, estas deveriam ser escolas preferenciais para a abertura do ensino secundário e preferencialmente nas vertentes tecnológicas e em cursos que ainda não existam no concelho, no sentido de assegurar a oferta dos vários tipos de cursos existentes.

No caso de Arcozelo, a resposta deverá ser direccionada para a vertente tecnológica, que vai de encontro à população com características mais rurais dos C.E de Moreira de Lima, Alto Labruja/Cepões, Calheiros e Refóios do Lima em articulação estreita com a Escola Profissional, nomeadamente no âmbito do ambiente e ordenamento do território. Em termos de população base, do território educativo de Arcozelo, este estabelecimento servirá, em 2011, 13112 habitantes e uma população escolar dos 12 aos 17 anos de 897 pessoas. Desta forma, justifica-se a abertura de cursos, evitando uma excessiva concentração da oferta na sede de concelho.

No território do Freixo, a distância à sede de concelho, o serviço de transportes prestado, nem sempre de boa qualidade, e as características socioeducativas da região, nomeadamente o peso do sector secundário, poderiam também justificar a abertura de cursos do ensino secundário. No entanto, dado que a EB2,3/S de Barroselas não tem a sua capacidade esgotada, deverão ser desenvolvidas medidas tendentes ao alargamento da área de influência da escola de Barroselas a toda esta zona do Neiva.

A proposta pela dinamização de cursos tecnológicos terá de ser precedida, de um levantamento ao nível do 2º e 3º ciclos das preferências e necessidades da população escolar, de um trabalho no sentido de valorização deste tipo de educação/formação, e de uma ligação estreita ao mercado de trabalho, resultando no estabelecimento de parcerias que assegurem a viabilidade dos projectos educativos. Caso não se abram cursos do secundário em Arcozelo, e o 3º ciclo permaneça na escola secundária, esta funcionará com 12 turmas a mais e ultrapassará o limite máximo para acolhimento de alunos nas escolas secundárias que é de 1200 alunos.

2.7.3 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE INVESTIMENTOS – PONTE DE LIMA

Fase 1

Pré-escolar e 1º CICLO												
Proposta de Intervenção												
Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2011 - Pré-Escolar	População Escolar em 2013 - 1º ciclo	População Escolar em 2013 - Total	nº de salas em 2011 - Pré-Escolar	nº de salas em 2013 - 1º ciclo	nº de salas em 2013 - Total	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Terreno m2	Área de Espaços Exteriores m2	
CE de Arcozelo+Calheiros	1	125	255	380	5	12	17	N	4750	2375	7600	5.225
CE de Refóios do Lima	1	75	123	198	3	6	9	N	2475	1238	3960	2.723
CE de Alto Labruja/Cepões	1	74	74	148		3	3	R	1850	1850	2960	1.110
CE de Moreira do Lima	1	54	54	108		3	3	A/R	1350	675	2160	1.485
CE Correlhã	1	176	270	446	7	12	19	N	5575	2788	8920	6.133
CE da Feitosa	1	100	192	292	4	8	12	N	3731	1906	5597	3.691
CE da Ribeira	1	75	168	243	3	7	10	N	3027	1605	6377	4.772
CE da Gandra	1	111	111	222		6	6	N	2775	1388	4440	3.053
CE do Trovela	1	50	154	204	2	6	8	N	2550	1275	4080	2.805
CE Freixo	1	125	149	274	5	8	13	N	3425	1713	5480	3.768
CE Cabaços	1	75	94	169	3	5	8	N	2113	1056	3380	2.324
Total	10	1.040	1.644	2.684	32	76	108	0	31.508	16.811	51.574	34.763

Pré-escolar e 1º CICLO						
Investimento						
Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efetórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total	(Euros)
CE de Arcozelo+Calheiros	2.018.750	182.875		12.000	9.500	2.223.125
CE de Refóios do Lima	1.051.875	95.288	18.000	12.000	5.700	1.182.863
CE de Alto Labruja/Cepões	323.750	38.850	-	-	0	362.600
CE de Moreira do Lima	236.250	51.975	6.000	-	0	294.225
CE Correlhã	2.369.375	214.638	38.000	-	13.300	2.635.313
CE da Feitosa	1.301.205	139.660	-	-	-	1.440.865
CE da Ribeira	978.560	133.688	-	-	-	1.112.249
CE da Gandra	1.179.375	106.838	12.000	6.000	0	1.304.213
CE do Trovela	1.083.750	98.175	16.000	6.000	3.800	1.207.725
CE Freixo	1.455.625	131.863	26.000	6.000	9.500	1.628.988
CE Cabaços	897.813	81.331	16.000	-	5.700	1.000.844
Total	11.998.515	1.193.848	116.000	42.000	41.800	13.392.164

Fase 2

Pré-escolar e 1º CICLO

	Pre-escolar e 1º CICLO												
	Proposta de Intervenção												
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2011 - Pré-Escolar	População Escolar em 2013 - 1º ciclo	População Escolar em 2013 - Total	nº de salas em 2011 - Pré-Escolar	nº de salas em 2013 - 1º ciclo	nº de salas em 2013 - Total	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Nº Pisos	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2
CE Estorão-Lima	1	75	144	219	3	6	9	N	2738	2	1369	4380	3.011
CE Arcos/Fontão	1	50	96	146	2	4	6	N	1825	1	1825	2920	1.095
CE V.Donas-Facha	1	75	168	243	3	7	10	N	3038	2	1519	4860	3.341
JI do CE Gandra	1	50		50	2		2	N	625	1	625	1000	375
Total	4	250	408	658	10	17	27	0	8.225	6	5.338	13.160	7.823

Pré-escolar e 1º CICLO

	Investimento					Total (Euros)
	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	
CE Estorão-Lima	1.163.438	105.394	18.000	6.000	11.100	1.303.931
CE Arcos/Fontão	775.625	38.325	12.000	6.000	7.400	839.350
CE V.Donas-Facha	1.290.938	116.944	20.000	-	11.100	1.438.981
JI do CE Gandra	265.625	13.125	-	-	7.400	286.150
Total	3.495.625	273.788	50.000	12.000	37.000	3.868.413

2.8. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE VIANA DO CASTELO

2.8.1 – OBJECTIVOS

A Carta Educativa é um instrumento fundamental de planeamento e avaliação prospectiva das necessidades e expectativas da população da VALIMAR ComUrb, orientando a expansão do sistema educativo e formativo em função do seu desenvolvimento económico e sociocultural.

Partindo do diagnóstico da actual rede de equipamentos e recursos educativos, das suas fragilidades e potencialidades, a Carta Educativa visa perspectivar os objectivos estratégicos, os programas e as acções a implementar no quadro das políticas de desenvolvimento deste território intermunicipal.

O município de Viana do Castelo, consciente de que é necessário compatibilizar as expectativas de qualificação da oferta educativa com uma gestão racional dos recursos, define os seguintes objectivos:

1. Aumentar a qualificação académica e profissional da população do concelho, numa perspectiva mais global da área territorial da Comunidade Urbana;
2. Reforçar a oferta a nível de Ensino Superior num quadro de cooperação intermunicipal, aproveitando recursos, sinergias e complementaridades;
3. Reforçar e diversificar a oferta a nível do Ensino Profissional e outras vias qualificantes;
4. Qualificar a rede de equipamentos educativos, diversificando a oferta das áreas complementares aos currículos, apostando na educação artística/expressões;
5. Implementar respostas educativas mais ricas e diversificadas no quadro dos novos territórios educativos/agrupamentos verticais.;
6. Universalizar/reforçar a educação pré-escolar;
7. Combater o abandono escolar reforçando a diversificação dos percursos formativos na escolaridade obrigatória;
8. Reduzir o taxa de analfabetismo adequando-se os sistemas de ensino recorrente à diversidade da procura;

9. Promover a interacção com outras redes e sistemas não formais;
10. Combater o desmotivação dos actores educativos potenciando percursos de formação ao longo de toda a carreira;
11. Promover avaliação sistemática/periódica das políticas educativas no terreno

2.8.2 – TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE VIANA DO CASTELO - PROPOSTA

A realidade de Viana do Castelo apresenta características diferentes das dos concelhos anteriormente analisados, sendo que quer ao nível da educação pré-escolar, quer do 1º ciclo, o concelho já levou a cabo uma série de intervenções que resultaram numa rede equilibrada que responde à procura.

À semelhança dos outros concelhos, a proposta tem em consideração a definição de territórios educativos que pelas suas características sócio-educativas permitem a individualização.

Assim, o território concelhio apresenta 4 unidades territoriais:

- a Cidade de Viana do Castelo e Darque – realidade marcadamente urbana
- a faixa litoral e envolvente ao IC1, na margem esquerda do Rio Lima - realidade urbana
- a zona ribeirinha do Rio Lima – margem esquerda e direita
- e a zona serrana na margem direita do Lima e a Zona do Neiva

Educação Pré-Escolar

Quadro 30 – Educação Pré-escolar – população escolar existente e prevista, em Viana do Castelo

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR								
	Escolarização 2011	População Escolar em 2011	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)	Alunos/sala	Nº Salas 2011	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2011
Total	0,8	2178	2258					
	0,9	2451						
	1	2723						
TE Abelheira		231	189	0,085	25	10	8	0,9
TE Foz do Neiva		55	45	0,020	22	2	2	1,1
TE Escolas das Neves/Terras do Caulino		0	0	0,000	22	0	4	0,0
TE Barroselas		103	77	0,035	22	7	2	0,7
TE Darque		214	175	0,078	25	9	6	0,9
TE Atlântico		254	208	0,093	25	12	11	0,8
TE Monte da Ola		132	108	0,048	22	7	6	0,8
TE Entre Agra e Lima		319	261	0,117	25	13	14	1,0
TE Frei Bartolomeu dos Mártires		0	0	0,000	22	0	0	0,0
TE Pintor José de Brito		118	97	0,043	22	8	6	0,6
Não Alinhados		1307	1070	0,480	25	52	74	1,0
Total		2723	2230	1		120	133	0,9

TE Abelheira: JI Meadela - 6 JI nº 1 de Viana do Castelo (Abelheira) - 4	TE Barroselas: JI CE Barroselas - 2 JI Carvoeiro - 2 JI do CE Mujães - 2 JI Outeiro (Portela Susã) - 1	TE Darque: JI de Sra. de Oliveira - 5 JI Vila Franca - Calvário - 2 JI Subportela - 2	TE Atlântico: JI de Meio - 4 JI Viana do Castelo nº 2 (Monserate) - 5 JI Montedor - 3	TE Monte da Ola: JI Cruzeiro - 3 JI Ferrais - 2 JI Vila Fria - 2	TE Entre Agra e Lima: JI CE Lanheses - 3 JI Laboreira - 1 JI Outeiro (Deocriste) - 2 JI Espantar - 1 JI Passagem - 1 JI Stª Leocádia - 1 JI Gandra - 1 JI Torre - 1 JI S. Pedro - 1 JI Outeiro (Vila Mou) - 1	TE Pintor José de Brito: JI CE Stª Marta Portuzelo - 2 JI de Igreja - Outeiro (Outeiro) - 1 JI Outeiros - Cardielos - 2 JI de Moreno - 1 JI de Igreja (Nogueira) - 2 JI Portuzelo (Meadela) - 1/0
---	---	---	---	--	--	--

A população a frequentar a educação pré-escolar irá ter um aumento, de 2002 para 2011, de 21%, derivado do aumento da natalidade, já que as taxas de escolarização, actualmente já são elevadas. Assim, prevê-se um número total de crianças a frequentar a educação pré-escolar de 2723 crianças, tendo a proposta sido equacionada com base na taxa de cobertura de 100%.

Na unidade relativa à **cidade de Viana do Castelo e Darque**, a oferta da educação pré-escolar divide-se entre 6 estabelecimentos da rede pública e 8 da rede privada/solidária. Para os estabelecimentos da rede pública prevê-se um total entre 488 e 511 crianças a frequentar a educação pré-escolar, a que corresponderão 20 salas com uma média de 25 alunos por sala, distribuídas da seguinte forma:

- Freguesia da Meadela – **construção do JI da Meadela com 6 salas**. Os JI da Igreja e do Calvário saíram das instalações da EB1, que ocupam a título precário desde a sua criação, estando prevista a construção de 1 estabelecimento novo com 6 salas para uma população escolar de 150 crianças.
- Freguesia de Santa Maria Maior – manter JI da Abelheira com 4 salas para uma população de 111 crianças;
- Freguesia de Monserrate – manter o J.I de Monserrate com 4 salas com capacidade para 100 crianças estando prevista uma procura potencial máxima de 116 crianças.
- Freguesia de Darque – manter o JI de Sr^a de Oliveira com 4 salas que darão resposta a uma população de 100 crianças. Decorrente da dinâmica da evolução da população escolar, propõe-se o reforço da oferta, em mais 1/2 salas no sentido de dar resposta a uma procura potencial estimada em 125 crianças
- Na **zona litoral e envolvente ao IC1**, correspondente às freguesias de Carreço, Areosa, V. Nova de Anha, Chafé, Neiva e Castelo do Neiva, mantém-se a oferta existente, sendo reforçada a rede de educação pré-escolar pública na freguesia de Castelo do Neiva, através da **construção d e edifício para o JI de Fieiros do Mar, com 2 salas**, junto da EB1, alterando-se a tipologia para EB1 com Jardim de Infância.

Nas freguesias de Afife, Chafé, Neiva e Alvarães, a oferta é assegurada unicamente pela oferta da rede solidária devendo equacionar-se a eventual introdução de oferta pública em Alvarães de forma a cobrir uma procura potencial estimada em 102 crianças

Neste sistema é necessário, contudo a implementação de custos de referencia de forma a evitar distorções nos custos de frequência praticados.

Tendo em consideração a população prevista com idades entre os 3 e os 5 anos, para 2011, por freguesia (com base no peso percentual actual), verifica-se que em todas elas a oferta terá capacidade de resposta. A única situação em que se poderá verificar um excedente de 6 crianças, é em Vila Fria, cuja resposta poderá ser encontrada em

articulação com Vila Nova de Anha Anha e Mazarefes ou/e no reforço da sua própria oferta em mais de 1 sala.

Na margem direita e esquerda do rio Lima, as intervenções propostas são:

- **Construção do Centro Educativo de Stª Marta de Portuzelo** – com 2 salas para o pré – escolar que completará a oferta solidária existente (3 salas). Considerando uma população residente dos 3 aos 5 anos da freguesia, em 2011, de 113 crianças, serão necessárias 5 salas.
- **Construção de JI na freguesia de Subportela**, com 2 salas, para uma população escolar de 49 crianças, concentrando os JI de Cortegaça nº 1 e Cortegaça nº 2.
- **Construção do Centro Educativo de Lanheses**, com 3 salas para o pré-escolar para dar resposta a uma população escolar de 76 crianças, em 2011, das freguesias de Lanheses e Vilar de Murteda, e eventualmente podendo receber Montaria consoante a evolução da população e o reforço das acessibilidades locais. Com este equipamento, serão encerrados os JI de Casal Maior, Granja.

Para além destas intervenções propõe-se a alteração de tipologia de equipamento para EB1/JI dos estabelecimentos de Serreleis, Cardielos, Mazarefes, Deocriste, Geraz do Lima (Santa Maria) e Moreira de Geraz do Lima, conforme assinalado na planta das tipologias de intervenção.

Na **zona norte do Concelho**, correspondente às freguesias de Freixieiro de Soutelo, Amonde, Montaria, Vilar de Murteda, Outeiro, Nogueira e Perre, podendo eventualmente justificar-se o encerramento do JI de Balteiro, freguesia de Meixedo e o JI de Montaria, este só num quadro de melhoria das acessibilidades locais que permita deslocações mais fáceis que as actuais para o Centro Educativo de Lanheses

Quanto ao reordenamento da rede na **Zona do Neiva**, freguesias de V. de Punhe, Mujães, Portelã de Susã, Carvoeiro e Barroselas, a intervenção passa pela:

- **construção do Centro Educativo de Mujães**, que agrupa as EB1 de Mamua e a EB1 e JI de Paço. De acordo com a projecção da população escolar, este centro terá uma população escolar de 51 crianças dos 3 aos 5 anos, numa 1ª fase. Desta forma, aumenta-se a oferta da educação pré-escolar em mais um sala, ficando o JI com duas salas. Na freguesia de Portela de Susã, a existência de 25 crianças do pré-escolar e uma população escolar de aproximadamente 30 alunos do 1º ciclo, assim como as boas condições do equipamento existente justifica a permanência deste estabelecimento.
- **construção do Centro Educativo de Barroselas** que agrupa os dois estabelecimentos do 1º ciclo da freguesia e aumenta a oferta da educação pré-escolar, complementando com a oferta pública a rede solidária existente. Assim, e de acordo com as perspectivas de evolução da população, para 2011, serão necessárias 7 salas para responder a 90% das 124 crianças dos 3 aos 5 anos, da freguesia. Considerando a manutenção da oferta da rede solidária (4 salas) o Centro Educativo deverá ter 2 salas. Tratando-se de um território onde o peso da população activa no sector secundário, é relevante, é de prever que a procura das famílias, por este tipo de equipamento, aumente por força do aumento da taxa de actividade da população feminina.

Relativamente à localização dos centros educativos propostos, no âmbito da revisão do PDM, a Câmara Municipal já definiu a sua localização. Em termos de procedimentos administrativos com vista à sua construção, a CMVC irá fazer a Candidatura, no âmbito do QREN.

1º Ciclo

Quadro 31 – Ensino Básico 1º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Viana do Castelo

	1º CICLO				Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
	Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)				
Total	4394 0,9	4172	3868					
TE Abelheira		538	502	0,129	22	24	23	0,9
TE Foz do Neiva		345	322	0,083	22	21	15	0,7
TE Escolas das Neves/Terras do Caulino		0	0	0,000	22	0	15	0,0
TE Barroselas		516	482	0,124	22	26	12	0,8
TE Darque		526	491	0,126	22	25	26	0,8
TE Atlântico		592	553	0,142	22	26	28	0,9
TE Monte da Oia		373	348	0,089	22	17	18	0,9
TE Entre Agra e Lima		421	393	0,101	22	23	27	0,7
TE Frei Bartolomeu dos Mártires		226	211	0,054	22	11	12	0,8
TE Pintor José de Brito		462	431	0,111	22	26	28	0,7
Não Alinhados		174	162	0,042	22	8	5	0,9
Total		4172	3895			207	209	0,8

TE Abelheira: EB1 Calvário - Meadela - 4 EB1 Igreja - Meadela - 10 EB1 nº 4 de Viana do Castelo (Abelheira) - 10	TE Barroselas: CE Barroselas (N) - 7 EB1 Carvoeiro - 3 CE Mujães - 5 EB1 Outeiro (Portela Susã) - 2 EB1 Vila de Punhe - 6	TE Darque: EB1 Darque nº1 - 7 EB1 Cabedelo - 3 EB1 Areia - 6 EB1 Calvário - 5 EB1 Subportela - 4	TE Monte da Oia: EB1 Igreja - 4 EB1 Costeira - 3 EB1 Monte - 3 EB1 V.N. Anha - 4 EB1 Vila Fria - 3	TE Entre Agra e Lima: EB1 CE Lanheses - 5 EB1 Laboreira - 2 EB1 Outeiro (Deocriste) - 2 EB1 Passagem - 2 EB1 Stª Leocádia - 2 EB1 Gandra - 2 EB1 Igreja (Torre) - 2 EB1 Outeiro (Vila Mou) - 2 EB1 Rio Velho - 2 EB1 S. Pedro - 2	TE F. Bartolomeu Mártires: EB1 Carmo - 11	TE Pintor José de Brito: CE St Marta Portuzelo - 8 EB1 de Igreja (Cardelos) - 3 EB1 de Igreja (Nogueira) - 2 CE de Perre - 8 EB1 de Moreno (Serreleis) - 3 EB1 Portuzelo (Meadela) - 2
--	---	--	--	--	---	---

TE Foz do Neiva: EB1 Fieiros do Mar - 2/3 EB1 Amorosa - 1 EB1 Chafé - 5 EB1 Santana - 4/5 EB1 de Castelo do Neiva - 6/7	TE Atlântico: EB1 de Meio - 5 EB1 Carreço (Montedor) - 3 EB1 Avenida - 8 EB1 Monserrate - 10
---	---

A evolução da população do 1º ciclo aponta para um aumento de 246 crianças, entre 2002 e 2013. A este aumento da população escolar não corresponde à necessidade de um aumento da oferta dado que serão necessárias 207 salas para responder a esta procura.

A distribuição da população pelos vários territórios irá manter-se igual à situação actual não se propondo uma alteração da actual organização da rede educativa, pelo menos numa primeira fase.

Na **zona da cidade de Viana do Castelo, e na zona litoral**, as intervenções não são assinaláveis, sendo de registar que com a construção do JI da Meadela, reforça-se a oferta do 1º ciclo, já que as instalações da EB1 de Igreja e Calvário serão afectas

exclusivamente ao 1.ciclo com 11 e 5 salas, respectivamente. Com a construção da EB1 da Abelheira, em 2003, e com a passagem de 4 turmas da EB1 do Carmo, para a EB1 da Abelheira, em 2004, não se verificam situações de sobreocupação, pelo que para 2013, e de acordo com as perspectivas apresentadas no quadro, a capacidade instalada dará resposta à procura decorrente da população residente nas respectivas áreas de influência. Na **zona ribeirinha do Lima**, margem direita, irá proceder-se a um reordenamento e redimensionamento da rede, em consequência da construção do Centro Educativo de St^a Marta de Portuzelo e de Lanheses.

O centro de St^a Marta de Portuzelo irá concentrar as escolas de Fonte Grossa e Samonde, dando resposta a uma população de 168 alunos, pelo que deverá ter 7/8 salas para o 1º ciclo, a juntar às 2 salas para o pré-escolar que complementarão a rede solidária.

Deverá ser considerada a construção de um novo Centro Educativo em Perre que aglutine as actuais escolas de Portelas e S. Gil já que qualquer delas por si só não tem capacidade de acolhimento de todos os alunos da freguesia.

O centro de Lanheses deverá ter 5 salas para uma população de 105 alunos, caso receba a população de Montaria. Assim serão encerradas as escolas de Vilar de Murteda, Meixedo e Lanheses e eventualmente Montaria e Vila Mou.

Na **zona do Neiva**, serão construídos igualmente dois centros educativos:

- Barrocelas, com 7 salas para responder a 90% das 124 crianças. Desta forma, concentram-se os 2 edifícios existentes, com a consequente qualificação da oferta e seu alargamento à educação Pré-Escolar.
- Mujães, com 5 salas, para 106 alunos, com a concentração das actuais escolas de Mamua e Paço.

A rede do 1º ciclo encontra-se, desta forma, bem dimensionada e responderá de forma satisfatória às necessidades previstas para 2013.

Quanto à organização pedagógica da rede, é proposto, na segunda fase, a integração das escolas de Alvarães/Costeira no Agrupamento de Escolas Monte da Ola, do novo

Centro Educativo de Mujães e das escolas de Vila de Punhe e Portela de Susã no Agrupamento de Escolas de Barroselas e da freguesia de Subportela no Agrupamento de Escolas de Darque.

Quanto a Barroselas, a proposta de alteração da organização pedagógica prende-se com a necessidade de cumprir o disposto no artigo nº 2 ddo DR nº 12/2000 de 29 de Agosto, relativo às finalidades da constituição de agrupamentos de estabelecimentos públicos, ou seja, que a constiução dos agrupamentos favoreça um percurso escolar sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa data área geográfica.

Esta proposta de alteração da organização pedagógica implica que os projectos educativos / pedagógicos da EB2,3/S de Barrosela e do Externato das Neves sejam complementares, aumentando desta forma as possibilidades de escolher determinado percurso formativo, consoante as características formativas dos estabelecimentos, deixando às famílias a possibilidade de escolherem de acordo com as ofertas existentes e a capacidade de cada estabelecimento.

Esta solução só será equacionável num cenário de forte desenvolvimento da componente de psicologia e orientação, onde desde cedo, ao nível da zona do Neiva se percepcionem as necessidades dos alunos e estes sejam encaminhados para as escolas que melhor se adaptem às suas necessidades.

No quadro de qualificação de rede deverão ser consideradas ainda as intervenções de requalificação/remodelação dos actuais estabelecimentos

- ❑ Escola da Igreja - Chafé - 600.000,00 Euro
- ❑ Escola Igreja - Alvarães - 450.000,00 Euro
- ❑ Escola de Breia - Afife - 130.000,00 Euro
- ❑ Escola de Vila Franca - 170.000,00 Euro
- ❑ Escola de Vila de Punhe - 170.000,00 Euro
- ❑ Escola de Carvoeiro - 170.000,00 Euro
- ❑ Escola do Cabedelo - 170.000,00 Euro

2º e 3º Ciclos

Quadro 32 – Ensino Básico 2º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Viana do Castelo

Quadro 33 – Ensino Básico 3º Ciclo – população escolar existente e prevista, em Viana do Castelo

	2º CICLO				Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
	Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)				
Total	1923	2016	2199					
	1,0	2016						
TE Abelheira		263	277	0,130	24	11		1,0
TE Foz do Neiva		143	151	0,071	24	6		1,0
TE Escolas das Neves/Terras do Caulino		0	0	0,000	24	0		0,0
TE Barroselas		331	349	0,164	24	14		1,0
TE Darque		160	169	0,079	24	7		1,0
TE Atlântico		187	197	0,093	24	8		1,0
TE Monte da Oia		202	213	0,100	24	8		1,0
TE Entre Agra e Lima		229	241	0,113	24	10		1,0
TE Frei Bartolomeu dos Mártires		231	244	0,115	24	10		1,0
TE Pintor José de Brito		226	238	0,112	24	9		1,0
Não Alinhados		45	47	0,022	24	2		1,0
Total		2016	2126			84		1,0

	3º CICLO				Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
	Escolarização 2013	População Escolar em 2013	População Escolar em 2002	População Escolar em 2002 (%)				
Total	2883	2840	3273					
	1,0	2840						
TE Abelheira		359	414	0,126	25	14	24	1,0
TE Foz do Neiva		166	191	0,058	25	7	24	1,0
TE Escolas das Neves/Terras do Caulino		0	0	0,000	25	0	0	0,0
TE Barroselas		331	382	0,117	25	13	-	1,0
TE Darque		196	226	0,069	25	8	24	1,0
TE Atlântico		276	318	0,097	25	11	24	1,0
TE Monte da Oia		277	319	0,097	25	11	-	1,0
TE Entre Agra e Lima		301	347	0,106	25	12	-	1,0
TE Frei Bartolomeu dos Mártires		325	374	0,114	25	13	24	1,0
TE Pintor José de Brito		318	366	0,112	25	13	-	1,0
Não Alinhados		292	336	0,103	25	12		1,0
Total		2840	3273			114	120	1,0

A evolução da população no 2º e 3º ciclos vai registar uma ligeira diminuição passando de 2126 alunos em 2002 para 2016 alunos em 2013, no 2º ciclo e de 3273 para 2840, no 3º ciclo. Considerando que a população entre os 10 e os 11 anos será, em 2011, de 1923 pessoas, e que dos 12 aos 14 anos será de 2883 pessoas, teremos uma taxa de escolarização de 100%. Relativamente a esta situação é de referir que o número de alunos tem em consideração os alunos provenientes de outros concelhos, nomeadamente no caso de Lanheses e de Barroselas que recebem um elevado número de alunos de

Ponte de Lima e Barcelos, respectivamente. Assim, é de esperar uma taxa de escolarização ligeiramente inferior ao apresentado.

Apesar de se propor uma alteração dos limites dos agrupamentos, em termos de distribuição da população pelos vários territórios, optou-se por manter a situação existente, em termos de avaliação das necessidades.

O número de salas e o número de alunos previstos, para 2013, em cada território está identificado nos quadros, sendo de salientar que a EB2,3 de Viana do Castelo poderá registar uma procura superior à capacidade da escola, considerando a tipologia de 24 salas. Esta situação tende a agravar-se dado que a recente transferência de alunos da escola do Carmo para a escola da Abelheira (4 turmas do 1º ciclo), irá reflectir numa sobrecarga de 5 turmas do 2º e 3º ciclos, pelo que a escola passara a ter necessidade de 30 salas. Esta sobrelotação terá justificação no facto de haver alunos cuja residência habitual é fora da área de influência desta escola.

A EB2,3 de Darque apresenta uma capacidade superior à procura, pelo que esta situação, a par do referido anteriormente quando à reorganização pedagógica da rede, justificou a integração da freguesia de Subportela no Agrupamento de Escolas de Darque.

A prévia definição da capacidade dos estabelecimentos e a definição de medidas que discipline a escolha das famílias, principalmente na cidade de Viana do Castelo, é um dos principais problemas de Viana do Castelo. Desta forma, para além da morada dos encarregados de educação, em situações de sobrelotação, as novas inscrições que levantem dúvidas deverão ser comprovadas e certificadas. Não estando estas medidas previstas na lei, deverão resultar de um amplo consenso antes de serem implementadas.

Embora não esteja equacionado, em termos de plantas, é de referir que a evolução da população deve ser acompanhada com cuidado na cidade, dado que, caso se verifique um aumento superior ao expectável, será de equacionar a construção de uma EB2,3 na freguesia da Meadela. A previsão da população, na freguesia da Meadela, mantendo o actual peso percentual, aponta para a seguinte população base e escolar, em 2011:

	População Total	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17
2001	8.685	329	396	198	265	287
2011	9.271	334	472	200	245	248

Assim, é de equacionar, caso a evolução da população aponte nesse sentido, para a construção de uma EB2,3 na Meadela, no sentido de descongestionar a EB2,3 de Viana do Castelo-Abelheira e a EB2,3 Frei Bartolomeu dos Mártires e a EB2,3 Pintor José de Brito. Caso se construa a EB2,3 da Meadela, a EB1 da Avenida deverá ser transferida para o Agrupamento de Escolas Frei Bartolomeu dos Mártires, ficando a freguesia de Santa Maria Maior dividida em apenas dois agrupamentos. Desta forma, assegura-se o funcionamento das escolas em regime normal. Esta proposta terá de ser aferida com a evolução da população quer residente quer flutuante.

Ensino Secundário

Quadro 34 – Ensino Secundário – população escolar existente e prevista, em Viana do Castelo

	Secundário_C1				Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
	Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em				
	2013	2013	2002	2002 (%)				
Total	3048	2146	2815					
	0,7							
TE Abelheira		0		0,000	25	0		0,0
TE Foz do Neiva		0		0,000	25	0		0,0
TE Escolas das Neves/Terras do Caulino		0		0,000	25	0		0,0
TE Barroselas		92	121	0,043	25	4	30	0,9
TE Darque		0		0,000	25	0		0,0
TE Atlântico		0		0,000	25	0		0,0
TE Monte da Ola		129	169	0,060	25	5	24	0,9
TE Entre Agra e Lima		166	218	0,077	25	7	24	0,9
TE Frei Bartolomeu dos Mártires		147	193	0,069	25	6		0,9
TE Pintor José de Brito		0		0,000	25	0	30	0,0
Não Alinhados		1612	2114	0,751	25	64	72	0,9
Total		2146	2815			86	180	0,9

	Secundário_C2				Alunos/sala	Nº Salas 2013	Nº Salas 2002	Tx Ocupação 2013
	Escolarização	População Escolar em	População Escolar em	População Escolar em				
	2013	2013	2002	2002 (%)				
Total	3048	2729	2815					
	0,9	2729						
TE Abelheira		0		0,000	25	0		0,0
TE Foz do Neiva		0		0,000	25	0		0,0
TE Escolas das Neves/Terras do Caulino		0		0,000	25	0		0,0
TE Barroselas		117	121	0,043	25	5	30	0,9
TE Darque		0		0,000	25	0		0,0
TE Atlântico		0		0,000	25	0		0,0
TE Monte da Ola		164	169	0,060	25	7	24	0,9
TE Entre Agra e Lima		211	218	0,077	25	8	24	0,9
TE Frei Bartolomeu dos Mártires		187	193	0,069	25	7		0,9
TE Pintor José de Brito		0		0,000	25	0	30	0,0
Não Alinhados		2049	2114	0,751	25	82	72	0,9
Total		2729	2815			109	180	0,9

A evolução da população escolar, a frequentar o ensino secundário, considera apenas os alunos do ensino regular, sendo de destacar que mesmo atingindo os objectivos nacionais relativos à melhoria das taxas de produtividade do sistema para 2010-Cenário 2, muito mais ambiciosos do que os valores considerados no cenário 1, o número de alunos nunca será superior ao existente actualmente. Assim, relacionando as necessidades com a capacidade instalada verifica-se que só na EB2,3/S de Lanheses se encontra numa situação de sobreocupação, sendo necessárias 29 salas, em 2013. Esta situação será solucionada com as obras de ampliação já inscritas em PIDDAC em 2004.

2.8.3 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE INVESTIMENTOS – VIANA DO CASTELO

Fase 1

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR														
	Proposta de Intervenção								Investimento					
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2011	nº de salas em 2011	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total (Euros)
	2011													
JI da Meadela	1	150	6	N	1875	938	3000	2.063	796.875	72.188	12.000	-	22.200	903.263
JI de Subportela	1	50	2	N	625	625	900	275	265.625	9.625	4.000	-	7.400	286.650
JI Fieiros do Mar	1	25	1	N	313	313	500	188	132.813	6.563	2.000	-	3.700	145.075
JI do CE Lanheses	1	75	3	N	938	938	1500	563	398.438	19.688	6.000	-	11.100	435.225
JI do CE Mujães	1	50	2	N	625	625	1000	375	265.625	13.125	4.000	-	7.400	290.150
JI do CE Barroselas	1	73	3	N	913	913	1460	548	387.813	19.163	6.000	-	11.100	424.075
Sub-Total	6	423	17	0	5.288	4.350	8.360	4.010	2.247.188	140.350	34.000	0	62.900	2.484.438
1º CICLO														
	Proposta de Intervenção								Investimento					
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2013	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	Total (Euros)
	2013													
EB1 do CE Lanheses	1	105	5	N	1313	656	2100	1.444	557.813	50.531	10.000	5.000	-	623.344
EB1 do CE Mujães	1	106	5	N	1325	663	2120	1.458	563.125	51.013	10.000	5.000	-	629.138
EB1 do CE Barroselas	1	234	7	N	2925	2925	4680	1.755	1.243.125	61.425	14.000	5.000	-	1.323.550
Sub-Total	3	445	17	0	5.563	4.244	8.900	4.656	2.364.063	162.969	34.000	15.000	0	2.576.031
Acções de Requalificação/Remodelação dos Estabelecimentos														
									Investimento					
Escola da Igreja – Chafé	1													600.000
Escola Igreja – Alvarães	1													450.000
Escola de Breia – Afife	1													130.000
Escola de Vila Franca	1													170.000
Escola de Vila de Punhe	1													170.000
Escola de Carvoeiro	1													170.000
Escola do Cabedelo	1													170.000
Sub-Total	7													1.860.000
TOTAL	16	868	34	0	10850	8.594	17.260	8.666	4.611.250	303.319	68.000	15.000	62.900	6.920.469

Fase 2

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

	Proposta de Intervenção								Investimento					Total (Euros)
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2011	nº de salas em 2011	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	
	2011													
JI do CE S ^{ta} Marta de Portuzelo	1	50	2	N	625	625	900	275	265.625	9.625	4.000	-	7.400	286.650
JI de Sr ^a de Oliveira -Darque	1	25	1	N	313	313	500	188	132.813	6.563	2.000	-	3.700	145.075
Sub-Total	1	50	2	0	625	625	900	275	265.625	9.625	4.000	-	7.400	286.650

1º CICLO

	Proposta de Intervenção								Investimento					Total (Euros)
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2013	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Salas Polivalentes/R efeitórios (Euros)	Custo Biblioteca (Euros)	Custo Sala de Actividades (Euros)	
	2013													
EB1 do CE S ^{ta} Marta de Portuzelo	1	168	8	N	2100	1050	3024	1.974	892.500	69.090	-	-	-	961.590
EB1 do CE Perre	1	175	9	N	2188	729	3150	2.421	929.688	84.729	18.000	9.000	33.300	1.074.717
Sub-Total	2	343	17	0	4.288	1.779	6.174	4.395	1.822.188	153.819	18.000	9.000	33.300	2.036.307

2,3º CICLOS

	Proposta de Intervenção								Investimento					Total (Euros)
	Nº de estabelecimentos Propostos	População Escolar em 2013	nº de salas em 2013	Tipologia de Intervenção	Área de Construção m2	Área de Implantação m2	Área de Tereno m2	Área de Espaços Exteriores m2	Custo Construção (Euros)	Custo Espaços Exteriores (Euros)	Custo Cantina (Euros)	Equipamentos de Apoio (Euros)	Custo Salas Especificas (Euros)	
	2013													
EB2/3 Meadela	1	445	20	N	6675	3338	11570	8.233	2.836.875	288.138	100.000	50.000	200.000	3.475.013
Sub-Total	1	445	20	0	6.675	3.338	11.570	8.233	2.836.875	288.138	100.000	50.000	200.000	3.475.013
TOTAL	4	838	39	0	11.588	5.742	18.644	12.902	4.924.688	451.582	122.000	59.000	240.700	5.797.969